



n . 1
Jan-Mar
2 0 2 5

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editor Executivo

Guilherme Domingues Fritz

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Diogo Ives de Quadros

Editoria de Redação

Beatriz Bandeira de Mello

Débora Bedim Loures

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Guilherme Domingues Fritz

Jefferson Nascimento

Júlia Furtado Reis

Kethlyn Winter

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Matheus Petrelli

Lucas Berti

Stephanie Braun

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300



Sumário

EDITORIAL

“A ERA DA INCERTEZA”: ANOTAÇÕES SOBRE A CONJUNTURA INTERNACIONAL

MARIA REGINA SOARES DE LIMA, DIOGO IVES E MARIANNA ALBUQUERQUE.....PÁGINA 04

ARTIGOS

MONITOR ELEITORAL - EQUADOR: UMA NOVA ELEIÇÃO OU UM ‘TERCEIRO TURNO’

GHAIO NICODEMOS BARBOSA.....PÁGINA 08

GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA) E A GOVERNANÇA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA: AVANÇOS, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS

BEATRIZ BANDEIRA DE MELLO.....PÁGINA 14

ENTRE A NEGLIGÊNCIA, A MILITARIZAÇÃO E O (DES)ENGAJAMENTO REGIONAL: POLÍTICAS NACIONAIS E REGIONAIS DA BOLÍVIA E DA VENEZUELA PARA A AMAZÔNIA

DÉBORA BEDIM LOURES, MARÍLIA CLOSS, STEPHANIE BRAUN CLEMENTE E THAÍS JESINSKI BATISTA.....PÁGINA 22

CAMINHOS DA ESQUERDA PARA A GOVERNANÇA DA PAN-AMAZÔNIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS GOVERNOS PETRO E LULA 3

DIOGO IVES, JÚLIA REIS, GUILHERME FRITZ E MATHEUS PETRELLI.....PÁGINA 37

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: JANEIRO DE 2025

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 47

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: FEVEREIRO DE 2025

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 57

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: MARÇO DE 2025

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 72

Editorial

“A Era da Incerteza”: Anotações sobre a Conjuntura Internacional

O título deste editorial faz referência ao livro clássico homônimo publicado em inglês por John K. Galbraith, em 1977. Defensor do Estado de Bem-Estar Social, da regulação dos mercados e de impostos progressivos, Galbraith o escreveu em um momento no qual o retorno das forças favoráveis ao livre mercado, à desregulamentação, às privatizações e ao ajuste fiscal, impulsionada naquela conjuntura por Thatcher, no Reino Unido, e Reagan, nos Estados Unidos, ameaçava soterrar o progresso político-social alcançado no Ocidente nas décadas após a Segunda Guerra Mundial. Naturalmente, não temos aqui a mesma ambição, nem a pretensão teórica daquela obra. No entanto, o título da mesma nos pareceu sugestivo para fazermos alguns singelos apontamentos sobre como uma certa literatura de Relações Internacionais lida, analiticamente, com a atual conjuntura internacional e, se possível, sugerirmos como ela pode afetar o Brasil. Esperamos aprofundar este tema em trabalhos posteriores.

Acrescente competição EUA-China e a tendência ao retorno da bipolaridade, enterrando de vez a quimera liberal do “fim da história” e, também, ameaçando a “multipolaridade policêntrica”, cenário preferido pelo Brasil nos governos de Lula, pode remeter às teorias de transição de poder, com destaque para a versão de Robert Gilpin exposta em “War and Change in World Politics”, livro de 1981. Seria ela aplicável ao contexto atual? Segundo o autor, simplificando seu argumento, o fator mais importante para a mudança política internacional não é a distribuição estática de poder no sistema, conforme tese realista clássica, mas a taxa de crescimento desigual entre o Estado declinante e o desafiante. Uma guerra hegemônica ocorreria no momento em que o desafiante ultrapassasse o hegemônico. Para alguns analistas, a competição EUA-China já teria alcançado este ponto de inflexão entre as duas curvas, de modo que estaríamos vivendo uma transição de hegemonias.

O fim da Guerra Fria, na virada dos anos 1980 para os anos 1990, porém, não se enquadrou neste modelo de Gilpin, já que foi uma transição relativamente pacífica (embora não isenta de tensões e conflitos secundários), ocorrida pela falência do desafiante. Na conjuntura atual, este enquadramento analítico tampouco nos parece se encaixar perfeitamente. Afinal, é o hegemônico declinante – os EUA – que, com o tarifaço anunciado por Donald Trump no último mês de abril, ameaça a estabilidade global e age contra seu interesse próprio ao enfraquecer o dólar. Assim sendo, atua em direção contrária às recomendações de Gilpin, para quem a manutenção do livre comércio é o que, no longo prazo, garante a estabilidade hegemônica.

De fato, assistimos a um processo de redistribuição de poder no sistema internacional, mas, dessa vez, um no qual o país hegemônico, de forma imediatista, age contra seus próprios interesses. É o desafiante – a China – que parece ter uma perspectiva estratégica mirando o longo prazo. Os respectivos cálculos são diferentes, porque as perspectivas de tempo e de racionalidade parecem ser distintas. Neste entendimento, faz sentido o argumento recente de um articulista no Financial Times de que os EUA estariam cometendo suicídio. Países não se suicidam, mas seus governantes sim. Por não considerar as micro-decisões dos agentes e assumir que a racionalidade é constante e homogênea, as previsões sistêmicas de Gilpin não se sustentam. Este é um assunto para outra ocasião, que deixaremos pendente.

Também em tela de juízo, podemos colocar a tese de outro autor do mainstream norte-americano, John Ikenberry, exposta em “After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars”, livro de 2001. Sua explicação para a persistência de uma hegemonia – leia-se, norte-americana – está na manutenção das instituições

criadas pelo hegemônico na sua fase ascendente. Corretamente, o autor argumenta que tais instituições congelam o poder do vencedor no ápice de seu poder. Como as instituições são resilientes a mudanças, elas permanecem mesmo depois que a correlação de forças tenha se modificado a favor do desafiante. As instituições fariam persistir a hegemonia declinante e evitar a violência de uma guerra sistêmica. Em uma crença ilusória posterior, Ikenberry argumentou que, mesmo que a ordem hegemônica liberal norte-americana estivesse em crise, tratava-se de uma crise de autoridade, e não de seus princípios liberais subjacentes.

Para qualquer um que mire a atual conjuntura, em que a incerteza se tornou a premissa dominante, estes argumentos são insustentáveis e não dão conta do que está ocorrendo hoje. Foi o atual mandatário norte-americano quem deu início à dissolução da ordem liberal multilateral, criada pelos EUA, no pós-Segunda Guerra. A extrema-direita que Trump lidera não demonstra nenhum compromisso com os princípios liberais que se tornaram predominantes na cultura política do país desde 1945. Como consequência, ataques deliberados a instituições domésticas e ao multilateralismo patrocinado pelos EUA nas últimas décadas são frequentes. O institucionalismo estadunidense está se mostrando, portanto, vulnerável a mudanças na correlação de forças entre grupos políticos que não se orientam pelas mesmas ideologias. Novamente, olhar para a dimensão doméstica dos EUA parece fundamental: não apenas a racionalidade de seus atores decisórios importa, mas também o contexto social em que eles e suas instituições estão inseridos. Cabe a maiores especialistas sobre o país, entretanto, pormenorizar estes entendimentos.

Em meio às atualizações teóricas que a presente era da incerteza instiga para se explicar transições de poder, interessa-nos aqui, sobretudo, a seguinte questão: como fica o Brasil na atual conjuntura, diante da falência do ordenamento multilateral e a ameaça da imposição do bilateralismo dos mais fortes? Especular sobre eventos em curso sempre carrega o risco de se fazer apostas desmentidas pela realidade no mês seguinte. Portanto, o máximo que podemos fazer é apontar tendências. De antemão, ainda que o retorno da bipolaridade seja um resultado possível da competição entre EUA e China, recusamos a analogia simplista de uma volta ao contexto da Guerra Fria. Aquele momento da história foi marcado por uma competição explícita entre capitalismo e socialismo que engessava escolhas de alinhamento por potências menores, como o Brasil. Hoje, modelos de desenvolvimento são mais complexos, pois as políticas públicas de um país podem ser informadas pelas experiências de diferentes partes do mundo. Isto dificulta a reedição de alinhamentos automáticos entre like-minded countries.

Além disso, o período de globalização complexificou interesses econômicos na sociedade brasileira. Empresas se internacionalizaram mais, diversificando mercados e fontes de financiamento. Por esta razão, também recusamos qualquer conclusão precipitada sobre se o Brasil vai ou não ser prejudicado ou beneficiado pelo tarifaço de Trump contra a China a partir de eventuais desvios de comércio. O agronegócio brasileiro ganhará mercados que eram do agronegócio estadunidense? A indústria brasileira sofrerá com uma concorrência maior de importações vindas da China? Como entidades empresariais e sindicais se posicionarão? Trata-se de perguntas em aberto, que passarão pela mediação de negociações políticas para serem encaminhadas. Apesar de analistas progressistas verem com bons olhos o que parece ser um recuo do imperialismo econômico dos EUA, não está claro, ainda, o que a China pode e quer oferecer como alternativa de longo prazo para o desenvolvimento tecnológico do Brasil e a geração de empregos locais de boa qualidade.

Para além das relações do Brasil com as duas potências, há desafios para a sua política regional. Já é óbvio e evidente que o terceiro mandato de Lula enfrenta uma conjuntura internacional totalmente distinta e muito mais severa que os anteriores para a articulação de uma integração da América do Sul. Naquele momento, o fim da URSS e a globalização do capitalismo haviam acarretado a desconcentração do poder internacional, em especial

na direção das assim chamadas “grandes potências emergentes”, que constituíram o núcleo fundacional dos BRIC. Este cenário coincidiu com o enfraquecimento do neoliberalismo na região sul-americana e a difusão da “onda rosa” entre os países vizinhos. Foi um cenário regional mais do que propício à implementação de uma política externa “ativa e ativa”, vigente nos dois primeiros mandatos de Lula, por meio da qual a coordenação da ação coletiva na região foi posta em prática, simbolizada em particular pela criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Hoje, depois dos mandatos de Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), que repudiaram aquela política externa, e diante de uma nova conjuntura política regional, marcada pela replicação da divisão vivida no Brasil entre direita/extrema-direita e forças progressistas, as condições objetivas praticamente inviabilizam a retomada daquela política regional prévia. Na avaliação diplomática brasileira, devido à conjuntura adversa e à falta de instrumentos brasileiro do passado – como créditos para a região e empresas privadas na área de infraestrutura e energia com capacidade de atuação internacional –, qualquer ação coletiva regional tende ao fracasso ao ser vetada por um dos polos daquela divisão. Atualmente, a política externa regional brasileira tende a se “bilateralizar”, impedindo qualquer esforço de coordenação de ação coletiva semelhante ao passado.

Entretanto, a diplomacia brasileira tenta, acertadamente, preservar a importância do multilateralismo na região por meio de um reformismo pontual, mas estratégico, em instituições e fóruns. Trata-se de modificar regras decisórias que exigem consenso entre todos os membros, substituindo-o por votações de maioria. A primeira tentativa neste sentido ocorreu na cúpula entre presidentes sul-americanos, organizada pelo Brasil em 2023, na qual o presidente Lula propôs uma reativação da UNASUL nestes moldes. A organização fora esvaziada em 2018, após seis países suspenderam suas participações devido a impasses na eleição para secretário-geral, a qual exigia consenso, travado, porém, pela Venezuela. Na cúpula, todavia, não houve apoio majoritário para uma reedição da UNASUL.

Uma segunda tentativa deste tipo ocorreu no último dia 9 de abril, na cúpula de chanceleres da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) realizada em Honduras, da qual o presidente Lula participou, em companhia de outros chefes de Estado, como da mexicana Claudia Sheinbaum. O presidente brasileiro declarou que a polarização política na região tornou a regra de consenso pouco útil para o diálogo, servindo como um direito de veto a uma minoria de países, e sugeriu a formação de uma comissão para estudar novos procedimentos. Poucos meses antes, a convocação de uma reunião emergencial da CELAC para discutir a deportação em massa de imigrantes pelos EUA fora vetada por Argentina e El Salvador, cujos presidentes são aliados de Trump.

A novidade do encontro em Honduras foi a divulgação de uma declaração final sem o apoio consensual dos países-membros. A Declaração de Tegucigalpa, que criticou a imposição de medidas coercitivas unilaterais no comércio internacional e reivindicou o fortalecimento da CELAC como mecanismo de concertação política, recebeu o apoio de 30 dos 33 países. As exceções foram Nicarágua, Argentina e Paraguai. Os governos dos dois últimos países alegaram que houve uma violação dos procedimentos da CELAC, mas o governo de Honduras, presidente pro tempore da organização, argumentou que houve “consenso suficiente” e que as objeções dos três países foram registradas em uma nota de rodapé no documento. O episódio ilustrou a possibilidade de destravamento do debate regional, com respaldo das duas maiores potências da América Latina.

Além disso, este caso permite lembrar a importância que regras decisórias podem ter para o funcionamento de fóruns – como é a CELAC – não apenas na região, mas também fora dela. No caso do BRICS, fórum do qual o Brasil exerce a presidência pro tempore em 2025, a discussão sobre seu desenvolvimento institucional foi elencada pelo governo Lula, no último dia 13 de fevereiro, como uma entre seis prioridades da agenda de trabalho do ano¹.

¹ As outras cinco prioridades são: cooperação em saúde global; comércio e finanças; mudança do clima, gover-

Estabelecer regras decisórias no BRICS com maior precisão ganha, efetivamente, maior importância na atual era da incerteza para amenizar as assimetrias de poder entre a China e os demais países, dar maior clareza sobre procedimentos de inclusão de novos membros e estabelecer mecanismos de votação para a tomada de decisões. Trata-se de um regramento necessário para aumentar a legitimidade do bloco à medida que se expande em número de membros e agendas de discussão.

Em suma, diante do cenário internacional mais restritivo que uma transição de poder coloca para o Brasil, não parece factível esperar uma política externa muito ativa, já que as margens de manobra mais estreitas implicam ações menos ambiciosas por parte de uma potência média. Um reformismo lento e gradual de espaços multilaterais, com vistas a manter um mínimo de convívio institucionalizado entre os países, é uma expectativa de conduta mais realista para a metade final do governo Lula 3. Não se trataria apenas de uma política de contenção de danos, mas sim de uma tentativa de aproveitar o repúdio ao unilateralismo dos EUA de Trump para combinar a coordenação (mesmo que apenas declaratória) de posições na América Latina perante qualquer potência extrarregional e dificultar que a China use o BRICS sem freios e contrapesos.

Em meio a esse cenário de incertezas, esta edição do Boletim traz textos que apontam dinâmicas que influenciam e são influenciadas pelas mudanças no sistema e na região. O Monitor Eleitoral do Equador, escrito pelo pesquisador Ghaio Nicodemos, aponta como a polarização política, que identificamos acima tanto nos EUA quanto no Brasil, também foi a tônica do pleito equatoriano, com denúncias de fraudes e dificuldades na composição de maiorias.

Os demais textos, escritos no âmbito das atividades do projeto “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”², abordam diferentes perspectivas sobre a integração e os desafios enfrentados pelos países do bioma. A pesquisadora Beatriz Bandeira analisa a Organização do Tratado de Cooperação Amazônia (OTCA), relançada em 2023 após a Cúpula do Belém. O texto foca nos acontecimentos entre a Cúpula e os dias atuais, apontando os setores no quais a organização promoveu avanços efetivamente e quais seguem sendo os entraves. As perspectivas da Bolívia e da Venezuela são detalhadas pelas pesquisadoras Débora Bedin, Marília Closs, Stephanie Braun e Thais Batista. A partir de um levantamento das políticas recentes nos dois países, as autoras concluem que as políticas nacionais e regionais de La Paz e Caracas para a Amazônia estão situadas “entre a negligência, a militarização e o (des)engajamento regional”.

O texto que fecha a edição compara as políticas amazônicas e climáticas, em uma perspectiva mais ampla, nos dois países que têm buscado assumir protagonismo no tema, apesar de, nem sempre, pelos mesmos meios. Brasil e Colômbia são o objeto de estudo do texto escrito por Diogo Ives, Júlia Reis, Guilherme Fritz e Matheus Petrelli. Em pauta, as divergências em relação à exploração de petróleo na Bacia Amazônia – tema que foi um grande divisor na Cúpula de Belém, em 2023, e que promete seguir na pauta de discussões da COP30, que o Brasil sedia em novembro. Na ocasião, teremos a oportunidade de, em uma região e em um mundo dividido, mostrar que o potencial diplomático brasileiro, pautado na articulação de consensos, ainda possui uma contribuição significativa para dar às relações internacionais.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2025

Maria Regina Soares de Lima

Diogo Ives

Marianna Albuquerque

Coordenadores do OPSA

nança de inteligência artificial; e reforma da arquitetura multilateral de paz e segurança.

2 Ver mais em: <https://opsa.com.br/projeto-governanca-pan-amazonica/>.

Monitor Eleitoral

Uma nova eleição ou um 'terceiro turno'

Ghaio Nicodemos Barbosa
Pesquisador do OPSA

Introdução

Este monitor eleitoral é um registro de alguns dos principais incidentes políticos das Eleições Gerais do Equador de 2025, com o primeiro turno ocorrido em 9 de fevereiro e o segundo turno em 13 de abril. A população equatoriana foi às urnas para eleger os representantes da Assembleia Nacional e o novo incumbente para a presidência do país.

A eleição presidencial, em clima de 'terceiro turno', colocou o atual presidente, Daniel Noboa, e sua adversária nas eleições de 2023, Luisa González, disputando a presidência do país novamente, em menos de dois anos. Noboa, da *Acción Democrática Nacional* (ADN), buscou apoio para um mandato de quatro anos, após uma gestão de 18 meses na qual foi incapaz de implementar suas principais promessas eleitorais. Contra ele, Luisa González, do *Revolución Ciudadana* (RC), que se consolidou como principal liderança do correísmo. Os dois presidenciáveis tentaram arrefecer a polarização política em novembro de 2023, mas se distanciaram após a prisão de Jorge Glas, em abril de 2024.

Neste monitor, analisaremos o processo das Eleições Gerais do Equador de 2025, e os seus principais resultados, que parecem indicar uma reconfiguração política do país. Na primeira seção, revisitaremos os principais antecedentes políticos, desde o resultado das eleições de 2023. Na segunda seção, analisaremos como o primeiro turno indica uma mudança na relação de forças entre os principais partidos políticos do país e o enfraquecimento de partidos tradicionais. Na terceira seção, apresentaremos o resultado do segundo turno e as alianças dos dois presidenciáveis. Na seção final, apresentamos as expectativas de governabilidade e desafios de um segundo mandato de Daniel Noboa.

Antecedentes

O governo de Daniel Noboa foi marcado por desafios estruturais que o Equador enfrenta desde 2020, dificuldades de governabilidade, polêmicas sobre o estilo midiático de governança e pela tentativa de consolidar seu projeto político em um mandato curto. Empresário e herdeiro de uma das famílias mais ricas do Equador, venceu as eleições antecipadas de 2023 após a “morte cruzada” decretada por Guillermo Lasso, que dissolveu a Assembleia Nacional. Candidato pelo partido ADN, apresentou um projeto político de centro-direita, focado em temas chave, como segurança, recuperação da economia, transição energética e juventude. Apesar de se projetar como moderado e criticar a polarização, concorreu na mesma chapa com Veronica Abad, que abertamente manifestava concordância com o partido espanhol Vox, e com políticos como Donald Trump, Jair Bolsonaro e Nayib Bukele. Azarão nas pesquisas de intenção de voto, foi para o segundo turno contra a candidata de centro-esquerda Luisa González, vencendo a disputa com 51,83% dos votos³.

Em seus primeiros meses de mandato, Noboa buscou atenuar a polarização política com o correísmo, negociando uma frente ampla na Assembleia Nacional, partidariamente pulverizada, onde seu partido obteve apenas 14 das 137 cadeiras. Entre a vitória e a posse,

3 NICODEMOS, Ghaio. Uma trégua partidária em meio ao caos? Eleições antecipadas e realinhamento político no Equador. Boletim OPSA, n°. 4, out./dez 2023: Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Boletim_OPSA_2023_n4.pdf.

o presidente eleito negociou com Luisa Gonzalez, em busca de maioria no Congresso visando condições de governabilidade e, como sinal de ‘boa-fé’, se distanciou de sua ex-vice-presidenta Nomeada para assumir um posto diplomático como ‘enviada da paz’ para o conflito entre Israel e Palestina, foi posteriormente formalizada como embaixadora do Equador em Israel, o que acarretou uma prolongada crise institucional dentro do governo⁴.

A prometida política de apaziguamento durou pouco. Em janeiro de 2024⁵, o país conviveu com uma das mais intensas ondas de violência já promovidas no país por grupos de narcotraficantes. Com isso, Noboa retomou a política do governo anterior de declarar sucessivos estados de exceção, com limitação do direito de ir e vir, toque de recolher e suspensão do direito de inviolabilidade do lar por agentes da segurança pública, que se estenderam por todo o ano de 2024. Em 5 de abril de 2024, uma operação policial invadiu a embaixada mexicana para efetuar a prisão de Jorge Glas, político correísta e ex-vice-presidente do Equador, que havia recebido asilo diplomático do México. A nível doméstico, o incidente causou a ruptura entre o governo e o correísmo de forma irreconciliável⁶. Internacionalmente, o Equador foi condenado pelo Conselho Permanente da Organização de Estados Americanos, e o governo do México, além de romper relações diplomáticas, e iniciou um contencioso na Corte Internacional de Justiça. Entre agosto e dezembro, uma intensa crise hídrica, incêndios florestais e comprometimento do fornecimento de eletricidade, com apagões de até quatorze horas, colocaram em xeque a capacidade de Noboa resgatar a economia, promover a transição energética e proteger o meio ambiente⁷.

O grande plano de segurança pública de Daniel Noboa, carro-chefe de todas as promessas eleitorais, não ganhou implementação clara durante a gestão, sendo menos um projeto de segurança pública e mais um agregado de medidas institucionais. Dentre as medidas promovidas pelo seu governo estão mudanças legais que favoreceram o uso das forças armadas e endureceram o direito penal⁸ e propostas para viabilizar o emprego de forças militares estrangeiras⁹ e empresas de segurança privada no país¹⁰.

A postura da comunicação institucional do governo Noboa em muitos momentos privilegiou a imagem do presidente as realizações da gestão. Muitas das declarações do presidente, feitas para amplificar sua visibilidade, foram incorporadas às comunicações oficiais, que priorizaram as redes sociais e ignoraram outros canais formais de comunicação institucional. Apesar disso, a popularidade de Noboa, que no início do mandato alcançava 81,4%, caiu para cerca de 63%, após a crise diplomática com o México, atingindo 39,7%

4 Idem.

5 Conjuntura Latitude Sul. Governo equatoriano enfrenta crise de segurança pública e pressões externas. Conjuntura Latitude Sul, vol.8, nº1-2, janeiro e fevereiro de 2024. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Conjuntura-Latitude-Sul_Janeiro-Fevereiro_2024.pdf.

6 Conjuntura Latitude Sul. Crise diplomática entre Equador e México e invasão de embaixada geram suspensão de relações. Conjuntura Latitude Sul, vol.8, nº4, abril de 2024. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Conjuntura-Latitude-Sul_abril_2024_original.pdf.

7 Conjuntura Latitude Sul. Governo equatoriano busca parceiros internacionais para aliviar crise energética. Conjuntura Latitude Sul, vol.8, nº10, outubro de 2024. <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Conjuntura-Latitude-Sul-2024-10.pdf>.

8 Conjuntura Latitude Sul. Presidente equatoriano apresenta candidatura à reeleição e propõe reformas constitucionais. Conjuntura Latitude Sul, vol.8, nº9, setembro de 2024. Disponível em: <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Conjuntura-Latitude-Sul-2024-09.pdf>; Conjuntura Latitude Sul. Governo equatoriano avança proposta que autoriza o emprego de forças armadas estrangeiras no país. Conjuntura Latitude Sul, vol.9, nº1-2, janeiro e fevereiro de 2025. <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Conjuntura-Latitude-Sul-2025-01-02.pdf>.

9 Conjuntura Latitude Sul. Presidente equatoriano apresenta candidatura à reeleição e propõe reformas constitucionais. Conjuntura Latitude Sul, vol.8, nº9, setembro de 2024. Disponível em: <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Conjuntura-Latitude-Sul-2024-09.pdf>; Conjuntura Latitude Sul. Governo equatoriano avança proposta que autoriza o emprego de forças armadas estrangeiras no país. Conjuntura Latitude Sul, vol.9, nº1-2, janeiro e fevereiro de 2025. <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Conjuntura-Latitude-Sul-2025-01-02.pdf>.

10 Conjuntura Latitude Sul. Crise diplomática entre Equador e México e invasão de embaixada geram suspensão de relações. Conjuntura Latitude Sul, vol.8, nº3, março de 2024. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Conjuntura-Latitude-Sul_abril_2024_original.pdf.

em dezembro de 2024, após a crise energética. A última pesquisa, de dezembro 2024, foi a realizada pelo *Instituto Cedatos*¹¹. Com esse nível de popularidade, Daniel Noboa chegou às portas da nova disputa presidencial.

O primeiro turno: entre a pulverização partidária e a polarização política

Com treze meses de governo concluídos, Daniel Noboa, que deveria se licenciar em janeiro para atender às exigências para concorrer à reeleição, buscou artifícios para se manter como presidente incumbente. Entretanto, a prolongada disputa com a sua vice-presidenta, fez com que Noboa buscasse brechas legais para assegurar que Veronica Abad não assumisse a presidência interinamente, suspendendo nos tribunais a sua posição no governo¹². Para isso, Noboa indicou duas interinas para assumirem a presidência em sua ausência: Sahira Moya, Secretária Nacional de Planejamento, indicada como interina em dezembro de 2024, e *Cynthia Natalie Gellibert*, Secretária de Administração do Governo, formalmente nomeada nos decretos assinados por Noboa para seu licenciamento temporário em 7 de janeiro, por quatro dias e 16 de janeiro, por outros 3 dias¹³.

O primeiro turno iniciou com um cenário de forte pulverização, com 16 dos 17 partidos políticos do país apresentando 16 binômios de candidatos à presidência e à vice-presidência. Apenas o *Movimiento RETO*, que se aliou ao RC, deixou de apresentar candidatura própria para apoiar a candidatura de Luisa González. O primeiro turno ocorreu sob um forte esquema de segurança, com fronteiras fechadas, militares e policiais nas ruas, e rígido controle nos portos e aeroportos. Destes candidatos, Daniel Noboa e Luisa González figuravam como preferidos do eleitorado em todas as pesquisas de opinião, enquanto a intenção de voto em seus adversários somados não atingia mais que 15%. Noboa tinha a expectativas de se eleger em primeiro turno, e Luisa buscou mobilizar apoiadores na esperança de uma virada, desejando chegar ao segundo turno garantindo a primeira colocação em 9 de fevereiro.

Noboa e González não fizeram grandes mudanças em suas propostas de governo apresentadas em 2023, mas ajustaram o discurso aos segmentos do eleitorado que acreditavam mais fáceis de atrair para assegurar um bom desempenho¹⁴. Noboa abandonou o discurso contra a polarização política, explorando a rejeição que o eleitorado demonstra aos aliados do ex-presidente Rafael Correa, mas manteve como eixos principais de seu plano de governo o fortalecimento da segurança pública, a recuperação da economia, e a transição energética, todas propostas que falhou em entregar em seu atual governo. Luisa repetiu como prioridades a agenda de soberania energética, distribuição de renda e a reinstitucionalização de mecanismos de participação direta, enfraquecidos na presidência de Guillermo Lasso e de Daniel Noboa.

Após o encerramento das urnas, se iniciaria um longo processo de contagem e recontagem dos votos que se estendeu até o dia 13 de fevereiro. Com 90% das cédulas eleitorais validadas e não contestadas, na manhã de 10 de fevereiro o primeiro turno já estava matematicamente definido, que teria como candidatos Daniel Noboa e Luisa Gonzalez, repetindo o segundo turno de 2023.

Conforme a apuração do primeiro turno avançou, Daniel Noboa, que tinha a expectativa de ser reeleito em primeiro turno, optou por atrasar a sua declaração de vitória. Apenas na tarde do dia 10 de fevereiro ocorreu a sua primeira coletiva de imprensa pública. Nas entrevistas após a apuração, Daniel Noboa acusou a adversária de fraude e defendeu que foi prejudicado pela atuação de grupos criminosos que teriam coagido eleitores a 'votar

11 Disponível em: <https://www.lahora.com.ec/pais/cedatos-encuesta-daniel-noboa-elecciones-ecuador-2025/>.

12 Conjuntura Latitude Sul. Governo equatoriano suspende vice-presidenta e nomeia substituta interina. Conjuntura Latitude Sul, vol.8, nº11, novembro de 2024. <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Conjuntura-Latitude-Sul-2024-11.pdf>.

13 Conjuntura Latitude Sul. Eleições equatorianas ocorrem em meio a disputas institucionais e forte polarização. Conjuntura Latitude Sul, vol.9, nº1-2, janeiro e fevereiro de 2025. <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Conjuntura-Latitude-Sul-2025-01-02.pdf>.

14 Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2025/02/06/elecciones-ecuador-las-5-principales-propuestas-de-daniel-noboa-y-luisa-gonzalez/>.

em outros candidatos¹⁵. Apesar da declaração polêmica, tanto o Conselho Eleitoral quanto os observadores internacionais que acompanharam a votação declararam não terem visto quaisquer indícios de fraude eleitoral¹⁶. Do outro lado, Luisa González fez seu discurso de vitória assim que foi matematicamente confirmada como a segunda colocada, defendendo que a revisão das sessões eleitorais que estavam sujeitas a auditoria e recontagem demonstrariam que a distância entre ela e seu adversário era menor do que se pensava¹⁷.

O resultado definitivo do primeiro turno foi confirmado em 13 de fevereiro, onde a distribuição de votos auferida foi: em primeiro lugar, Daniel Noboa (novamente pelo ADN), com 44,16% dos votos; em segundo lugar, Luisa Gonzáles (RC) com 43,98%, com uma diferença de cerca de 17 mil votos¹⁸. Atribui-se ao resultado uma combinação entre a popularidade em queda do presidente incumbente e a forte rejeição de parte do eleitorado ao correísmo.

Entre os demais candidatos coadjuvantes em toda disputa, estão, o ativista e líder indígena Leonidas Iza (do partido indígena *Pachakutik*), que recebeu 5,25% dos votos; e a conservadora Andrea González (do militarista *Partido Sociedad Patriótica* – PSP), com 2,69% dos votos¹⁹. Os demais candidatos somados representaram 4,92% dos votos válidos.

Nas eleições legislativas foi realizado o ajuste de proporcionalidade populacional das vagas de legisladores para a nova legislatura. Com isso, 14 novas vagas para assembleístas foram criadas, que somadas as 131 já existentes, totalizam 151 assentos na Assembleia Nacional. A polarização eleitoral que se expressou para a presidência também foi observada na composição da Assembleia Nacional, onde vários partidos tradicionais não elegeram nenhum de seus candidatos. A partir de 14 de maio, 67 cadeiras do legislativo equatoriano serão ocupadas por membros do RC, 13 a mais do que as ocupadas atualmente, e outras 66 por filiados ao ADN, com 52 assembleístas a mais que no mandato anterior. Juntos, RC e ADN ocupam cerca de 88% dos 151 assentos da casa legislativa²⁰. Os demais assembleístas eleitos se distribuem da seguinte forma: nove do *Pachakutik*, quatro do *Partido Social Cristiano* (PSC), um do PSP, um do *Unidad Popular*, um do *Movimiento Construye*, outros dois de movimentos políticos provinciais.

Anti-correísmo ou anti-oficialismo: como entender os alinhamentos do segundo turno presidencial

A articulação dos binômios dos partidos que não auferiram votos suficientes para participarem do segundo turno se consolidou com a declaração de apoio dada aos candidatos que seguiram para o segundo turno. Daniel Noboa conseguiu apoio de cinco dos candidatos derrotados em primeiro turno: a quarta colocada, Andrea González (PSP), Henry Kronfle (PSC), Ivan Saquicela (*Democracia Sí*), Enrique Gómez (SUMA) e Henry Cucalón (*Movimiento Construye*). Todos os apoiadores de Noboa compartilham uma posição comum de oposição ao correísmo. Luisa González obteve o respaldo de três candidatos, todos críticos a gestão de Noboa: o terceiro colocado, Leonidas Iza (*Pachakutik*), Jimmy Jairala (*Centro Democrático*) e Pedro Granja (*Partido Socialista Ecuatoriano*). Os outros seis candidatos restantes não declararam apoio nem a Noboa e nem à Luisa.

Ambos os presidenciáveis buscaram respaldo junto aos movimentos indígenas, considerados estratégicos. Em 12 de março, Daniel Noboa conseguiu apoio de uma das principais organizações indígenas do país, a Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana (COFENIAE), o que repercutiu negativamente entre representantes

15 Disponível em: <https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20250211-noboa-denuncia-irregularidades-en-la-primera-vuelta-en-ecuador-pero-la-ue-y-la-oea-descartan-fraude>.

16 Disponível em: <https://www.infobae.com/américa/américa-latina/2025/02/27/el-consejo-nacional-electoral-rechazo-las-acusaciones-de-fraude-de-la-primera-vuelta-en-ecuador/>.

17 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1BnTMHWUt6o&pp=0gcJCdgAo7VqN5tD>.

18 Disponível em: <https://www.primicias.ec/elecciones/ecuador2025/resultados-presidente-asamblea-cne-primera-vuelta-febrero2025-89005/>.

19 Idem.

20 Idem.

do Pachakutik. Leonidas Iza, que havia declarado que não apoiaria Noboa, mobilizou seu partido e a Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador (CONAIE), que declararam apoio eleitoral formal e público à Luisa González em 30 de março. O apoio da CONAIE e do Pachakutik foi condicionado a uma carta de compromissos e demandas, que incluem uma reforma constitucional que defina o Equador como um Estado Plurinacional, reconhecendo as nacionalidades indígenas no texto constitucional.

Em 1º de abril, Daniel Noboa assinou novo decreto para se licenciar do cargo até o dia 13 de abril, deixando Cynthia Natalie Gellibert novamente na posição de presidenta interina²¹.

No dia 14 de abril, após 6 horas de apuração eleitoral, já era possível definir que Daniel Noboa estava matematicamente reeleito presidente do Equador. Até o momento da redação deste artigo, com 99,3% das urnas contadas e validadas, Noboa recebeu 55,6% dos votos e Luisa González recebeu 44,4% dos votos. A rejeição ao correísmo parece ter sido um fator político marcante para o eleitorado na escolha do voto no segundo turno, com Noboa abrindo uma vantagem de 11,2 p.p. contra a adversária, mesmo que esta contasse com apoio do terceiro candidato mais votado do primeiro turno. Enquanto o candidato do ADN recebeu 1,3 milhão de votos a mais, a correísta recebeu cerca de 160 mil votos a mais.

Derrotada, agora é Luisa González que acusa fraude nas urnas e afirma que não aceitará o resultado auferido pela CNE²². Apesar dos observadores internacionais da União Europeia e da OEA não encontrarem razões para deslegitimar os resultados eleitorais, eles apontaram aspectos do processo eleitoral que acreditam que poderiam ser corrigidos em eleições futuras. Dentre as críticas destaca-se o fato de Daniel Noboa ter concorrido à presidência sem se licenciar, desrespeitando as regras eleitorais do país; o desequilíbrio entre as candidaturas devido ao uso de recursos públicos por parte do presidente para se promover e a realização da eleição sob estado de exceção. Apesar disso, nenhum dos observadores considera tais fatores suficientes para alegar fraude nas urnas e questionar o resultado eleitoral oficialmente estabelecido pelo Conselho Nacional Eleitoral. Em 15 de abril a presidenta do Conselho Nacional Eleitoral reiterou a validade do processo eleitoral²³. Até a conclusão deste artigo, Luisa González e o RC não haviam apresentado queixa formal na justiça eleitoral para recontagem dos votos.

Expectativas para o novo governo

O novo governo de Noboa enfrentará dois grandes desafios: uma improvável governabilidade, onde dificilmente contará com maioria simples no poder legislativo e uma oposição mais forte, organizada e assertiva do correísmo contra sua gestão.

São necessários 76 parlamentares para assegurar a maioria simples dentro da Assembleia Nacional, o que favorece o bloco de oposição formado no segundo turno, que conta com exatamente este número de assentos para obstruir propostas do governo. Com base nos apoios recebidos por Noboa, o presidente poderá contar com 72 assembleístas no bloco governista, somando seu partido, ADN, com as siglas PSC, PSP e Construye. Outros três parlamentares são independentes dos dois blocos, um da UP e os outros dois de movimentos provinciais, agremiações políticas locais sem o status de partido político. A minoria na Assembleia Nacional dificultará projetos de mudança constitucional pretendidos pelo presidente eleito, tais como a permissão para instalação de bases militares estrangeiras e de uma ambiciosa nova constituição nacional. A única opção de governabilidade disponível para Noboa é costurar um apoio do partido indígena, Pachakutik, e equacionar a ambição comum por uma nova constituição nacional.

Noboa também deverá sentir a pressão do próprio eleitorado, dada a vertiginosa queda

21 Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2025/04/01/latinoamerica/noboa-deja-presidencia-campana-licencia-orig>.

22 Disponível em: <https://elpais.com/america/2025-04-16/las-misiones-internacionales-de-observacion-en-ecuador-descartan-un-fraude-electoral.html>.

23 Disponível em: <https://www.dw.com/es/presidenta-del-consejo-nacional-electoral-de-ecuador-rechaza-la-denuncia-por-fraude-de-luisa-gonz%C3%A1lez/a-72254418>.

de popularidade ao longo de seu primeiro governo. Os cidadãos do país provavelmente não demonstrarão a mesma paciência com a demora na resolução de desafios críticos e urgentes na segurança e na economia em um mandato de quatro anos. Na história recente do país, quando as gestões de Lenin Moreno e Guillermo Lasso perderam maioria congressual e popularidade, as manifestações populares tenderam a ser mais assertivas e frequentes.

Outros pontos a serem considerados para a nova gestão são o alinhamento com os Estados Unidos e a capacidade de Noboa apresentar resultados factíveis para resolver o problema de criminalidade do país. Antes de se licenciar para o segundo turno, o equatoriano fez uma visita a Donald Trump, na residência do presidente estadunidense em Mar-a-Lago, onde disse ter estabelecido um bom diálogo com o seu homólogo. O governo equatoriano tem uma forte relação de dependência dos EUA e vem demandando um robusto acordo de cooperação na área de segurança, nos moldes do Plano Colômbia, desde a gestão de Guillermo Lasso. Noboa já deu sinais em mais de uma ocasião que também deseja implementar megaprojetos para a expansão do sistema carcerário nos moldes usados pelo salvadorenho Nayib Bukele.

No anverso, se observa que o uso de decretos de estado de exceção, banalizados nas últimas duas gestões presidenciais, parece estar chegando a um ponto de exaustão como ferramenta de contenção da violência. Tais decretos estão sendo cada vez mais contestados em sua validade pelo poder judiciário, por apresentarem desvio de propósito. No ar, uma sensação desconfortável de potencial escalada autoritária na futura gestão, que parece induzir a entraves institucionais, resistência dos movimentos sociais e limitações econômicas que minam a capacidade do presidente reeleito de implementar seu plano de governo.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a governança ambiental da Amazônia: avanços, contradições e desafios²⁴

Beatriz Bandeira de Mello
Pesquisadora do OPISA

Introdução

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi assinado em 1978 pelos oito países que compartilham o bioma – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Sua origem remonta aos debates internacionais da Conferência de Estocolmo, em 1972, e da Conferência das Nações Unidas sobre a Água, em 1977. Como o único bloco socioambiental da América Latina (Filho *et. al.*, 2023), o TCA unia expectativas de crescimento econômico e social, a promoção do bem-estar das comunidades locais e a preservação do meio ambiente, além de propor o “desenvolvimento harmônico” da Amazônia com base na cooperação regional e defesa da soberania estatal contra possíveis ingerências externas (OTCA, 2013).

Em seu texto original, o TCA previa a troca e o compartilhamento de informações entre os países signatários, a utilização racional dos recursos hídricos, a melhoria das vias navegáveis, a coordenação entre os sistemas de saúde e a cooperação técnica-científica, além de recomendações específicas para a criação de instâncias consultivas como o Conselho de Cooperação Amazônica, as Comissões Nacionais Permanentes e as Comissões Especiais da Região Amazônica (Folly e Porto, 2024). O tratado também recomendava a participação das populações indígenas e comunidades locais no processo de tomada de decisão, com vistas ao reconhecimento das práticas e conhecimentos desses povos às ações de preservação da Amazônia (Folly e Porto, 2024). Os instrumentos de ratificação do TCA foram depositados em Brasília pelo governo brasileiro, representado pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE) (Mattos, 1982).

Entre sua assinatura e o final dos anos 1980, no entanto, o TCA ficou inativo devido a instabilidades regionais, crises econômicas e ações unilaterais promovidas especialmente pelo Brasil na defesa da Amazônia. A baixa participação da sociedade civil e a falta de compromisso dos signatários em promover uma “consciência amazônica” também contribuíram para esse estancamento, apesar de alguns convênios bilaterais terem sido assinados entre 1978 e 1998²⁵. Esse cenário só foi modificado no decorrer dos anos 1990, quando a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável e reacendeu o debate sobre a proteção dos ecossistemas.

²⁴ Uma versão ampliada deste texto será publicada em forma de capítulo na coletânea “Governos e Política Ambiental na Amazônia: políticas públicas e sustentabilidade” (no prelo) no âmbito da Iniciativa Amazônia +10.

²⁵ Para mais informações ver Silva (2012).

Na região, essas discussões foram essenciais para revisar o TCA e decidir pela aprovação de uma emenda que criou a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em 1998. O processo de institucionalização foi concluído em 2002, com a criação da personalidade jurídica da Secretaria Permanente e a instalação da sua sede em Brasília no ano seguinte (Folly e Porto, 2024). Como uma entidade intergovernamental, a OTCA visa fortalecer e ampliar os objetivos estabelecidos no TCA (Silva, 2012), e influenciar o surgimento de regimes globais pertinentes à região, bem como atrair investimentos internacionais para cumprir as metas de proteção do ecossistema (Gonçalves, Reis e Bandeira de Mello, 2024). Contudo, desde sua criação, a organização enfrenta desafios relacionados ao aumento de atividades ilícitas na Amazônia, como o desmatamento ilegal e a mineração, dentro de um contexto mais amplo de falta de uma governança regional articulada para preservar o bioma e combater as ações que provocam danos ambientais (Folly e Porto, 2024).

Em 2023, após anos de poucos avanços, a OTCA foi “relançada” pelo governo brasileiro durante o terceiro mandato presidencial de Lula da Silva, após a IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes do TCA, denominada “Cúpula da Amazônia”, realizada em Belém. A reunião resultou na Declaração de Belém, documento que renova e amplia os propósitos do TCA e estabelece novas diretrizes para a atuação da organização. O documento define o “desenvolvimento sustentável, harmônico, integral e inclusivo” da Amazônia mediante cooperação, visão integrada e ação coletiva das partes envolvidas, servindo, portanto, como base orientadora das ações empreendidas pela OTCA no período recente.

Dado o contexto, este artigo propõe analisar as ações e políticas da OTCA à luz da Declaração de Belém (2023) e dos dados do Monitor da Governança Pan-Amazônica, do Observatório Político Sul-Americano (OPSA)²⁶. Com a perspectiva da COP 30 no Brasil, em 2025, o estudo destaca a importância da OTCA como espaço multilateral estratégico para o desenvolvimento amazônico e a cooperação Sul-Sul. A análise se estrutura em três partes: a primeira aborda os principais pontos da Declaração de Belém e as ações recentes da OTCA; a segunda examina os desafios da construção de uma governança regional para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Amazônia; e a terceira apresenta as considerações finais.

A Declaração de Belém e o papel da OTCA na articulação de demandas regionais

A Declaração de Belém (2023) estabelece um “novo impulso” à agenda comum de cooperação com a inclusão de “novas realidades regionais e globais” (OTCA, 2024). Ela faz referência a dispositivos internacionais – como o Acordo de Paris, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 da ONU – regionais e hemisféricos²⁷. Além disso, estabelece como objetivos centrais a “conservação, proteção e a conectividade ecossistêmica e sociocultural da Amazônia, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de suas populações, com especial atenção aos povos indígenas e às comunidades locais e tradicionais em situação

26 O Monitor faz parte do projeto de “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo Observatório Político Sul-Americano (OPSA) desde julho de 2023, em parceria com o OIMC e o LEGAL. O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital Iniciativa Amazônia+10.

27 O documento também cita a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Declaração de Princípios sobre Florestas, ambas de 1992, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, a Convenção para o Combate à Desertificação (UNCCD), a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o documento “O Futuro que Queremos”, adotado pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a Convenção de Minamata sobre Mercúrio, o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 e as Diretrizes de Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento e em Contato Inicial da Amazônia, Grande Chaco e Região Oriental do Paraguai do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; o Relatório dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial nas Américas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, os Princípios e Diretrizes para a Atenção à Saúde dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial da OTCA e o Marco Estratégico para a Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial da OTCA.

de vulnerabilidade”.

Em comparação ao TCA, a Declaração de Belém propõe uma governança multinível para a Amazônia, destacando a participação ativa da sociedade civil, governos subnacionais e comunidades locais na conservação ambiental, adaptação e mitigação às mudanças climáticas. Ela também propõe a construção de “soluções harmoniosas e coletivas” frente aos desafios políticos sociais, econômicos e ambientais da região, além de reconhecer a desigualdade, pobreza e fome como problemas regionais urgentes para evitar que a Amazônia chegue ao ponto de não-retorno²⁸. A declaração também reafirma a soberania dos Estados amazônicos, valoriza a diversidade cultural, a equidade de gênero, os direitos humanos e os saberes ancestrais como pilares para o fortalecimento da OTCA.

Nesse sentido, a Declaração de Belém organiza a proposta de revitalização da OTCA em torno de 13 eixos prioritários de ação, que visam traduzir em políticas concretas os princípios anteriormente destacados. São eles: (1) ciência, educação e inovação – conhecimento e empreendedorismo na Amazônia; (2) monitoramento e cooperação na gestão de recursos hídricos; (3) mudança do clima; (4) proteção das florestas, zonas costeiras, ecossistemas vulneráveis e biodiversidade; (5) cooperação policial, judicial e de inteligência no combate a atividades ilícitas, incluindo crimes ambientais; (6) infraestrutura sustentável; (7) economia para o desenvolvimento sustentável; (8) saúde; (9) segurança e soberania alimentar e nutricional; (10) proteção social; (11) direitos humanos e participação social; (12) reconhecimento das culturas amazônicas; e (13) cooperação diplomática.

Desde agosto de 2023, a OTCA tem intensificado seu papel como articuladora de uma governança ambiental multinível, atuando como planejadora de demandas regionais, provedora de insumos técnicos e articuladora de recursos humanos e financeiros. Entre os principais avanços, destaca-se a execução do Programa de Ações Estratégicas (PAE)²⁹, vinculado ao Projeto Bacia Amazônica, voltado à Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH). Com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), o projeto promoveu encontros formativos e técnicos com a participação de autoridades de Bolívia, Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela. Os ciclos formativos do PAE contaram com o apoio dos Ministérios de Relações Exteriores e do Meio Ambiente, além da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e de famílias e cooperativas locais. Essas etapas culminaram com a criação da Rede de Autoridades da Água (RADA), da Rede Hidrológica da Amazônia (RHA) e da Rede de Qualidade da Água (RCA), aprovadas em novembro de 2024³⁰, integradas ao Observatório Regional da Amazônia (ORA)³¹, fortalecendo o eixo de recursos hídricos e sustentabilidade ambiental.

No eixo de ciência e inovação, a OTCA ampliou o diálogo com universidades, *think tanks* e centros de pesquisa, firmando parcerias com instituições como a Associação de Universidades

28 O conceito estipula que “se os níveis de desmatamento e degradação da Amazônia atingirem certos patamares, a floresta perderá a capacidade de se sustentar, independentemente de quaisquer iniciativas posteriores no sentido de mitigar a perda de cobertura vegetal”. Mais informações em: <https://portalamazonia.com/meio-ambiente/ponto-de-nao-retorno-amazonia/>.

29 O PAE é um instrumento orientador da cooperação regional e da atuação dos países membros da OTCA que requer o suporte do mais alto nível dos setores relevantes dos governos, já que estabelece estratégias e prioridades para a ação regional, ao passo que oferece delineamentos de políticas e normativas no contexto do fortalecimento institucional. Esse é o produto mais relevante obtido pelo Projeto de Gestão Integrada e Sustentável de Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia do Rio Amazonas considerando a Variabilidade e Mudança Climática (Projeto Amazon GEF – OTCA/PNUMA/GEF), uma iniciativa regional criada pelos países membros da OTCA.

30 “Projeto Amazonas estende sua vigência até 2025 para fortalecer a gestão integrada de recursos hídricos na Amazônia”. OTCA, 7 de novembro. 2024. Disponível em: <https://otca.org/pt/projeto-amazonas-estende-sua-vigencia-ate-2025-para-fortalecer-a-gestao-integrada-de-recursos-hidricos-na-amazonia/>. Acesso em 4 mar. 2025.

31 O Observatório Regional Amazônico “baseia-se em um dos mandatos do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em 1978 pelos oito países membros da OTCA. O Artigo VII refere-se à necessidade de promover a cooperação em pesquisa científica e troca de informações para aumentar o conhecimento dos recursos da flora e da fauna dos territórios amazônicos, bem como estabelecer um sistema regular de troca de informações adequadas”. Mais informações em: <https://oraotca.org/pt/sobre-a-ora/>.

Amazônicas (UNAMAZ)³² e a Universidade de Brasília, com a intenção de promover a divulgação científica e produzir informações e dados confiáveis para o embasamento de políticas. Ao longo de 2023, “o ORA alcançou um aumento notável de 124 bancos de dados, com, aproximadamente, 54,8 milhões de registros, em 2022, para 840 bancos de dados com, aproximadamente, 70,6 milhões de registros em 2023” (OTCA, 2023). Outro destaque foi a publicação da “Avaliação Rápida de Diversidade Biológica e Serviços Ecossistêmicos da Bacia/Região Amazônica” (2023), a “primeira avaliação de caráter sub-regional em nível global que segue a metodologia e o marco conceitual da Plataforma Intergovernamental Científico-Normativa sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES)” (OTCA, 2024).

Do ponto de vista político-institucional, os destaques foram: a reativação do Parlamento Amazônico (PARLAMAZ), após 10 anos de inatividade, a XIV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da OTCA, realizada após um intervalo de seis anos, que aprovou a Declaração de Brasília (2023) e mais 29 Resoluções; a Reunião Extraordinária de Ministros de Relações Exteriores da OTCA, na Colômbia, que aprovou a Declaração de Cali (2024)³³, e a XV Reunião de Ministros de Relações Exteriores, no Suriname, que aprovou a Declaração de Paramaribo (2025). A Declaração de Brasília definiu a extensão dos mandatos presidenciais da OTCA, a reativação das Comissões Especiais, a criação da Comissão de Segurança Pública e Crimes Transfronteiriços, incluiu um módulo sobre a situação das pessoas defensoras dos direitos humanos e direitos dos povos indígenas no ORA e celebrou a realização da Primeira Reunião da Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento. A Declaração de Cali destacou a necessidade de fortalecer as redes regionais para gestão integral do fogo e a elaboração de políticas de mitigação dos impactos do fenômeno climático El Niño. A Declaração de Paramaribo reafirmou o compromisso dos países amazônicos de manter o aumento da temperatura global abaixo de 2°C, na linha do compromisso do Acordo de Paris, e reconheceu o papel central dos povos indígenas na conservação da Amazônia³⁴.

Os países amazônicos também se comprometeram a elaborar uma Estratégia Amazônica de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Em termos concretos, a OTCA e o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas firmaram uma Carta de Intenção (2024) com o objetivo de “identificar áreas de cooperação interinstitucional para promover a segurança alimentar e nutricional na região amazônica em curto e longo prazo”³⁵. Na saúde, a OTCA assinou um Acordo-Quadro com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)³⁶, que estabeleceu como áreas prioritárias de cooperação saúde dos povos indígenas, vigilância epidemiológica, saúde ambiental e uso de novas tecnologias.

A dimensão diplomática também foi fortalecida, dado que, ao longo de 2023, os representantes da OTCA participaram de mais de 70 eventos internacionais (OTCA, 2023). Autoridades vinculadas à organização estiveram nas reuniões preparatórias da Cúpula do G20, no Brasil, da COP 16 da Biodiversidade, na Colômbia, e da COP 29 do Clima, no Azerbaijão, além de estarem envolvidos nos preparativos da COP 30, em Belém. A atuação da OTCA junto ao sistema ONU ocorreu por meio da participação na 38ª Sessão da Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), realizada na

32 A UNAMAZ foi criada em 1987 e reúne 68 instituições da região amazônica.

33 “Ministros de Relações Exteriores dos países membros da OTCA aprovam a Declaração de Cali para a proteção da Amazônia”. OTCA, 28 de outubro. 2025. Disponível em: <https://otca.org/pt/18850-2/#:~:text=28%20de%20outubro%20de%202024%20%E2%80%93%20Os%20Ministros,a%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20da%20biodiversidade%20e%20o%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 4 mar. 2025.

34 “Ministros das Relações Exteriores dos países amazônicos adotam a Declaração de Paramaribo e reforçam seu compromisso com a Amazônia”. OTCA, 3 de fevereiro. 2025. Disponível em: <https://otca.org/pt/ministros-das-relacoes-exteriores-dos-paises-amazonicos-adotam-a-declaracao-de-paramaribo-e-reforcam-seu-compromisso-com-a-amazonia/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

35 “A OTCA e o Programa Mundial de Alimentos oficializam assinatura de uma Carta de Intenção durante a COP 16 do CDB”. OTCA, 29 de outubro. 2024. Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-e-o-programa-mundial-de-alimentos-oficializam-assinatura-de-uma-carta-de-intencao-durante-a-cop-16-do-cdb/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

36 “OTCA e OPAS fortalecem cooperação em saúde pública na Amazônia com Acordo-Quadro”. OTCA, 3 de outubro. 2024. Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-opas-fortalecem-cooperacao-em-saude-publica-na-amazonia-com-acordo-quadro/>. Acesso em: 4 mar. 2025.

Guiana, e na organização de eventos como o “Segundo Diálogo Regional sobre Bioeconomia Amazônica e Transformação Rural Inclusiva” (2024).

Quanto ao eixo de combate a incêndios florestais, em dezembro de 2023, a OTCA organizou o “Primeiro Wokshop Regional da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo”, em Brasília, para discutir iniciativas em desenvolvimento na região, como primeiro passo para a consolidação da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF). No ano seguinte, a instituição concluiu o planejamento e organizou o Primeiro Encontro Regional da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo, em Lima, no Peru, para apresentar o “Memorando de Entendimento para a Cooperação e Assistência Mútua para o Manejo Integrado do Fogo entre os Países Membros da OTCA” (MoU MIF)³⁷.

A OTCA também avançou na integração da agenda de gênero e dos saberes tradicionais em suas políticas, com destaque para a participação no Fórum Permanente das Nações Unidas sobre as Questões Indígenas (2024) e no Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (2024). Esses encontros fortaleceram a divulgação da Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas e Mudança Climática, desenvolvida entre 2022 e 2024, com apoio a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e pela agência alemã GIZ. A plataforma, lançada no início deste ano, ainda propõe o desenho de uma Estratégia Regional Amazônica de Povos Indígenas e Mudança Climática (ERPICC)³⁸, a partir de uma base de dados no ORA, e sua incorporação ao Grupo de Trabalho do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas estabelecido pela Resolução 7 da OTCA³⁹.

A organização também buscou aumentar a captação de recursos para garantir a sustentabilidade financeira de suas ações. Durante a Cúpula da Amazônia, 18 bancos públicos de desenvolvimento, dentre eles o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), firmaram compromissos de apoio financeiro ao bioma, com destaque para a “Coalizão Verde”⁴⁰ e a assinatura de uma carta de intenções do “Programa Pró-Amazônia” que deve destinar cerca de R\$ 4,5 bilhões em programas de crédito para microempreendedores individuais (MEIs) e micro, pequenas e médias empresas (MPME) da região⁴¹. Em fevereiro de 2024, a OTCA anunciou o início da execução do projeto “Fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica” financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)⁴², com um orçamento total previsto de US\$ 3 milhões no período de três anos (2024-2026)⁴³. Os projetos financiados também receberam aportes da Agência Sueca de Cooperação para

37 O MoU MIF visa facilitar a reunião de informações e o envolvimento dos países amazônicos na elaboração de políticas e ações que levem em consideração o manejo, a ecologia e a cultura do fogo – seja por pesquisa e transferência de informações, até a promoção e implementação do Programa Regional de Aprendizagem, Treinamento, Intercâmbio de Experiências e Inovação em Manejo Integrado do Fogo na Região Amazônica.

38 “Um passo importante na governança indígena: A Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas e Mudança Climática”. OTCA, 5 fev. 2025. Disponível em: <https://otca.org/pt/um-passo-importante-na-governanca-indigena-a-plataforma-regional-amazonica-de-povos-indigenas-e-mudanca-climatica/>. Acesso em: 6 de mar. 2025.

39 “Um passo importante na governança indígena: A Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas e Mudança Climática”. OTCA, 5 fev. 2025. Disponível em: <https://otca.org/pt/um-passo-importante-na-governanca-indigena-a-plataforma-regional-amazonica-de-povos-indigenas-e-mudanca-climatica/>. Acesso em: 6 de mar. 2025.

40 Mais informações em: <https://green-coalition.com/pt/coalizao-verde/>.

41 “BNDES e BID lançam Coalizão Verde com bancos de desenvolvimento e anunciam R\$ 4,5 bi para MPMEs”. BNDES, 7 de agosto. 2023. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-e-bid-lancam-coalizao-verde-com-bancos-de-desenvolvimento-e-anunciam-4,5-bi-para-mpmes>. Acesso em: 6 mar. 2025.

42 Em fevereiro de 2025, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou que reduziria o orçamento da USAID, fato que pode impactar as ações de assistência humanitária e cooperação financiadas pela agência. Até o fechamento deste artigo não houve indício de interrupção deste projeto.

43 “OTCA e USAID iniciam projeto para o fortalecimento do Observatório Regional da Amazônia como um instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável”. OTCA, 1 fevereiro. 2025. Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-inicia-projeto-para-posicionar-o-observatorio-regional-da-amazonia-como-um-instrumento-fundamental-para-o-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

o Desenvolvimento Internacional (ASDI), cerca de US\$ 469 milhões direcionados programa “Amazônia Sempre”, e da Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICS).

Em síntese, a OTCA tem ampliado seu escopo de atuação de forma significativa, consolidando-se como um ator regional relevante na promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Ainda assim, o grande desafio atual consiste em fortalecer sua legitimidade política e se afirmar como instância de articulação multilateral efetiva, capaz de integrar agendas nacionais e transnacionais em uma governança verdadeiramente cooperativa e inclusiva para o bioma amazônico.

Desafios para implementação de uma agenda ambiental comum na América do Sul

Apesar dos avanços recentes, persistem os desafios políticos e diplomáticos para que a OTCA adquira um maior protagonismo na articulação de uma governança ambiental regional efetiva. A construção de consensos regionais é dificultada por contradições entre a promoção do desenvolvimento sustentável e a opção pela manutenção de práticas extrativistas na Amazônia. No Equador, por exemplo, as pressões pela preservação do bioma competem com a exploração do petróleo por empresas nacionais – como a PETROECUADOR – e internacionais, como a Texaco, a Petrobras e a Repsol, que frequentemente geram crises ambientais causadas por vazamentos que provocam a contaminações de rios. Prova disso é que o governo do empresário equatoriano Daniel Noboa não cumpriu a decisão popular, de agosto de 2023, que votou pela interrupção da exploração do petróleo no Parque Nacional de Yasuní.

As contradições também perpassam a Bolívia que administra a exploração de minerais estratégicos para a produção de baterias e carros elétricos na região conhecida como “Triângulo ABC do Lítio” – que inclui Argentina e Chile. Como país possuidor da maior reserva de lítio do mundo, a Bolívia desenvolve um modelo próprio de exploração do recurso que coloca o Estado como detentor das prerrogativas de “direção, exploração, industrialização, transporte e comercialização dos recursos naturais estratégicos” (Ives, Nascimento e Closs, 2023). No entanto, isso não é suficiente para impedir o avanço dos interesses de China e Rússia sobre as reservas, o intenso uso de água na extração do mineral e o deslocamento de populações indígenas afetadas pela atividade.

No Brasil, a possibilidade de pesquisa e exploração de petróleo na Bacia da Foz do Rio Amazonas, uma área de mais de 2200 km localizada na Margem Equatorial, próxima aos estados do Amapá e do Rio Grande do Norte⁴⁴, tem sido constantemente ventilada pelo presidente Lula. Essa questão põe em jogo o protagonismo brasileiro no debate ambiental e de mudanças climáticas, aumentando a pressão sobre o país para o cumprimento de acordos internacionais – em meio aos preparativos para a COP 30, em Belém. Entre disputas políticas internas, a Petrobras divulgou uma nota argumentando que o petróleo tem o potencial de “garantir a demanda energética do país” e dizendo que a região já pode ser considerada “o novo pré-sal”⁴⁵.

A defesa da soberania nacional, princípio do TCA, limita ingerências externas, mas torna a OTCA vulnerável a crises políticas, como evidenciado pelo impasse na escolha do novo Secretário-Geral da organização, em 2024. A crise foi causada por declarações do presidente colombiano Gustavo Petro em apoio ao ex-presidente peruano Pedro Castillo, levando o governo colombiano a suspender sua participação nas reuniões da OTCA. Até a escolha do novo Secretário-Geral, o americano-colombiano Martin von Hildebrand, durante a COP 16 em Cali, as atividades da organização foram conduzidas pela Secretária-Executiva Vanessa Grazziotin e pela Diretora-Administrativa, Edith Paredes.

A organização também enfrenta entraves estruturais, como orçamento limitado e

44 “Lula volta a falar sobre exploração de petróleo na Bacia da Foz do Rio Amazonas: ‘A gente vai ser muito responsável’”. *Jornal Nacional*, 13 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/02/13/lula-volta-a-falar-sobre-exploracao-de-petroleo-na-bacia-da-foz-do-rio-amazonas-a-gente-vai-ser-muito-responsavel.ghtml>. Acesso em: 3 mar. 2025.

45 “Descubra o que é a Margem Equatorial, importante fronteira offshore do Brasil”. Petrobras, 21 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.nossaenergia.petrobras.com.br/w/nossas-atividades/margem-equatorial>. Acesso em: 3 mar. 2025.

dependência de financiamento externo majoritariamente vindo do Norte Global (Albuquerque, 2024). Eles advêm principalmente de organizações vinculadas ao Sistema ONU, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da FAO, de fundos de conservação do meio-ambiente, como o REDD+ e o Fundo Global de Meio Ambiente (GEF), e de países europeus, principalmente Noruega, França, Itália, Suíça e Alemanha, além de União Europeia e Estados Unidos. Embora haja previsão de criação de um fundo próprio, conforme previsto na XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores e amparado pelo tópico XX da Declaração de Belém, a iniciativa ainda está em fase inicial.

No campo da segurança, a atuação da OTCA é incipiente, com destaque apenas para ações recentes como a criação da Comissão Especial de Segurança Pública e Crimes Transfronteiriços; a participação no “II Encontro Regional sobre Estratégias para Enfrentamento aos Ilícitos Ambientais na Amazônia” (2024); e nas mesas “Desenvolvimento Social e Sustentável como Estratégia de Segurança Pública e Promoção dos Direitos Humanos nas Políticas de Drogas” (2024) e “Liderança da OTCA no fortalecimento da cooperação regional para enfrentar os crimes ambientais na Bacia Amazônica”, ambas realizadas durante a COP 16, na Colômbia. A implementação do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI-Amazônia) sob a liderança da Polícia Federal do Brasil, ainda está em estágio inicial.

Ainda assim, destaca-se a crescente participação de povos indígenas e comunidades locais, superando críticas históricas sobre sua exclusão das decisões e promovendo uma governança mais inclusiva e territorialmente enraizada. Um exemplo dessa prática foi a realização da 1ª Reunião de Consulta com Povos Indígenas da Amazônia⁴⁶, em Bogotá, na Colômbia, que reuniu líderes indígenas dos 8 países da região⁴⁷. Na ocasião, o Coordenador de Assuntos Indígenas da OTCA, Freddy Mamani, apresentou os esforços para a criação da Plataforma Regional Amazônica dos Povos Indígenas e Mudanças Climáticas, reunindo as contribuições dos participantes. Deste modo, eles podem coordenar esforços e captar recursos internacionais por intermédio de instituições locais, governos subnacionais a partir do incentivo a uma maior participação da sociedade civil – que depende, ainda, da criação de instâncias consultivas e sua inclusão no quadro de eventos regulares da OTCA.

Considerações finais

A atuação recente da OTCA sinaliza um processo de revitalização institucional impulsionado, em grande parte, pelo protagonismo do Brasil e pela centralidade da agenda ambiental e climática no cenário internacional. A adoção da Declaração de Belém e o fortalecimento do Observatório Regional Amazônico (ORA) refletem um esforço conjunto dos países amazônicos em retomar o diálogo político, promover a cooperação regional e incluir a participação ativa de povos indígenas e comunidades locais na governança do bioma. Contudo, a construção de uma verdadeira governança ambiental regional ainda enfrenta obstáculos significativos.

As divergências políticas entre os governos nacionais, os modelos econômicos baseados em atividades extrativistas e as fragilidades institucionais da própria OTCA – como o baixo orçamento, a dependência de financiamento externo e as instabilidades administrativas – limitam o alcance e a efetividade das ações propostas. Ainda assim, os avanços recentes representam uma oportunidade concreta para consolidar a OTCA como um espaço de articulação regional mais democrático, transparente e alinhado com os princípios do desenvolvimento sustentável e da cooperação Sul-Sul.

A consolidação do multilateralismo amazônico tem contado com o apoio de organismos

46 “O Encontro Internacional dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica termina em Bogotá rumo à COP 16”. OTCA, 16 de agosto de 2024. Disponível em: <https://otca.org/pt/o-encontro-internacional-dos-povos-indigenas-da-bacia-amazonica-termina-em-bogota-rumo-a-cop16/>. Acesso em: 24 out. 2025.

47 O evento foi organizado pela Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC) e pelo Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia. Para mais informações: “Encontro Internacional em Bogotá: Povos Indígenas da Amazônia consolidam alianças para a COP16 sobre Biodiversidade”. OTCA, 20 de agosto de 2024. Disponível em: <https://otca.org/pt/encontro-internacional-em-bogota-povos-indigenas-da-amazonia-consolidam-aliancas-para-a-cop16-sobre-biodiversidade/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

internacionais, como CEPAL, FAO e BID, além de articulações com setores públicos e privados, universidades, movimentos sociais e povos originários. Para ampliar seu protagonismo internacional, a OTCA precisa fortalecer o diálogo com outras instâncias multilaterais regionais, como a CELAC e a OEA, em concordância as recomendações feitas por Albuquerque (2024). Essa articulação pode expandir a cooperação técnica e reforçar a capacidade política dos países amazônicos na construção de uma governança global voltada ao desenvolvimento sustentável, à proteção ambiental e à valorização das dimensões socioculturais da Amazônia.

Referências

ALBUQUERQUE, Marianna. Como passar do nível técnico ao estratégico? Recomendações para a estratégia internacional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Boletim OPISA, n.3, jul/set, 2024.

FILHO, Erivaldo C. et al. A criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA: cooperação entre países amazônicos. Cadernos Adenauer XXIV, n.2. 2023. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/d/brasilien/ka-cad-2023-2-web-capitulo-7>. Acesso em: 2 mar. 2025.

FOLLY, Maiara; PORTO, Viviana. Cooperação pan-amazônica: o papel da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Brasil. IN: FOLLY, M; CLOSS, M; GONZÁLEZ, V. (Org). Política Externa Brasileira e Clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo. Brasília: FUNAG, 2024.

GONÇALVES, Ana Lúcia L; REIS, Ana Paula M. S.; BANDEIRA DE MELLO, Beatriz. O Brasil e os desafios da OTCA para a construção de um projeto de conservação amazônica regional. Boletim NEAAPE, v.7, n.3, dez, 2023.

IVES, Diogo; NASCIMENTO, Jefferson; CLOSS, Marília. Geopolítica da transição energética: o Triângulo ABC do Lítio na América do Sul. Boletim OPISA, n.4, out-dez, 2023. Disponível em: https://www.opisa.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Boletim_OPISA_2023_n4.pdf. Acesso em: 3 mar. 2025.

MATTOS, Adherbal Meira. Pacto Amazônico: cooperação e integração. Belém: UFPA, 1982.

OTCA. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Base Jurídica do Tratado de Cooperação Amazônica – Atualização Resumida (2003-2012). 2013. Disponível em: <https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2021/04/Base-Juri%CC%81dica-2003-2012.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2025.

OTCA. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Relatório da Gestão da OTCA. 2023. Disponível em: <https://otca.org/pt/project/relatorio-de-gestao-da-otca-2023/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

OTCA. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Declaração de Belém, Declaração de Brasília e Resoluções. 2024. Disponível em: https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2024/06/POR_web-Declaracao_Belem_XVI_MRE.pdf. Acesso em: 3 mar. 2025.

SILVA, Rodolfo Ilário da. A cooperação multilateral entre os países amazônicos: a atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, UNESP, São Paulo, 2012.



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Entre a negligência, a militarização e o (des)engajamento regional: políticas nacionais e regionais da Bolívia e da Venezuela para a Amazônia

Débora Bedim Loures⁴⁸

Marília Closs⁴⁹

Stephanie Braun Clemente⁵⁰

Thaís Jesinski Batista⁵¹

Pesquisadoras do OPISA

Introdução

Bolívia e Venezuela são clássicos exemplos de países que passaram pela chamada Onda Rosa sul-americana: no início do século XXI, governos de esquerda induziram ciclos de inclusão social e políticas públicas de distribuição de renda a partir das rendas de commodities – nestes casos, de gás natural e petróleo. Para além de serem casos clássicos da Onda Rosa, os governos da Bolívia e da Venezuela, dirigidos, respectivamente pelos partidos Movimento ao Socialismo - Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS-IPSP) e pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), são exemplos de governos refundadores – e não renovadores (SILVA, 2010), dentro da tipologia clássica que divide e classifica os governos da Onda Rosa.

Para além disso, são governos que, diferentemente dos governos dos demais países sul-americanos, tiveram pouca ou nenhuma interrupção após a Onda Rosa, e os mesmos grupos políticos e partidos seguem, até hoje, à frente das burocracias estatais. No caso da Bolívia, a exceção é o período entre novembro de 2019 e outubro de 2020, quando o governo golpista de Jeanine Áñez esteve no poder; de resto, o MAS-IPSP segue no comando do Estado – antes com Evo Morales e agora com Luis Arce. No caso venezuelano, mesmo a morte de Hugo Chávez, 48 Doutoranda e mestre em Ciências Militares (PPGCM/ECEME). Bacharel em Relações Internacionais (UNILASALLE-RJ). Pesquisadora no Observatório Político Sul-Americano (OPSA), no Núcleo de Estudos de Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE) e no Laboratório de Pesquisa em Operações de Paz (LABPOP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3432628581429940> Email: dbedimloures@hotmail.com.

49 Doutora e mestra em Ciência Política pelo IESP-UERJ. Coordenadora de projetos na Plataforma CIPÓ.

50 Doutoranda e mestre em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ). Bacharel em Relações Internacionais (UCP). Pesquisadora no Observatório Político Sul-Americano (OPSA), no Núcleo de Estudos de Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE) e no Laboratório de Estudos sobre Regionalismo e Política Externa (LeRPE-UERJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8399297087812948> Email: stephaniebraunclemente@hotmail.com.

51 Doutoranda e mestre em Ciência Política pelo IESP-UERJ. Bacharel em Relações Internacionais (UFRGS). Pesquisadora do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6754254940212801> Email: thaisjbatista@gmail.com.

em 2013, não tirou o PSUV do poder, já que Nicolás Maduro, seu sucessor, assumiu seu posto pouco tempo depois.

Frente a isso, pode-se observar ciclos longos nesses dois governos de esquerda, Bolívia e Venezuela, o que tem permitido, inclusive, a formulação e a implementação de políticas públicas e estratégias de mais longo prazo. No entanto, as políticas destes países com relação aos recursos naturais e, mais especificamente, ao bioma amazônico chamam a atenção pelas ausências e lacunas. Poder-se-ia esperar políticas mais responsáveis e/ou sustentáveis com relação aos recursos naturais e ao cenário ecológico como um todo, já que têm sido governos progressistas em algumas agendas que prometeram – no caso boliviano – a reversão de uma lógica predatória com os ecossistemas e - no caso venezuelano - com a implementação das Misiones Bolivarianas⁵². Contudo, como este artigo discute, isto não tem sido a realidade. Neste sentido, este texto tem como objetivo entender quais têm sido as políticas – nacionais e internacionais – da Bolívia e da Venezuela para a Amazônia, comparando como os dois países lidam com a preservação do bioma.

Política nacional da Bolívia para a Amazônia: conflitos socioambientais e desafios climáticos e ecológicos

Em 2009, em um movimento de vanguarda, a nova constituição da Bolívia estabeleceu que a Pachamama é sujeito de direitos e que o Estado boliviano é plurinacional, reconhecendo as diversas nações indígenas originárias campesinas. O Movimento ao Socialismo - Instrumento Político da Soberania dos Povos (MAS-IPSP), partido político do atual presidente Luis Arce e do ex-presidente Evo Morales, e o ecossistema de movimentos sociais ao redor deste tiveram papel crucial nesse processo. Inicialmente, essa configuração política e constitucional trouxe esperanças de um modelo econômico e social não-predatório e mais harmônico com a natureza. No entanto, os governos de Evo Morales e Luis Arce mantiveram uma política econômica baseada no extrativismo predatório, sobretudo de gás natural, além de práticas danosas, como desmatamento e avasallamiento em biomas como a Amazônia e o Chaco. Com isso, estes têm sido governos marcados por complexos conflitos socioambientais e climáticos na Amazônia, especialmente em questões ligadas a terras indígenas e áreas protegidas, mineração, extração de hidrocarbonetos, violência contra defensores socioambientais e construção de megaprojetos hidrelétricos e agroindústria e agronegócio predatórios.

De acordo com Radhuber, Chávez e Andreucci (2021), hoje alguns elementos centrais condicionam e organizam os conflitos socioambientais no país e, em especial, na Amazônia boliviana: a ampliação e aprofundamento de atividades de exploração de hidrocarbonetos em territórios indígenas e áreas protegidas; a construção de mega projetos rodoviários; projetos de exploração mineira que privilegiam atores privados; a execução de megaprojetos hidrelétricos; e a aprovação de diversas leis que favorecem a agroindústria e o agronegócio. Frente a isso, a Bolívia e a Amazônia boliviana são hoje atravessadas estruturalmente por conflitos socioambientais. As raízes destes conflitos, no entanto, não estão nas últimas décadas. Historicamente, foi dominante no país uma matriz e um modelo econômico e político profundamente ligado ao extrativismo.

Desde o período colonial, a economia boliviana tem sido estruturada em torno de um modelo primário-exportador, com destaque para a extração mineral, frequentemente acompanhada da violenta expropriação de terras comunais. A revolução nacional de 1952, liderada pelo Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), trouxe avanços como o fim da servidão, o sufrágio universal e a ampliação do acesso à educação básica. No entanto, a mineração, voltada para exportação, tornou-se o principal pilar econômico e político do país, consolidando-se como a maior fonte de receita estatal. A partir de 1985, sob o governo de Víctor

⁵² Planos sociais de impacto para setores populares e médios da sociedade venezuelana, os quais focam em diferentes pontos de atuação, desde saúde e educação até a promoção de empregos públicos. A implementação das Misiones foi mais abundante no período dos governos de Chávez do que nos de Maduro, principalmente por seu financiamento se dar por meio da renda petroleira, cada vez mais escassa no contexto pós 2013. Porém, ainda que em amplitude bem menor, ainda pode-se encontrar iniciativas sociais até a atualidade. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/18661>. Acesso em: 08. abr. 2025.

Paz Estenssoro, as bases do Estado moldado pela revolução começaram a ser desmontadas, com a consolidação do neoliberalismo. A desestruturação das organizações trabalhistas e sindicais dos centros mineiros estatais – até então o alicerce da economia nacional – marcou o início de uma série de reformas neoliberais, que incluíram ajustes fiscais, privatizações em larga escala e desregulamentação dos mercados. Paralelamente, as fazendas de gado, a produção de soja e a agroindústria da porção oriental do país, onde fica o bioma amazônico, se fortaleceram. Com a privatização das minas e de grande parte dos recursos naturais, a mineração perdeu sua posição central na economia estatal, sendo gradualmente substituída pela extração de hidrocarbonetos, com destaque para o gás natural.

Ao ser eleito em 2005, Evo Morales assumiu a presidência com um programa político amplamente sustentado por movimentos sociais e populares. Esse programa defendia uma reconfiguração da relação entre o Estado e os recursos naturais, fundamentada em uma lógica antineoliberal (ALTO, 2007). Neste processo estava inserida a mudança de relação com os recursos naturais. O fortalecimento dos movimentos sociais fez da nacionalização do gás natural, por exemplo, uma agenda central na política. As Guerras da Água e do Gás, marcos do ciclo de protestos anti-neoliberais entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, foram fundamentais nesse processo, ao trazer os recursos naturais e a soberania nacional para o centro do debate político. Nesse contexto, a plurinacionalidade, incorporada à Constituição de 2009, e a nacionalização dos recursos naturais, especialmente dos hidrocarbonetos, garantida por uma lei de 2006, tornaram-se pilares do primeiro governo de Morales. A Constituição boliviana introduziu conceitos inovadores que geraram expectativas de que o governo do *Movimiento Al Socialismo* (MAS) adotaria uma abordagem não predatória em relação à natureza. A criação da figura do indígena originário campesino como ator político – reconhecido oficialmente no texto constitucional – trouxe uma nova dimensão às populações indígenas, embora, com o tempo, tenham ficado evidentes as assimetrias de poder entre as diferentes nações e comunidades do país. Além disso, a inclusão dos direitos da natureza, ou da Pachamama, no marco constitucional reforçou a perspectiva de políticas mais ecologicamente justas.

Desde o início, o *proceso de cambio* promovido pelo MAS já sinalizava um novo ciclo de expansão e aprofundamento do extrativismo e da desapropriação, especialmente em regiões da Amazônia e do Chaco boliviano, impulsionado pela crescente dependência das rendas do gás natural. O conflito em torno da construção da estrada Villa Tunari–San Ignacio de Moxos, proposta pelo governo em 2011, exemplifica essas contradições. O traçado do tramo II da rodovia atravessaria o Território Indígena Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS), gerando forte resistência de comunidades indígenas e ambientalistas.

Essas contradições se intensificaram a partir de 2014, com o início do terceiro mandato de Evo Morales, quando houve um aprofundamento da dependência econômica das rendas do gás natural e da expansão da agroindústria, consolidando um modelo de desenvolvimento cada vez mais ancorado no extrativismo. Essa nova fase foi marcada pelo avanço da flexibilização de normas e legislações ambientais. Com a aprovação de alguns decretos, passou-se a permitir, por exemplo, atividades petrolíferas dentro de áreas protegidas. Em 2014, a promulgação da Lei de Minerais e Metalurgia autorizou a exploração mineral em territórios ambientalmente sensíveis, incluindo áreas protegidas e glaciares – fontes essenciais para o abastecimento de água no altiplano (SANTOS, 2018, p. 247). No ano seguinte, o Decreto 2366 ampliou essa tendência ao liberar a exploração de hidrocarbonetos em mais oito áreas protegidas. Além disso, o direito de consulta prévia – garantido pela Lei de Hidrocarbonetos de 2005, como mecanismo para assegurar o consentimento livre, prévio e informado das comunidades afetadas – passou a ser sistematicamente enfraquecido.

Desde 2023, com a revitalização da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a assinatura da Declaração de Belém, o cenário não se altera de forma significativa. Pelo contrário: se observa na Amazônia boliviana os enormes impactos da mudança do clima, o fortalecimento de grupos ligados a crimes ambientais e o aumento dos – já alarmantes – níveis de desmatamento no bioma. Para além da contínua expansão agrícola, da mineração predatória e da construção de grandes obras de infraestrutura, emergem com ainda mais força

os incêndios florestais e as secas. Este último elemento – o crescimento do desmatamento na região – merece especial atenção.

Os incêndios florestais estão entre os principais desafios socioambientais da Bolívia, não apenas por envolverem diversos atores – incluindo comunidades indígenas, grandes proprietários de terra e grupos ligados à “colonização cocalera”, que será abordada mais adiante –, mas também por sua estreita relação com questões fundiárias. Sierra Praeli (2021) destaca que a principal fragilidade está na ausência de uma legislação efetiva que assegure uma relação sustentável com a natureza. Desde os *perdonazos*, consolidou-se o que tem sido chamado de “leis e normas incendiárias”, ou seja, medidas adotadas durante os governos de Morales e Áñez que estimularam o avanço da fronteira agrícola e autorizaram os incêndios controlados (PRAELI, 2021, s/p, tradução nossa). Com isso, a legislação se tornou mais permissiva, reduzindo a proteção de áreas que, em tese, deveriam ser legalmente preservadas.

O que se observa, portanto, não é apenas a manutenção do modelo extrativista, mas sua intensificação nos últimos anos. O país segue um modelo de desenvolvimento altamente dependente da extração e exploração de gás natural, com pesados investimentos em infraestrutura – sobretudo rodoviária e hidrelétrica –, voltada para a exportação de bens primários e dissociada de qualquer perspectiva sustentável de qualidade de vida e bem viver. No entanto, com as diminuições sucessivas dos níveis de produção e exportação de gás natural, tem se verificado o aumento de pressão sobre a agroindústria do país, concentrada, principalmente, nos departamentos orientais da Meia Lua – Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija, o que traz novos riscos ambientais. Afinal, como apresentado anteriormente, o desmatamento no bioma é muito ligado à expansão da fronteira agrícola e pecuária, sobretudo de soja, milho e gado. Na Amazônia boliviana, os *chaqueos*, prática de queima e desmate da terra para prepará-la para outros cultivos agrícolas ou agropecuários, são frequentes. Ainda que os *chaqueos* sejam amplamente nocivos para o bioma e para os ecossistemas ali inseridos, a legislação boliviana é bastante permissiva com eles. O governo tem dado respostas mais emergenciais que sólidas e duradouras para os incêndios florestais e o desmatamento ilegal. Medidas como o estabelecimento do Plan de Acción 2024 denominado “Lucha (?) Contra los Incendios”, em maio de 2024, certamente são relevantes, mas insuficientes frente ao monumental tamanho do desafio.

Para além das consequências socioambientais, como os conflitos ambientais, já são visíveis os impactos do colapso ecológico e dos eventos extremos no país. Entre agosto e novembro de 2023, o país – e o bioma como um todo – atravessou um período de seca e incêndios – tanto naturais quanto criminosos – que trouxe consequências severas e números recordes. Entre julho e outubro do ano seguinte, 2024, uma nova seca histórica, em especial na bacia do rio Madeira, e novos focos de incêndio batem recordes sucessivos: durante este período, mais de 11 mil famílias e 700 comunidades foram afetadas, mais de 10 milhões de animais foram mortos e mais de 7 milhões de hectares de floresta foram atingidos entre a Chiquitanía e a Amazônia boliviana (OPSA, 2024b). As secas e focos de incêndio tem se alternado com chuvas intensas, que levam a enchentes, transbordamento de rios e alagamentos, como aqueles que ocorreram em janeiro de 2025, que causaram o deslocamento de milhares de famílias e perdas consideráveis nas condições de subsistência das populações da região.

Ao mesmo tempo em que eventos extremos trazem consequências graves para as populações que habitam a Amazônia – rural e urbana – da Bolívia, há anos movimentos sociais, populações indígenas e comunidades locais denunciam diversas formas de crimes ambientais, desrespeito e invasões aos seus territórios. Por exemplo, são frequentes as denúncias de mineração ilegal em parques e reservas naturais (OPSA, 2024b, 2025), inclusive ligada a outros esquemas criminosos (OPSA, 2025). Na região de Tariquía, também tem sido denunciada a incursão de empresas petroleiras para a extração de hidrocarbonetos dentro da *Reserva Nacional de Flora y Fauna de Tariquía*. De acordo com as comunidades que habitam a reserva, não houve consulta e acordo para a instalação de empresas no local.

Pode-se visualizar que os diversos desafios socioambientais, ecológicos e climáticos na Amazônia boliviana não têm recebido as respostas estruturais que são urgentes. Pelo contrário: pode-se observar uma relativa negligência do governo central frente ao bioma. Se

a região é objeto de menor atenção nacionalmente, não se pode-se dizer o mesmo da política internacional da Bolívia para a Amazônia, objeto da próxima seção.

Política internacional da Bolívia para a pan-amazônia

No âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Bolívia tem desempenhado um papel ativo. Com o objetivo de fortalecer sua liderança em questões ambientais e promover a integração regional para proteção da Amazônia, a participação na OTCA permite ao país influenciar decisões e colaborar em iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável da região, alinhando-se com seus interesses de preservação ambiental e reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Esses temas fazem parte da agenda de política externa da Bolívia, que, na OTCA, se consolida com a efetivação de uma política externa pan-amazônica. Apesar disso, como se observa nas políticas nacionais voltadas para o meio ambiente, as ações do governo boliviano divergem entre o discurso e a prática. Em muitas situações, a falta de ações efetivas também afeta a credibilidade da Bolívia em fóruns internacionais de meio ambiente, uma vez que sua retórica de proteção da Amazônia não se reflete em compromissos reais dentro do bloco regional.

Em agosto de 2023, durante a Cúpula da Amazônia, realizada no Brasil, o presidente Luis Arce reconheceu a urgência da situação da Amazônia, mas destacou que este fenômeno se caracteriza como uma “crise estrutural” provocada pelo capitalismo. Além disso, argumentou que a crise climática tem responsáveis diretos: os países desenvolvidos. Nesse contexto, Arce reivindicou que o princípio das “responsabilidades comuns porém diferenciadas”, formulado na Rio-92, deveria ser aplicado nessa situação. Em suas palavras: “o fato da Amazônia ser um território tão importante não implica que toda a responsabilidade pelas consequências e efeitos da crise climática tenha que recair nas nossas mãos e nas nossas economias” (OPSA, 2023a).

A repercussão de seu discurso na sociedade civil foi distinta. Para ativistas e pesquisadores, a fala do presidente boliviano reforçou o interesse econômico que a Bolívia enxerga na região amazônica e não apresentou medidas concretas e comuns para diminuir a devastação florestal (VASQUEZ, 2023)⁵³. O peso da falta de ações concretas recai sobre a Bolívia por ter sido o país que dirigiu a OTCA até 2023, sob a liderança da ex-secretária geral, Alexandra Moreira, que também ocupou o cargo de Ministra de Meio Ambiente e Água da Bolívia durante a gestão de Evo Morales. Esperava-se que, com essa liderança, a Bolívia impulsionasse políticas ambientais mais eficazes dentro da organização, especialmente no que diz respeito à proteção da Amazônia. No entanto, especialistas apontam que essa expectativa não se traduziu em avanços significativos. Segundo Rodrigo Herrera, advogado ambientalista, “[...] uma organização grande em teoria, que conta com especialistas, cientistas e financiamento para conservar o meio ambiente, mas até agora não vemos nenhum tipo de proteção efetiva” (*Idem*, 2023)⁵⁴.

Outras críticas vindas de ambientalistas e organizações da sociedade civil reforçam que a Bolívia adotou um discurso ambicioso sobre sustentabilidade, mas sem implementar medidas concretas dentro da OTCA para enfrentar desafios como desmatamento, queimadas e exploração ilegal de recursos naturais. Assim, o país enfrenta dificuldades para consolidar sua imagem como liderança ambiental no cenário global, especialmente diante de um crescente relaxamento sobre suas políticas ambientais e o impacto de suas práticas domésticas (VASQUEZ, 2023)⁵⁵.

Ainda que a Declaração Presidencial na Conferência Amazônica tenha sido vaga em termos de metas, prazos e indicadores de redução para os países, a OTCA opera por meios de consultorias, desenvolvimento científico, workshops e parcerias para monitoramento fronteiriço, entre outras iniciativas. É nesse contexto que a atuação da Bolívia na OTCA se

53 VASQUEZ, Walter. Ideología e intereses económicos frenan objetivos comunes de protección de la Amazonía. 2023. Disponível em: < https://eldeber.com.bo/edicion-impresa/ideologia-e-intereses-economicos-frenan-objetivos-comunes-de-proteccion-de-la-amazonia_336735/ > Acesso em 22 de março de 2025.

54 *Op Cit*, 2023.

55 *Op Cit*, 2023.

limita.

Em agosto de 2023, a Bolívia foi o primeiro país a abrir o ciclo de Oficinas Nacionais para a Implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE)⁵⁶, com o objetivo de discutir ações prioritárias para fortalecer a capacidade nacional de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) na bacia amazônica (OTCA, 2023)⁵⁷. Como resultado desse evento, foi criado um comitê interinstitucional nacional para coordenar ações estratégicas no âmbito das políticas nacionais voltadas à gestão de água. Além disso, o evento destacou a participação da sociedade civil, acadêmicos, especialistas e líderes comunitários na formulação de políticas para a agenda amazônica (*Idem*, 2023)⁵⁸.

A execução do PAE teve início no segundo semestre de 2023 na Bolívia. Até o momento, foram instaladas redes de monitoramento em dois aquíferos na bacia do Rio Madeira, um dos principais afluentes do rio Amazonas, com o objetivo de fornecer dados sobre a quantidade e qualidade das águas subterrâneas que abastecem a população de Santa Cruz de la Sierra e de Sacaba. A expectativa é que o estabelecimento dessas redes contribua para a formulação de políticas de proteção dos sistemas aquíferos e sua gestão sustentável, permitindo a identificação de sinais de contaminação ou superexploração (OTCA, 2023a)⁵⁹.

Outra ação realizada pelo governo boliviano no âmbito do PAE, foi a instalação de estações de monitoramento de geleiras que abastecem a cidade de La Paz e El Alto. Essa iniciativa busca garantir o abastecimento de água para as comunidades andinas e os dois maiores centros urbanos da Bolívia, que dependem das geleiras tropicais (OTCA, 2023b)⁶⁰. Ambos projetos contam com a integração e supervisão do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Meio Ambiente e Água, além da participação de membros do setor acadêmico boliviano e da sociedade civil (*Idem*, 2023ab)⁶¹. No que se refere à ampliação da cooperação regional para a Amazônia, a Bolívia participou da expansão do escopo do Sistema Integrado de Previsão e Alerta Precoce Transfronteiriço, em parceria com Brasil e Peru. Essa iniciativa visa implementar o sistema nas bacias dos rios Madeira, Alto Purús e Alto Juruá, proporcionando segurança para 1,6 milhão de pessoas que vivem na região denominada MAP⁶². Além disso, busca facilitar uma intervenção trinacional eficaz, com troca de informações e interoperabilidade dos sistemas nacionais dos respectivos países (OTCA, 2023c)⁶³.

56 O Programa de Ações Estratégicas (PAE), foi acordado pelos países-membros da OTCA em 2017 - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Guiana, Suriname e Venezuela - com o objetivo de buscar uma gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços da bacia do rio Amazonas, considerando a variabilidade e as mudanças climáticas (OTCA, 2023).

57 OTCA. Bolívia abre o ciclo de Oficinas Nacionais para a implementação do PAE e discute ações prioritárias para a gestão integrada das águas amazônicas. 2023. Disponível em: <<https://otca.org/pt/o-governo-da-bolivia-e-a-otca-reunem-especialistas-autoridades-e-a-sociedade-civil-para-tratar-acoes-estrategicas-para-a-gestao-integrada-e-sustentavel-da-agua-na-regiao-amazonica/>>. Acesso em 22 de março de 2025.

58 *Op Cit*, 2023.

59 OTCA. Bolívia estabelece redes de monitoramento para a gestão sustentável dos aquíferos que abastecem mais de 1,5 milhão de habitantes da bacia do rio Madeira. 2023a. Disponível em: <<https://otca.org/pt/bolivia-estabelece-redes-de-monitoramento-para-a-gestao-sustentavel-dos-aquiferos-que-abastecem-mais-de-15-milhao-de-habitantes-da-bacia-do-rio-madeira/#:~:text=do%20rio%20Madeira.%20%2D,Bol%C3%ADvia%20estabelece%20redes%20de%20monitoramento%20para%20a%20gest%C3%A3o%20sustent%C3%A1vel%20dos,da%20bacia%20do%20rio%20Madeira.&text=Os%20olhares%20atentos%20de%20132,Sacaba%2C%20localizada%20na%20Amaz%C3%B4nia%20boliviana.>>. Acesso em 23 de março de 2025.

60 OTCA. O monitoramento de galerias tropicais na Bolívia contribui para a segurança hídrica em La Paz e El Alto, trazendo benefícios para a Bacia Amazônica. 2023b. Disponível em: <<https://otca.org/pt/o-monitoramento-de-geleiras-tropicais-na-bolivia-contribui-para-a-seguranca-hidrica-em-la-paz-e-el-alto-trazendo-beneficios-para-a-bacia-amazonica/>>. Acesso em 23 de março de 2025.

61 *Op Cit*, 2023.

62 A Região do MAP é formada pelos departamentos de Madre de Dios (Peru) e Pando (Bolívia), além do estado do Acre (Brasil). Essa região vem sofrendo com as mudanças climáticas e com eventos extremos, intensificados pelo fenômeno El Niño. Além disso, a construção de megaprojetos para a integração regional, impulsionada pela exportação de recursos naturais, de minerais e de petróleo, bem como a expansão da atividade agrícola e pecuária, provocaram eventos como grandes secas e inundações na região. Os impactos socioeconômicos e ambientais, exigem estratégias de redução de riscos para reduzir a vulnerabilidade das comunidades e dos ecossistemas (OTCA, 2023c).

63 OTCA. Bolívia, Brasil e Peru mobilizam atores governamentais e sociais para a ampliação do Sistema Tri-

Ao longo do ano de 2024, a Bolívia manteve sua atuação na OTCA por meio de projetos voltados à tecnologia de gestão de aquíferos transfronteiriços e ao monitoramento da qualidade de água, consolidando-se na agenda hídrica - principal tema em avanço nas discussões dentro da organização regional (OPSA, 2024a). Esses projetos foram apresentados no âmbito do *III Comité Directivo del Proyecto Cuenca Amazónica - Implementación del Programa de Acciones Estratégicas, o Taller Regional de Presentación del Documento CEO Endorsement del Proyecto Hacia Una Mejor Comprensión de los Sistema Acuíferos Amazónicos*, servindo como espaço para análise de resultados e planejamento do Plano Anual de Trabalho de 2024 (OTCA, 2024)⁶⁴.

Além disso, a Bolívia participou de uma série de *workshops*, como “Primeiro Workshop Regional da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo no Âmbito da OTCA”, que incentivou a expansão da agenda da organização para novas áreas, como a incêndios florestais (OTCA, 2024a)⁶⁵. Outro evento de destaque foi o Segundo Encontro Regional de Diálogo “Avanços e Desafios na Construção da Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas”, realizado em setembro na cidade de Santa Cruz de la Sierra (OTCA, 2024b)⁶⁶; entre outras iniciativas.

Um marco importante para a Bolívia na OTCA foi a posse na presidência da Rede Amazônica de Autoridades de Águas (RADA). Criada para avançar na gestão compartilhada dos recursos hídricos, na proteção dos mananciais e no fortalecimento da cooperação regional nessa agenda, a RADA também promove parcerias no âmbito da cooperação Sul-Sul sobre o tema (OTCA, 2024c)⁶⁷. A Diretora Geral de Limites e Águas Internacionais do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia, Marissa Castro, destacou que esse passo é essencial para fortalecer uma “gestão integrada, sustentável e harmoniosa da Bacia Amazônica” (CANCELLERIA BOLÍVIA, 2024)⁶⁸. Ao assumir a presidência da RADA, a Bolívia reforça o seu papel de liderança na agenda ambiental, demonstrando a importância estratégica da região Amazônica para o país e fortalecendo a cooperação regional no enfrentamento dos desafios climáticos.

Nesse sentido, em junho, a diretora da OTCA, Vanessa Grazziotin, reuniu-se com diversas autoridades bolivianas para discutir questões relacionadas à Amazônia. A atual ministra das Relações Exteriores, Celinda Sosa, ressaltou a importância da região e o papel da OTCA, afirmando que “a luta contra a mudança climática deve ir além de meras declarações filosóficas e se tornar ações concretas” (OTCA, 2024d)⁶⁹. Além de Sosa, Grazziotin também se encontrou com o ex-ministro do Meio Ambiente e Água, Alan Linsperguer, para discutir temas de interesse comum, incluindo biodiversidade, áreas protegidas, desenvolvimento florestal e bioeconomia (*Idem*, 2024d)⁷⁰.

Em resumo, a Bolívia se destaca na OTCA ao se posicionar como liderança em questões ambientais. No entanto, essa projeção internacional não se reflete plenamente nas políticas nacionais voltadas para a Amazônia, o que no médio e longo prazos, tende a enfraquecer

nacional de Alerta Precoce na Região MAP. 2023c. Disponível em: <https://otca.org/pt/bolivia-brasil-e-peru-mobilizam-atores-governamentais-e-sociais-para-a-ampliacao-do-sistema-trinacional-de-alerta-precoce-na-regiao-map/>. Acesso em 23 de março de 2025.

64 OTCA. Autoridades de água dos oito países amazônicos participam de eventos do PAE em Brasília. 2024. Disponível em: <https://otca.org/pt/autoridades-de-agua-dos-oito-paises-amazonicos-participam-de-eventos-do-pae-em-brasilia/>. Acesso em 24 de março de 2025.

65 OTCA. Lima realiza o primeiro encontro regional da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF) da OTCA. 2024a. Disponível em: <https://otca.org/pt/lima-realiza-o-primeiro-encontro-regional-da-rede-amazonica-de-manejo-integrado-do-fogo-ramif-da-otca/>. Acesso em 24 de março de 2025.

66 OTCA. OTCA realiza o Segundo Encontro Regional de Diálogo sobre a Plataforma Amazônica de Povos Indígenas. 2024b. Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-realiza-o-segundo-encontro-regional-de-dialogo-sobre-a-plataforma-amazonica-de-povos-indigenas/>. Acesso 24 de março de 2025.

67 OTCA. Países Membros da OTCA instalam a RADA - Rede Amazônica de Autoridades de Água. 2024c. Disponível em: <https://otca.org/pt/18418-2/>. Acesso em 24 de março de 2025.

68 CANCELLERIA BOLÍVIA. Bolivia asume la presidencia de la Red Amazónica de Autoridades del Agua. 2024. Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/04/29/15000/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAR17s7024TtoS3w0aIoqICaaK>. Acesso em 24 de março de 2025.

69 OTCA. A Diretora Executiva da OTCA se reúne com altos funcionários do governo boliviano. 2024d. Disponível em: <https://otca.org/pt/a-diretora-executiva-da-otca-se-reune-com-altos-funcionarios-do-governo-bolivia-no/>. Acesso em 24 de março de 2025.

70 *Op Cit*, 2024d.

sua reputação de liderança regional. Embora o discurso oficial enfatize o compromisso com a proteção da região, a atuação boliviana dentro da OTCA permanece focada principalmente na gestão dos recursos hídricos, sem abordar de forma abrangente outros desafios cruciais, como a preservação da floresta, o combate a incêndios e o enfrentamento de atividades ilegais. Nesse contexto, a mobilização da sociedade civil, em especial dos povos indígenas, desempenha um papel fundamental ao pressionar o governo para adotar medidas mais efetivas na preservação ambiental.

A Amazônia no contexto venezuelano e a atuação do governo Maduro em fóruns internacionais

A Venezuela possui cerca de 6,7% do total do território da Amazônia, sendo a área correspondente a 51,1% do território venezuelano⁷¹. Dois estados do país estão nesse bioma: Amazonas e Bolívar e, apesar da extensão territorial, tem uma baixa densidade populacional. A maior parte da população se concentra na parte norte do país, e próximo da capital, Caracas. Ao analisar a questão da Amazônia na Venezuela, é importante mencionar que o país mantém uma disputa histórica com a Guiana sobre a região de Essequibo, área de cerca de 160 mil km², que corresponde a mais de 70% do território guianense e é composta pela Floresta Amazônica (BATISTA; FRITZ, 2024).

Desde 1999, a Venezuela é governada pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), tendo Hugo Chávez como presidente até 2013 e Nicolás Maduro assumindo o posto após a morte de seu predecessor. Nas duas primeiras décadas deste século, a Venezuela passou por profundas transformações políticas, econômicas e sociais, marcadas pela adoção do projeto bolivariano chamado de “socialismo do século XXI”. A dimensão ambiental desse projeto, no entanto, permaneceu ambígua, frequentemente subordinada às prioridades econômicas, especialmente à manutenção do modelo extrativista baseado na exploração petrolífera.

A economia venezuelana é, historicamente, dependente da exploração de petróleo. Após a nacionalização da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) em 1976, o petróleo se consolidou como a principal fonte de divisas e financiamento estatal. Durante os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, essa dependência não apenas se manteve como foi intensificada, apesar da retórica de diversificação econômica. Nos governos do PSUV, o auge da produção de petróleo ocorreu em 2006, com cerca de 3,3 milhões de barris por dia. A partir de 2014, no entanto, a combinação entre a queda dos preços internacionais da commodity e a imposição de sanções econômicas pelos Estados Unidos e seus aliados contribuiu para o colapso da indústria petrolífera. Em 2018, a produção caiu para 1,5 milhões de barris por dia, tendência que se intensificou nos últimos anos, desestruturando o financiamento público e aprofundando a crise econômica e social⁷².

O cenário de dependência da economia venezuelana da exploração de petróleo, nos governos do PSUV, se manteve concomitantemente a noção de “ecossocialismo”. O conceito, conforme delineado nos documentos oficiais do país, constitui um modelo econômico e social orientado para a construção de uma relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza, fundamentado no uso racional, ótimo e sustentável dos recursos naturais, com respeito aos ciclos ecológicos. Esse princípio está consagrado na Constituição, especialmente nos artigos 127, 128 e 129, que estabelecem o direito e o dever de cada geração de proteger o ambiente em benefício próprio e das futuras gerações⁷³. Nos Planos da Pátria 2013–2019 e 2019–2025, o ecossocialismo é destacado como base de um novo modelo produtivo voltado para a preservação da vida no planeta e a salvação da espécie humana^{74,75}.

71 NEXO JORNAL. Qual a extensão e a distribuição da Amazônia. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2023/10/24/qual-a-extensao-e-a-distribuicao-da-amazonia>>. Acesso em 7 de abril de 2025.

72 FORBES. Charting The Decline Of Venezuela's Oil Industry. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/rpapiet/2019/01/29/charting-the-decline-of-venezuelas-oil-industry/>>. Acesso em 7 de abril de 2025.

73 OAS. Constitucion de la Republica Bolivariana de Venezuela. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_venezuela.pdf>. Acesso em 7 de abril de 2025.

74 MPPP. Plan de la Patria. Disponível em: <<https://mPPP.gob.ve/plan-de-la-patria>>. Acesso em 7 de abril de 2025.

75 MINEC. Plan de la Patria. Disponível em: <<https://www.minec.gob.ve/plan-de-la-patria/>>. Acesso em 7 de

A partir de 2013, com a ascensão de Nicolás Maduro, o governo venezuelano incorporou de forma mais explícita a noção de “ecossocialismo” ao discurso oficial. A criação do Ministério do Poder Popular para o Ecossocialismo (MINEC), em 2015, reflete o compromisso institucional do Estado com a formulação e implementação de políticas públicas ecossocialistas, abrangendo desde a gestão ambiental até a conservação da biodiversidade. Desde a criação do ministério, no entanto, a pasta passou por diversas mudanças de comando, tendo sete ministros, o que reflete certa instabilidade institucional.

Guillermo Barreto foi o primeiro ministro da pasta (2015–2016)⁷⁶, seguido por Ernesto Paiva (2016–2017)⁷⁷, Ramón Celestino Velázquez (2017–2018)⁷⁸, Heryck Rangel (2018–2019)⁷⁹, Oswaldo Barbera Gutiérrez (2019–2021)⁸⁰, Josué Alejandro Lorca (2021–2025)⁸¹ e Ricardo Molina (2025)⁸². A maior parte dos Ministros tinha carreiras técnicas, mas, entre 2017 e 2018, o Ministério foi chefiado por um militar e entre 2018 e 2019, por um militante do PSUV. Em 2025, a pasta voltou a ser comandada por um político de carreira. Além das constantes trocas de comando, o ministério operou com recursos limitados e pouca capacidade de fiscalização, frequentemente subordinado aos interesses do setor extrativista.

A contradição mais evidente entre discurso e prática ambiental na Venezuela se manifesta com o projeto de exploração do Arco Mineiro do Orinoco, lançado por Nicolás Maduro em 2016, por meio do decreto nº 2.248. A criação da “Zona de Desenvolvimento Estratégico Nacional” destinou uma área de quase 112 mil km² à exploração de minerais como ouro, bauxita, coltan e diamantes. A área abrange porções da Amazônia venezuelana e territórios de comunidades indígenas, como os povos Pemón, Uwottuja, Ye'kwana e Sanema. O projeto tem sido duramente criticado por organizações nacionais e internacionais, que denunciam a ausência de estudos de impacto ambiental, violações de direitos humanos, uso intensivo de mercúrio e o avanço de economias ilegais controladas por grupos armados. A mineração no Arco tem provocado desmatamento acelerado, poluição de rios e deslocamento forçado de populações indígenas⁸³.

Já nos espaços multilaterais, como a Assembleia Geral da ONU e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Venezuela costuma adotar um discurso crítico ao capitalismo e em defesa da soberania dos povos sobre seus recursos naturais. Em seu discurso durante a Cúpula da Amazônia, em agosto de 2023 em Belém, a vice-presidente Delcy Rodríguez apresentou 9 mensagens de Nicolás Maduro, com propostas relacionadas à preservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia. Foram elas: 1 - criar uma força-tarefa da OTCA como instância de articulação e união; 2 - fazer um plano de desmatamento zero na Amazônia; 3 - fazer um plano de reflorestamento da Amazônia com a criação de um banco de sementes para a preservação da biodiversidade da região; 4 - eliminar o uso

abril de 2025.

76 RUNRUN. Perfil: ¿Quién es Guillermo Barreto, nuevo Ministro de Ecosocialismo y Aguas? Disponível em: <<https://runrun.es/nacional/venezuela-2/194925/perfil-quien-es-guillermo-barreto-nuevo-ministro-de-ecosocialismo-y-aguas/>>. Acesso em 7 de abril de 2025.

77 MAZO. Ernesto Paiva: Nuevo ministro de Ecosocialismo y Aguas. Disponível em: <<https://mazo4f.com/ernesto-paiva-nuevo-ministro-de-ecosocialismo-y-aguas>>. Acesso em 7 de abril de 2025.

78 NOTICIAS 24. Estos son los cambios del gabinete ministerial efectuados por el presidente Nicolás Maduro. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20170105174300/http://www.noticias24.com/venezuela/noticia/328170/el-presidente-nicolas-maduro-anuncia-renovacion-del-gabinete-ministerial/>>. Acesso em 7 de abril de 2025.

79 PAGINA 12. “El problema es el bloqueo financiero” Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/153279-el-problema-es-el-bloqueo-financiero>>. Acesso em 7 de abril de 2025.

80 EFECTO COCUYO. Quién es Oswaldo Barbera Gutiérrez, nuevo ministro de Ecosocialismo. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/politica/barbera-gutierrez/>>. Acesso em 7 de abril de 2025.

81 RADIO MIRAFLORES. Josué Lorca es el nuevo Ministro para el Ecosocialismo. Disponível em: <<https://radiomiraflores.net.ve/josue-lorca-es-el-nuevo-ministro-para-el-ecosocialismo/>>. Acesso em 7 de abril de 2025.

82 VTV. Designan a Ricardo Molina como nuevo ministro del Poder Popular para el Ecosocialismo. Disponível em: <<https://www.vtv.gob.ve/designan-a-ricardo-molina-como-nuevo-ministro-del-poder-popular-para-el-ecosocialismo/>>. Acesso em 7 de abril de 2025.

83 WRM. Mineração predatória na Venezuela: o Arco Mineiro do Orinoco, economias de enclave e o Plano Nacional de Mineração. Disponível em: <<https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/mineracao-predatoria-na-venezuela-o-arco-mineiro-do-orinoco-economias-de-enclave-e-o-plano-nacional-de>>. Acesso em 7 de abril de 2025.

de metais pesados em atividades de mineração; 5 - eliminar o garimpo ilegal na região e promover a mineração sustentável; 6 – criar o Centro de Pesquisas da Amazônia para monitorar a crise climática e preservar saberes tradicionais; 7 – lançar um satélite amazônico para monitorar a região; 8 – elaborar um plano de desenvolvimento sustentável, ecológico e soberano, em harmonia com a natureza; e 9 – fortalecer institucionalmente a OTCA, com a criação de Conselhos de Ministros de saúde, defesa, povos indígenas, entre outros. Para além dessas propostas, Rodríguez também destacou três ameaças à Amazônia: 1 – a voracidade de multinacionais farmacêuticas e de alimentos na região; 2 – a terceirização da função do Estado com a presença de ONGs financiadas pelo capital internacional; e 3 – a mercantilização da biodiversidade da Amazônia com a presença de bases militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na região. A vice-presidente concluiu seu discurso clamando pela união entre os países amazônicos para preservar a vida no planeta e defender a região dos ataques do Norte (OPSA, 2023a).

Segundo nota disponível no site do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores (MPPRE), a participação do chanceler Yván Gil na XIV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da OTCA, em novembro de 2023 em Brasília, demonstra “o compromisso do governo bolivariano com o cumprimento do 5º Objetivo Histórico do Plano da Pátria, impulsionado pelo presidente Hugo Chávez, de preservar a vida no planeta e salvar a espécie humana”. (OPSA, 2023c). Já durante a participação na XV reunião de Ministros de Relações Exteriores da OTCA, em fevereiro em Paramaribo (Suriname), Gil expôs a sexta transformação (6T) do Plano da Pátria 2025 - 2031, a Transformação Ecológica, cujo objetivo é reorganizar os padrões de produção e consumo capitalistas, para fazer frente de modo efetivo à crise climática. Segundo Gill, no encontro “acordamos avançar em um trabalho conjunto em defesa da soberania e exercer a soberania em nossos territórios livres das corporações que tentaram explorar a Amazônia e a mineração ilegal”. O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, reafirmou o compromisso da Venezuela com a Amazônia, se referindo à participação do Ministro Gil no encontro da OTCA, declarando que “a Amazônia é nossa, é sul-americana e temos que seguir defendendo-a.”.⁸⁴

O discurso venezuelano de crítica ao sistema capitalista e defesa da soberania do país se reflete em fóruns globais também. No discurso na 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em setembro de 2023 em Nova York, o chanceler Yvan Gil reforçou que não se deve mudar o clima, mas o sistema. O chanceler destacou a necessidade de financiamento para os países em desenvolvimento e de responsabilização dos países desenvolvidos pelas mudanças climáticas, ressaltando os princípios de equidade e de responsabilidades comuns, mas diferenciadas (OPSA, 2023b). Na 28ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP28), em dezembro de 2023 em Dubai (Emirados Árabes Unidos), o ministro do Poder Popular para o Ecosocialismo, Josué Lorca, criticou o sistema capitalista e a destruição da natureza dele decorrente, e defendeu que as ações inseridas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas devem ser implementadas imediatamente, observando o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas (OPSA, 2023d). Apesar da retórica combativa e das promessas de conservação, os compromissos assumidos nesses fóruns contrastam com práticas internas marcadas por degradação ambiental e flexibilização regulatória, como será exposto na próxima sessão.

A atuação do Estado venezuelano no território amazônico

Central para a política venezuelana historicamente, a participação da Força Armada Nacional Bolivariana da Venezuela (FANB) em diversos âmbitos políticos se mantém estável ao longo dos governos de Maduro. Mais especificamente desde agosto de 2023, momento em que o acompanhamento e a elaboração de monitores mensais começou a ser realizado pelo Observatório Político Sul-Americano (OPSA), no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-

84 OPISA. Monitor da Governança Pan-Amazônica Fevereiro de 2025. Disponível em: <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Monitor-Pan-Amazonia-2025-02.pdf>. Acesso em: 7 de abril de 2025.

Amazônia”, uma constante no que se refere às ações políticas do governo bolivariano perante sua região amazônica consiste na execução de operações militares desfechadas pelas FANB em territórios chave para a Amazônia venezuelana.

Em 2023 foi levada a cabo a “Operação Escudo Bolivariano Autana 2023” ou, simplesmente, Autana 2023⁸⁵, que deu continuidade às operações “Cacique Aramare 2022”, a “Roraima 2022” e a “Autana I-2022”. Tanto essas operações quanto as que se iniciaram posteriormente são conduzidas pelo Comando Estratégico Operacional da Força Armada Nacional Bolivariana (CEOFANB). A Operação Autana 2023 focou no combate à mineração ilegal, com foco de atuação no território de Yapacana. Na ocasião, a FANB promoveu ações que atingiram o objetivo de evacuar mais de 10 mil pessoas do território do Parque Nacional Cerro Yapacana⁸⁶, importante para a biodiversidade e geografia do país⁸⁷. Após o considerado sucesso da Autana 2023 no Yapacana, a FANB declarou a região como “território livre de mineração ilegal”⁸⁸.

O principal intuito dessas operações, de acordo com o Comandante Estratégico Operacional da FANB, GJ/Domingo Hernández Lárez, consiste em “combater os grupos TANCOL, contra o narcotráfico, a mineração ilegal, a depredação de nossas reservas florestais e ecocídio contra a natureza”⁸⁹. Após a realização das ações no território amazônico de Yapacana, o Ministério do Despacho da Presidência deu uma declaração informando que as FANB “[...] permanecerão em patrulha permanente para proteger o Yapacana, cuja finalidade é evitar a exploração madeireira, queimadas, contaminação de fontes de água, perfurações e outras práticas que coloquem em risco o meio ambiente”⁹⁰.

Ainda como desdobramento da aplicação da Operação Autana 2023, Nicolás Maduro fez um discurso durante a celebração do 18º aniversário do CEOFANB, em 29 de setembro de 2023. O presidente afirmou que os militares cumpriram com o objetivo de “defender a soberania nacional” e, devido a isto, condecorou os comandantes da Operação com a denominada “condecoração Cruz do CEOFANB”⁹¹. Isso reforça o papel crucial das forças armadas para o país e como o Estado utiliza os militares como meio para tentar preservar sua porção amazônica, ao invés de elaborar e colocar em prática políticas públicas eficazes.

Em 2024, a presença de militares na região amazônica da Venezuela se manteve. As operações passaram a levar o título de “Operação Escudo Bolivariano Neblina 2024”, no estado Amazonas, e “Operação Roraima 2024”, no estado Bolívar. O foco se manteve no desmantelamento de acampamentos ilegais em territórios amazônicos. Dentre as atividades militares em março, é preciso destacar a apreensão de oito minas ilegais que foram desmontadas e para as 28 pessoas que foram capturadas justamente no Parque Nacional de Yapacana⁹². De acordo com relatório oficial, esses indivíduos seriam trasladados para Puerto Ayacucho⁹³. Todavia, os balanços oficiais posteriores não informam para onde, de fato, foram

85 MINEC. Jefe de Estado respalda Operación Autana en defensa de la soberanía nacional. 2023. Disponível em: <http://www.minec.gob.ve/jefe-de-estado-respalda-operacion-autana-en-defensa-de-la-soberania-nacional/>. Acesso em: 09. abr. 2025.

86 Correio Braziliense. Militares desalojam mais de 11.500 mineradores de reserva na Venezuela. 11/09/2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/09/5124338-militares-desalojam-mais-de-11-500-mineradores-de-reserva-na-venezuela.html>. Acesso em: 09. abr. 2025.

87 CASTILLO, Rodolfo; SALAS, Viviana. Conservation Status of Yapacana National Park. Disponível em: [https://www.oas.org/dsd/AAPAD2/Docs/\(iii\)%20Yapacana%20NP%20Special%20Report%20\(Venezuela\).pdf](https://www.oas.org/dsd/AAPAD2/Docs/(iii)%20Yapacana%20NP%20Special%20Report%20(Venezuela).pdf). Acesso em: 09. abr. 2025.

88 El Universal. FANB declara territorio libre de minería ilegal al Parque Nacional Yapacana. 25/09/2023. Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/164912/fanb-declara-territorio-libre-de-mineria-ilegal-al-parque-nacional-yapacana>. Acesso em: 09. abr. 2025.

89 El Universal, ibidem.

90 El Universal, ibidem.

91 Presidência. 2023. Disponível em: https://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=25302. Acesso em: 09. abr. 2025.

92 Efecto Cocuyo. Militares destruyen 8 minas ilegales y detienen a 28 personas en Amazonas. 10/03/2024. Disponível em: <https://efectococuyo.com/sucesos/militares-destruyen-8-minas-ilegales-y-detienen-a-28-personas-en-amazonas/>. Acesso em: 09. abr. 2025.

93 El Universal. FANB detiene a 28 personas por minería ilegal en Bolívar y Amazonas. 11/03/2024. Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/176826/fanb-detiene-a-28-personas-por-mineria-ilegal-en-bolivar-y>

destinados e nem se houve processo legal após a evacuação, tanto a respeito desta quanto de outras apreensões das operações⁹⁴. De acordo com Hernández Lárez as operações se dão “em conformidade com os planos de segurança e defesa e de proteção ambiental do governo de Nicolás Maduro, que estão em curso desde 2023”⁹⁵.

Em novembro de 2024, tomou forma uma nova operação, chamada “Carida 1-2024”, cujo principal objetivo consistia na preservação do meio ambiente⁹⁶. Nesse sentido, e buscando fortalecer a luta contra a mineração ilegal, a FANB atuou ao destruir material empregado nas práticas de mineração ilegal no estado de Amazonas. E, nesse caso, Hernández Lárez, informou que a operação seguiu ordens diretas do presidente Maduro⁹⁷. E, ao princípio de 2025, observa-se a continuidade das operações que já estavam sendo desenvolvidas, sendo atualizada para “Operação Neblina 2025”. Em janeiro, foram apreendidos e incinerados cerca de 5.000 quilos de maconha no município de Atabapo. O Ministério do Interior a considerou como um “golpe certo” e o superintendente nacional antidrogas, Danny Ferrer Sandra, afirmou que o país continua “forte e inabalável” na luta contra as drogas⁹⁸. As ações da FANB, no entanto, são alvo de críticas de organizações não-governamentais (ONGs).

Ao longo do ano de 2024, denúncias feitas por organizações não-governamentais, principalmente pela ONG SOS Orinoco, figuram como importantes pontos de análise para compreender as vias de atuação da Venezuela rumo à preservação de sua porção amazônica. Por exemplo, ao passo que o governo afirma internacionalmente que um dos objetivos que pretende alcançar em sua agenda de atuação até 2030 é a preservação da Amazônia⁹⁹, uma acusação da SOS Orinoco, feita no dia 16 de janeiro de 2024, contrasta tal promessa. A ONG apontou que, mesmo com a realização das operações militares, houve um aumento e um deslocamento dos mineradores ilegais para outras áreas da Amazônia venezuelana¹⁰⁰. Aliás, o relatório divulgado pela organização comprova que o aumento se deu após uma das supracitadas operações. Segundo a ONG, ao invés de minar com as práticas de mineração ilegal no Parque Nacional de Yapacana, o parque foi o local de maior crescimento da presença da mineração ilegal¹⁰¹. Eles demonstram que “os praticantes da mineração ilegal acabam abrindo novas minas no mesmo ecossistema”¹⁰² e que estas são criadas com aprovação da FANB¹⁰³.

A ONG Fundaredes divulgou, no Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, dia 12 de junho, outra acusação. O foco específico da denúncia recaiu para a violação sistemática de direitos humanos de crianças e de adolescentes nos estados de Amazonas, Bolívar e Delta Amacuro, com maior preponderância em comunidades indígenas. O relato trouxe a constatação

[amazonas](#)>. Acesso em: 09. abr. 2025.

94 El Nacional. Más de 7.000 mineros ilegales desalojados de Amazonas y Bolívar en menos de un mes. 14/03/2024. Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/sucesos/mas-de-7-000-mineros-ilegales-desalojados-de-amazonas-y-bolivar-en-menos-de-un-mes/>. Acesso em: 09. abr. 2025.

95 OPISA. Monitor da Governança Pan-Amazônica Março de 2024. Disponível em: <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Mar%C3%A7o-2024.pdf>. Acesso em: 09. abr. 2024.

96 LÁREZ, Domingo Hernández. Operación Escudo Bolivariano “Carida 2024” en protección del medio ambiente. Disponível em: https://www.instagram.com/zodi_zulia/reel/DCWzbN0xH_L/. Acesso em: 09. abr. 2025.

97 El Universal. FANB destruye material utilizado en minería ilegal en Amazonas. 14/11/2024. Disponível em: https://eluniversal.com/sucesos/195159/fanb-destruye-material-utilizado-en-mineria-ilegal-en-amazonas#google_vignette. Acesso em: 09. abr. 2025.

98 El Nacional. La FANB incautó 5.000 kilos de marihuana en el estado Amazonas. 02/01/2025. Disponível em: https://www.elnacional.com/venezuela/la-fanb-incauto-5-000-kilos-de-marihuana-en-el-estado-amazonas/#google_vignette. Acesso em: 09. abr. 2025.

99 MINEC. Mandatario Nacional reitera llamado a trabajar por la recuperación económica. 24/01/2024. Disponível em: <http://www.minec.gob.ve/mandatario-nacional-reitera-llamado-a-trabajar-por-la-recuperacion-economica/>. Acesso em: 09. abr. 2025.

100 Efecto Cocuyo. SOS Orinoco denuncia aumento de la minería ilegal en la Amazonía venezolana tras operativo militar. 16/01/2024. Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/sos-orinoco-denuncia-aumento-de-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia-venezolana-tras-operativo-militar/>. Acesso em: 09. abr. 2025.

101 Efecto Cocuyo, ibidem.

102 SOS Orinoco. Lo que de verdad ocurre en #Yapacana. Disponível em: <https://x.com/SOSOrinoco/status/1747232936066171111>. Acesso em: 09. abr. 2025.

103 Efecto Cocuyo, ibidem.

de que essas crianças e adolescentes são vítimas de maus tratos por parte de grupos armados ilegais, que praticam atividades de mineração ilegal na região¹⁰⁴. Nesse sentido, a ONG denunciou a falta de ação por parte do Estado para acabar com tais práticas desumanas e que ainda “permite que esses grupos operem sem controle, violando os direitos fundamentais das comunidades indígenas”¹⁰⁵.

Outro tema de grande repercussão consistiu na aprovação da exploração estatal de cassiterita em parte do Arco Mineiro do Orinoco (AMO)¹⁰⁶. Sobre a aprovação, Maduro afirmou que deve-se avançar “ [...] em harmonia com a natureza, com os povos indígenas, para o desenvolvimento integral da mineração no país”¹⁰⁷. O governo defende, ainda, que a exploração estatal aconteceria de acordo com “[...] um conceito produtivo, ecológico e preservador, após reconhecer a existência da máfia nesse setor e a prática destrutiva”¹⁰⁸. Como reação a tal aprovação, ONGS, como a Provea e a Fundaredes, reforçaram o alerta acerca dos danos irreversíveis que a exploração indiscriminada está causando no AMO. Todavia, a Fundaredes ressalta que os danos não se restringem ao AMO, pois todos os estados amazônicos da Venezuela estão passando por uma crise ambiental e de direitos humanos, principalmente por conta das práticas de mineração ilegal¹⁰⁹.

Para além disto, outro relatório que merece destaque foi um publicado pela ONG SOS Orinoco em outubro de 2024. Nele, a organização demonstra que entre 70% a 90% do ouro sai do país ilegalmente, por meio de operações que envolvem tanto funcionários de alto escalão do governo bolivariano quanto familiares do entorno presidencial¹¹⁰. Outros detalhes importantes são expostos, como o fato de que militares cobram por volta de 16 gramas de ouro para que mineradores ilegais continuem explorando; também foi descoberto que, no município de Cárdua, a Guarda Nacional Bolivariana (GNB) promove cobranças semanais dos mineradores; e que todos os chefes da corporação castrense e civis locais fazem parte desses negócios. Concluem, então, que tudo isso consiste em “mais uma prova de que a suposta luta do regime de Nicolás Maduro contra a mineração ilegal é uma farsa: todas essas minas estão em plena expansão nas mãos dos minerados que estavam no Parque Nacional Yapacana, com o aval dos militares”¹¹¹.

Conclui-se que, a despeito da realização das operações militares que, em teoria, visam acabar com a mineração ilegal na Amazônia venezuelana, a realidade é complexa e envolve vários atores centrais, que possuem relação com o governo. Em relação a isso, a SOS Orinoco constata que as operações desfechadas “parecem ter uma finalidade principalmente propagandística, que busca limpar a imagem do regime”¹¹². O cenário é complicado e desafiador, principalmente porque temáticas ambientais e da proteção da biodiversidade não figuram no debate público venezuelano, muito centrado nas problemáticas relacionadas com as crises política, econômica, social e humanitária que assolam seu dia a dia.

104 El Nacional. Fundaredes denuncia la explotación infantil en el Arco Minero del Orinoco. 13/06/2024. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/venezuela/fundaredes-denuncia-la-explotacion-infantil-en-el-arco-minero-del-orinoco/>>. Acesso em: 09. abr. 2025.

105 El Nacional, ibidem.

106 Presidência. Disponível em: <https://presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=2887>. Acesso em: 09. abr. 2025.

107 Efecto Cocuyo. Maduro aprueba explotación estatal de casiterita en el Arco Minero del Orinoco. 03/10/2025. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/economia/maduro-aprueba-explotacion-estatal-de-casiterita-en-el-arco-minero-del-orinoco/>>. Acesso em: 09. abr. 2025.

108 Efecto Cocuyo, ibidem.

109 Efecto Cocuyo, ibidem.

110 Efecto Cocuyo. SOS Orinoco denuncia que militares cobran 16 gramos de oro para permitir la minería ilegal. 30/10/2024. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/venezuela/sos-orinoco-denuncia-que-militares-cobran-16-gramos-de-oro-para-permitir-la-mineria-ilegal/>>. Acesso em: 09. abr. 2025.

111 El Nacional. SOS Orinoco: «Supuesta lucha del régimen contra la minería ilegal es una farsa». 05/11/2024. Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/sos-orinoco-supuesta-lucha-del-regimen-contra-la-mineria-ilegal-es-una-farsa/#google_vignette>. Acesso em: 09. abr. 2025.

112 El Nacional, ibidem.

Conclusão

De modo geral, pode-se concluir que, embora a Bolívia possua uma política relativamente sólida para a região e se engaje na agenda pan-amazônica e nas iniciativas da OTCA, parte dessa credibilidade é comprometida por uma atuação nacional marcada pela negligência. O país enfrenta um cenário persistente de conflitos socioambientais, crimes ambientais, incêndios, desmatamento ilegal e impactos de eventos climáticos, sem que o governo do MAS ofereça respostas eficazes e duradouras. Assim, não há uma política socioambiental responsável voltada para a região.

Já no caso venezuelano, a política ambiental do PSUV revela um paradoxo estrutural: embora o discurso oficial evoque princípios do ecossocialismo e da justiça ambiental, a prática estatal segue fortemente ancorada na lógica extrativista. A exploração intensiva do Arco Mineiro do Orinoco, com a questionada ação do Estado nesse espaço, é exemplo dessa dicotomia entre o discurso e a prática ambiental na Venezuela. No contexto de crise político-institucional que caracteriza a história recente do país, o aumento das atividades de mineração ilegal e desmatamento na região, aliado à intensificação da ação de grupos criminosos, gera danos ambientais e sociais de difícil resolução no curto prazo.

Ao comparar esses dois expoentes da Onda Rosa que ainda se mantêm no poder, observa-se que os discursos de proteção ambiental e de crítica à lógica capitalista de exploração dos recursos naturais, embora recorrentes em fóruns multilaterais, não se concretizam nas práticas políticas em seus territórios. Tanto o governo do MAS, na Bolívia, quanto o do PSUV, na Venezuela, aprofundaram modelos extrativistas historicamente presentes em suas economias. Nossa análise indica o quanto é difícil mudar modelos de desenvolvimento historicamente predominantes. Mesmo governos progressistas, retoricamente comprometidos com práticas ambientalmente sustentáveis, falham em superar esta contradição. Espera-se que no médio prazo, custos reputacionais crescentes, possam induzir à atenuação desta contradição. Apesar das semelhanças, os contextos políticos dos dois países apresentam diferenças relevantes: a grave crise político-institucional vivida pela Venezuela tem limitado sua atuação em espaços multilaterais, como a OTCA, e dificultado o controle de grupos criminosos em seu território amazônico, havendo, inclusive, denúncias de que as próprias Forças Armadas estariam envolvidas em ações que agravam a degradação ambiental.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Thaís; FRITZ, Guilherme. Essequibo: conjuntura recente da histórica disputa entre Guiana e Venezuela. BOLETIM OPISA, v. 20, n. 1, p. 8-19, 2024. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/06/03_Boletim_OPISA_2024_n1-jan-mar.pdf. Acesso em 7 de abril de 2025.

OPSA. Monitor da Governança Pan-Amazônica Agosto de 2023. BOLETIM OPISA, v. 19, n. 3, p. 43-54, 2023a. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Boletim_OPISA_2023_n3.pdf. Acesso em 7 de abril de 2025.

OPSA. Monitor da Governança Pan-Amazônica Setembro de 2023. BOLETIM OPISA, v. 19, n. 3, p. 55-66, 2023b. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Boletim_OPISA_2023_n3.pdf. Acesso em 7 de abril de 2025.

OPSA. Monitor da Governança Pan-Amazônica Novembro de 2023. BOLETIM OPISA, v. 19, n. 4, p. 49-58, 2023c. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Boletim_OPISA_2023_n4.pdf. Acesso em 7 de abril de 2025.

OPSA. Monitor da Governança Pan-Amazônica Dezembro de 2023. BOLETIM OPISA, v. 19, n. 4, p. 59-79, 2023d. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Boletim_OPISA_2023_n4.pdf. Acesso em 7 de abril de 2025.

OPSA. Monitor da Governança Pan-Amazônica: Abril de 2024. BOLETIM OPISA. N. 2, abr./jun. 2024a. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/09/Boletim_OPISA_2024_n2.pdf. Acesso em 7 de abril de 2025.



OPSA. Monitor da Governança Pan-Amazônica: Dezembro de 2024. BOLETIM OPSA. N.4. Out./Dez. 2024b. Disponível em: < <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Boletim-OPSA-2024-n4-Out-Dez.pdf> >. Acesso em 18 de abril de 2025.

OPSA. Monitor da Governança Pan-Amazônica: Janeiro de 2025. OPSA. Jan, 2025. Disponível em: < <https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Monitor-Pan-Amazonia-2025-01.pdf> >. Acesso em 18 de abril de 2025.

RADHUBER, Isabella Margerita; CHAVEZ, Marxa.; ANDREUCCI, Diego. Expansión extractivista, resistencia comunitaria y ‘despojo político’ en Bolivia. Journal of Political Ecology, v. 28, n. 1, p. 205-223, 2021. <https://doi.org/10.2458/jpe.2360>.

SILVA, Fabricio Pereira. Até onde vai a “onda rosa”? Boletim OPSA, 2010.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Caminhos da esquerda para a governança da Pan-Amazônia: uma comparação entre os governos Petro e Lula 3

Diogo Ives¹¹³

Júlia Reis¹¹⁴

Guilherme Fritz¹¹⁵

Matheus Petrelli¹¹⁶

Pesquisadores do OPISA

1 Introdução

Gustavo Petro assumiu a presidência da Colômbia em 7 de agosto de 2022, enquanto Luís Inácio Lula da Silva iniciou seu terceiro mandato como presidente do Brasil no dia 1º de janeiro de 2023. Desde suas campanhas eleitorais, ambos invocaram por diversas vezes a centralidade da agenda ambiental para caracterizar o perfil de seus eventuais governos. Durante as respectivas cerimônias de posse, a ênfase foi reiterada: Petro afirmou que seus quatro anos de mandato teriam como objetivo transformar a Colômbia em uma “potência mundial da vida” (COLÔMBIA, 2022a, s.p.), ao passo que Lula utilizou o termo “grande potência ambiental” (BRASIL, 2023, s.p.) para se referir à direção que daria ao Brasil. Além disso, ambos se comprometeram a somar esforços domésticos e internacionais para avançar a luta global contra as mudanças climáticas, apresentando-se como agentes engajados no cumprimento do Acordo do Clima de Paris, em meio à ascensão de uma extrema-direita refratária a cooperações neste tema, em diversas partes do mundo.

Petro e Lula têm em comum o fato de se autodeclararem lideranças de esquerda, sendo Petro o primeiro presidente eleito nestes termos na Colômbia. Esta semelhança instiga a conclusão de que a ideologia é um fator explicativo para ações políticas relacionadas à agenda ambiental-climática hoje em dia: ao passo que a esquerda se caracterizaria pela construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, a direita dedicaria menor preocupação

113 Pós-doutorando em Ciência Política no IESP-UERJ com bolsa da FAPERJ, coordenador-adjunto do Observatório Político Sul-Americano (OPISA) e integrante do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC).

114 Mestre em Ciência Política pelo IESP-UERJ e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua como pesquisadora no Observatório Político Sul-Americano, no IESP-UERJ.

115 Mestrando em Economia Política Internacional na UFRJ (PEPI-IE) e integrante do Observatório Político Sul-Americano (OPISA).

116 Mestrando em Economia Política Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ. Atua como pesquisador no Observatório Político Sul-Americano, no IESP-UERJ.

ao assunto, por vezes adotando, entre suas facções mais radicalizadas, comportamentos de negacionismo científico (EKBERG ET AL., 2023). Tal conclusão, entretanto, não permite ver nuances que também podem existir entre porções da esquerda e que são igualmente importantes para se pensar em soluções à emergência climática que marca a realidade atualmente.

A fim de identificar os caminhos distintos que a esquerda pode oferecer neste sentido, o objetivo deste artigo é descrever, nas duas seções a seguir, os avanços e as restrições da agenda ambiental-climática dos governos Petro e Lula respectivamente, até o momento em que este texto é escrito, com foco nos temas de uso da terra e energia. A seção final analisa comparativamente como as promessas retóricas de ambos os presidentes, ao começarem seus mandatos, traduziram-se em ações concretas nos anos seguintes. Em especial, busca-se avaliar as visões atuais de Colômbia e Brasil sobre a governança da Pan-Amazônia, tema que o OPISA pesquisa desde 2023 para entender as posições convergentes e divergentes entre os governos dos países sul-americanos que dividem a soberania do bioma amazônico e que têm poder, portanto, para incidir nos rumos de seu desenvolvimento sustentável diante das mudanças climáticas¹¹⁷.

2 Colômbia: preservar florestas e descarbonizar para alcançar a paz

2.1 Territorialidade, preservação ambiental e “poderes paralelos”

O governo de Gustavo Petro situa o combate ao desmatamento, sobretudo na Amazônia colombiana, como um de seus maiores objetivos. O principal instrumento de planejamento neste sentido é o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que possui a meta de reduzir em 20% o desmatamento nacional ao final do quadriênio (previsto para agosto de 2026) em relação a 2021. Os resultados vêm indicando uma queda nos índices de desmatamento, segundo o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MMADS)¹¹⁸, porém desafios permanecem. Na Amazônia, a expansão da fronteira agrícola e o cultivo ilegal de coca são as principais atividades responsáveis pelo desmatamento, de acordo com as autoridades do país. A preservação do território florestal passou a servir de moeda de troca de guerrilhas e do crime organizado nas suas relações com o Estado, pois atentar contra a cobertura verde significa desafiar as metas do Executivo federal atualmente (PEREIRA; REIS, 2024).

O governo Petro, assim como seus antecessores, é obrigado a lidar com a herança da fragmentação do poder bélico que atravessa historicamente a formação social colombiana. Concretamente, isto se expressou no surgimento, desde meados do século XX, de grupos paramilitares com demandas próprias, como é o caso das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), de seus grupos dissidentes e do Exército de Libertação Nacional (ELN). Para pôr fim à violência, o governo Petro lançou o projeto de Paz Total como sua principal medida. O projeto consiste em incentivar a desmobilização das guerrilhas através do diálogo com autoridades do Estado colombiano, em passos semelhantes ao processo que culminou no Acordo de Paz assinado entre as FARC e o Estado em 2016, durante o governo de Juan Manuel Santos. O combate atual a guerrilhas em território amazônico está em uma interseção, portanto, entre o projeto da Paz Total e as ambições ambiental-climáticas do governo.

Essa relação tornou-se objeto de pesquisas (PREM; SAAVEDRA; VARGAS, 2025) que buscaram avaliar se a presença de grupos armados não-estatais em áreas florestais aumentaria o nível de desmatamento. As investigações não foram capazes de apontar uma correlação direta entre a presença dos grupos armados e o aumento do desmatamento, pois, em parte,

¹¹⁷ A pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital Iniciativa Amazônia+10. O projeto conta com a colaboração dos grupos de pesquisa Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL) e Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC), que investigam, respectivamente, os interesses políticos de governos brasileiros da Amazônia Legal e de potências extraregionais que podem interferir na construção de uma governança policêntrica da Pan-Amazônia coordenada pelo Brasil.

¹¹⁸ Entre 2022 e 2024, a região amazônica experimentou uma redução acumulada no desmatamento de 39% em comparação a linha base de 2021 (MMADS, 2025).

tais grupos impediriam o crescimento de atividades econômicas relacionadas ao uso da terra (dado o receio de agentes privados de investirem em áreas conflagradas), o que, por sua vez, é útil para manter uma cobertura florestal densa, que serve de camuflagem para os próprios grupos. Por outro lado, os estudos concluíram que, após o Acordo de Paz com as FARC em 2016, houve um aumento do desmatamento promovido por facções do crime organizado nas áreas anteriormente ocupadas pela guerrilha (GANZENMÜLLER; SYLVESTER; CASTRO-NUNEZ, 2022). Isto, porém, não significa que a presença de guerrilhas não represente ausência de desmatamento, pois os grupos também se envolvem em atividades extrativistas, como a mineração (FERGUSSON, ROMERO; VARGAS, 2014).

Para evitar que as guerrilhas deteriore o meio ambiente, este tema é explicitamente incluído nas mesas de diálogo da Paz Total. Um dos principais grupos envolvidos é o Estado-Maior Central (EMC), um fragmento das FARC que não aceitou o Acordo de Paz de 2016. Em janeiro de 2024, um encontro entre representantes do grupo e do governo Petro marcou um avanço no processo de diálogo ao resultar em um acordo entre as duas partes. No quarto ponto do documento, ambas se comprometeram a dar atenção especial às questões socioambientais da Amazônia (PEREIRA; REIS, 2024a).

Poucos meses depois, em abril de 2024, durante uma nova mesa de negociação entre o EMC e o governo, a questão socioambiental apareceu com ainda mais destaque. A então Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad, destacou a necessidade de se aprofundar a presença estatal nas regiões dominadas pelas guerrilhas para deter o desmatamento nacional. De acordo com o governo, as regiões com mais disputas entre grupos armados são justamente as regiões onde os dados de desmatamento são mais altos: Meta, Caquetá e Guaviare, todos localizados na Amazônia (PEREIRA; REIS, 2024a).

Na sequência, em julho de 2024, Muhamad anunciou o programa Florestas para a Biodiversidade, o Clima e a Paz na Colômbia, com objetivo de “fomentar um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável, além de fortalecer medidas para redução do desmatamento e impulsionar a luta contra crimes ambientais”, nas regiões mais afetadas pelo desmatamento e pelo conflito armado (PEREIRA; REIS, 2024b, p.62). Ficou evidente, assim, que a estratégia do governo Petro não era apenas dissolver os poderes paramilitares, como perseguido pelo Acordo de Paz com as FARC de 2016, mas também, ao mesmo tempo, levar o Estado a ocupar de forma estratégica os territórios por meio de políticas públicas relacionadas a biodiversidade e clima.

Entre estas políticas públicas, está a política externa. Em outubro de 2024, a Colômbia sediou a 16ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas (COP-16 da Biodiversidade). Muhamad atuou como presidente da cúpula. Os resultados do encontro foram vistos com otimismo pelo governo, que conseguiu apoio para criar mecanismos de representação de povos indígenas e comunidades locais nas discussões. Por outro lado, receberam críticas de ativistas ambientais, que apontaram que consensos importantes, como mecanismos de financiamento para ações de proteção da biodiversidade, não foram alcançados (REIS; PETRELLI, 2024). Ainda assim, a organização da COP-16 sinalizou, para o público doméstico, a disposição do governo em dar visibilidade internacional ao problema do uso da terra no país e legitimar setores marginalizados da sociedade como estratégicos para se alcançar soluções.

2.2 Descarbonização e petróleo na Amazônia

Outra prioridade constantemente colocada pelo governo Petro na agenda ambiental-climática é a eliminação do uso de combustíveis fósseis, principais responsáveis históricos pelo aquecimento global (COLÔMBIA, 2024). A viabilização deste processo passa pela redução da relevância do petróleo na produção e na economia em geral do país. Trata-se de um desafio grande quando se considera que o petróleo cru compõe cerca de 23,8% da pauta exportadora da Colômbia, enquanto o petróleo refinado chega a 4,9% (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2023). Além disso, o país importa tanto petróleo cru quanto refinado, chegando respectivamente aos percentuais de 1,2% e 7,4% do total de suas

importações (Ibid.). Ademais, dados da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), de 2023, mostram que o petróleo e o gás natural representam, respectivamente, 41% e 27% da oferta de energia primária na Colômbia (OLADE, 2024). Os setores de transporte e indústria são os que representam o maior consumo final de energia (COLÔMBIA, 2022b). Tais números mostram a relevância que o petróleo ainda possui para a economia nacional, sem mencionar seus produtos derivados.

Frente a essa questão, o governo Petro fez três promessas para viabilizar o plano de superação do consumo de combustíveis fósseis: 1) não conceder novas licenças para a exploração de petróleo; 2) fortalecer a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias para a transição energética; e 3) criar um fundo para a transição energética com recursos provenientes do petróleo e, ao mesmo tempo, eliminar incentivos fiscais de setores relacionados à exploração de hidrocarbonetos. Contudo, apenas a primeira medida foi cumprida pelo governo até o momento, diante de limitações financeiras para viabilizar as outras duas (VERGARA, 2024).

A ideia de não abrir novas frentes de exploração de petróleo foi levada, inclusive, para a política externa. Em agosto de 2023, durante a 4ª Cúpula de Chefes de Estado da OTCA, o presidente colombiano sugeriu aos demais países amazônicos que refletissem sobre a exploração de petróleo na região e buscou um compromisso comum para que não houvesse novas permissões para a exploração do combustível, porém não obteve apoio, inclusive por parte do Brasil (PACHECO, 2023). Além disso, durante a COP28 do Clima, nos Emirados Árabes Unidos, em 2023, a Colômbia aderiu à coalizão de 13 países que exercem pressão pela criação de um Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis (PEREIRA; REIS, 2023a).

No que se refere à obtenção de recursos externos para fomentar alternativas ao uso de combustíveis fósseis, Petro levou à ONU, em setembro de 2023, propostas que viabilizassem o financiamento da transição energética dos países do Sul Global por países do Norte Global. O presidente colombiano propôs a criação de um fundo com dinheiro do Norte para financiar o que chamou de “Plano Marshall para a Vida” (PEREIRA; REIS, 2023b). Também propôs a troca das dívidas públicas dos países do Sul por ações climáticas, em um processo conhecido como “swap de dívida por natureza” (VERGARA, 2024, s.p.).

Apesar de não alcançar apoio para as medidas, a série de ações indica que o líder colombiano prioriza uma transição energética que seja coordenada pelos Estados e que faça investimentos grandes e imediatos para eliminar o uso de combustíveis fósseis nas economias nacionais. Da perspectiva doméstica, este caminho abre oportunidades para o Estado colombiano ganhar mais enraizamento nas áreas historicamente mais desassistidas do país, como a Amazônia, através de políticas públicas de investimento em produção de energia. A construção de infraestruturas de energia renovável poderia incrementar o desenvolvimento local ao abrir espaço para a geração legal de emprego e renda, desincentivando, assim, o envolvimento de setores da população com guerrilhas e crime organizado.

3 Brasil: a disjunção entre preservação florestal e produção de petróleo

3.1 Governança multinível e sustentabilidade no uso da terra

Se a grande dificuldade de Gustavo Petro na agenda ambiental-climática é lidar com a herança dos conflitos armados na Colômbia, o maior desafio de Lula da Silva, por sua vez, é superar os resultados negativos deixados pelo governo de extrema-direita que o antecedeu. O governo Lula 3 teve início depois de quatro anos de desmontes e retrocessos em políticas ambientais implementados durante a presidência de Jair Bolsonaro. As medidas levaram, entre outros resultados, ao aumento de queimadas na Amazônia para expandir ilegalmente a fronteira agropecuária e à perda de prestígio internacional do Brasil no debate multilateral sobre clima (MILANI; IVES, 2023). Na contramão do antecessor, Lula destacou, desde a campanha eleitoral de 2022, que voltaria a fortalecer a política ambiental nacional, conjugando esforços domésticos e internacionais.

O instrumento doméstico mais inovador do novo governo foi lançado em 2023: trata-se do

Plano de Transformação Ecológica, coordenado pelo Ministério da Fazenda, que reúne políticas públicas em seis eixos: financiamento climático, inovação tecnológica, bioeconomia, transição energética, economia circular e infraestrutura para adaptação às mudanças climáticas (MF, 2025). Além disso, em 2024, os chefes dos três Poderes da República firmaram um acordo para cooperar em matérias ambientais, sobretudo as que tratem de ordenamento territorial e fundiário, transição energética e desenvolvimento sustentável com justiça social, ambiental e climática (D.O.U., 2024). Por sua vez, para aprofundar interações entre o Estado e a sociedade, o governo federal está organizando a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), prevista para acontecer em 2025, em torno de cinco temas: transformação ecológica, justiça ecológica, mitigação, adaptação e governança. Os resultados da 5ª CNMA pretendem ser utilizados pelo Executivo federal para subsidiar, em parte, o Plano Clima, que integrará uma atualização da Política Nacional para Mudança do Clima e conterá estratégias de mitigação e adaptação climática para cada setor da economia brasileira (MMA, 2025b). Por sua vez, na política externa, observa-se o uso de diplomacia presidencial para revalorizar as COPs do Clima, fortalecer a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e reiterar, por meio de sucessivos discursos proferidos em outros espaços multilaterais (Assembleia Geral da ONU, G20 e BRICS), a importância de ações coletivas para o enfrentamento da emergência climática¹¹⁹.

Apesar da disposição em tratar de múltiplos temas que integram a agenda ambiental-climática, os esforços de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) oriundas de mudança do uso da terra (segmento que respondia por cerca de metade das emissões nacionais em 2023¹²⁰), especialmente na Amazônia, distinguem-se por haver um empenho notável do governo em construir uma governança multinível. Este modelo de gestão de um bem coletivo se orienta pelo estímulo a relações de cooperação entre entes políticos autônomos e situados em escalas de poder diferentes (subnacionais, nacionais e internacionais). Através de normas e aportes financeiros, o governo federal vem procurando instar governos municipais, governos estaduais, sociedade civil e parceiros estrangeiros a cooperarem no sentido de combater o desmatamento (a meta anunciada é de zerá-lo em todos os biomas até 2030) e recuperar áreas degradadas por incêndios (intensificados por uma seca histórica no bioma amazônico desde o fim de 2022).

Neste sentido, por exemplo, no primeiro dia de mandato, o presidente Lula emitiu o decreto nº 11.267/2023, que reinstituiu o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) – desativado em 2019 – e criou a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento em todos os biomas brasileiros (da qual governadores podem participar). Por meio do decreto nº 11.687/2023, o presidente lançou o Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia (UcM), cujo objetivo é financiar os municípios com os maiores percentuais de área desmatada, a partir de fontes de fundos com recursos internacionais (MMA, 2025a). Em 2024, Lula sancionou a lei nº 14.944, que instituiu a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, a fim de reduzir os incêndios florestais por meio de um regime de cooperação e articulação entre União, estados, Distrito Federal, municípios, sociedade civil e entidades privadas.

À nível de política externa, o governo Lula organizou, em 2023, a 4ª Cúpula de Chefes de Estado da OTCA, em Belém, capital do Pará. A declaração final expressou a vontade coletiva dos países amazônicos em buscar um desmatamento zero e um uso sustentável da

119 Cf. Monitores da Governança Pan-Amazônica, disponíveis em: opsa.com.br.

120 Em valores específicos, quando o governo Lula 3 teve início, o perfil brasileiro de emissões brutas de GEE consistia na seguinte distribuição por setores da economia: 49% eram oriundas de mudanças no uso da terra; 25% da agropecuária; 18% da produção de energia; 4% de processos industriais; e outros 4% de resíduos (POTENZA ET AL., 2023). Dentro do setor de mudança do uso da terra, o desmatamento para a conversão de vegetação em áreas de produção agropecuária era a principal atividade liberadora de GEE, por meio de processos como corte de árvores, queimadas e decomposição do solo. Na comparação entre biomas, a Amazônia concentrava 77% das emissões brutas do setor de mudança do uso da terra (POTENZA ET AL., 2023). Em suma, registrava-se uma grande importância relativa do desmatamento amazônico dentro do quadro geral de emissões brasileiras de GEE.

terra (MRE, 2023). O governo também reativou o Fundo Amazônia, que havia sido paralisado pela gestão Bolsonaro, sendo hoje composto por doações de Noruega, Alemanha, EUA, Reino Unido, Suíça, Dinamarca e Japão (BARETTO, 2025). Ademais, desde a COP-28 do Clima, em 2023, a diplomacia brasileira vem negociando a criação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, cujas doações seriam direcionadas à remuneração da manutenção de florestas em pé em países da América Latina, da Ásia e da África – ou seja, um mecanismo de transferência de renda àqueles territórios do Sul mais eficientes na preservação florestal. Finalmente, o governo também anunciou parcerias bilaterais para o combate ao desmatamento, a prevenção de incêndios e a promoção de uma bioeconomia amazônica com países como Colômbia, Estados Unidos, França, Vietnã e Japão¹²¹. Como resultado de todos estes esforços, o desmatamento na região amazônica caiu 45,7% entre agosto de 2022 e julho de 2024 (MMA, 2024a).

3.2 Política energética e Amazônia

Enquanto o esboço de uma governança multinível é observado no tema de mudança do uso da terra, o contrário ocorre na agenda de energia. Neste tema, percebe-se um esforço do presidente Lula para que poucos atores participem do processo decisório sobre a continuidade da exploração de combustíveis fósseis no Brasil. A principal controvérsia diz respeito à Amazônia. Em maio de 2023, o Ibama emitiu um parecer técnico que indeferiu um pedido feito pela Petrobras para identificar os potenciais petrolíferos da bacia da Foz do Amazonas. Nos meses seguintes à decisão, articularam-se coalizões político-burocráticas para apoiar ou contestar a decisão da equipe técnica do Ibama. Em apoio, colocaram-se a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva; o diretor do Ibama, Rodrigo Agostinho; e alguns procuradores do Ministério Público Federal. Em crítica, perfilaram-se o presidente da Petrobras à época, Jean-Paul Prates; o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira; e membros técnicos da Advocacia-Geral da União (IVES ET AL., 2024).

As coalizões representam uma disputa de pano de fundo mais amplo, que é o modelo de transição energética que deve ser adotado pelo Brasil. Enquanto a coalizão contrária à prospecção de petróleo na Foz do Amazonas encarna a visão consensuada pela maioria dos países do mundo na COP-28 de uma transição para longe (transition away) dos combustíveis fósseis, eliminando-os gradualmente da economia em favor de fontes mais limpas e renováveis, a coalizão favorável defende, mais bem, um modelo de diversificação energética, que vê no aumento da produção da energia fóssil um meio para financiar investimentos em fontes alternativas.

Frente ao imbróglio, Lula assumiu uma postura clara e se somou à coalizão crítica à decisão do Ibama. Em uma ocasião, o presidente afirmou que “o Ibama é um órgão do governo e está parecendo que é um órgão contra o governo” (DINIZ; CASIMIRO, 2025). Em outra oportunidade, na contramão de uma governança abrangente para discutir o tema, Lula reduziu a decisão final a si mesmo depois que ouvisse os poucos atores em disputa: “O problema é que o Ibama tem uma posição, o governo pode ter outra posição. Em algum momento eu vou chamar o Ibama, a Petrobras e o Meio Ambiente na minha sala para tomar uma decisão” (CLIMAINFO, 2024).

Na cúpula da OTCA realizada em 2023, após ouvir o presidente da Colômbia defender o fim da exploração de combustíveis fósseis na Amazônia, Lula manteve silêncio sobre o assunto durante seu discurso (FERREIRA, 2023). A Declaração de Belém, emitida no final do encontro, incluiu menções à transição energética e ao fomento de energias renováveis, porém não estipulou a redução ou o fim da exploração de combustíveis fósseis na região. Ainda em 2023, durante a COP-28, Lula anunciou, sem nenhum debate público prévio, que aceitaria um convite da Arábia Saudita para ingressar o Brasil na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP+), na qualidade de membro observador. Estes movimentos indicam que, além de não buscar um debate doméstico amplo, o presidente evita coordenar uma posição em matéria de transição energética na Pan-Amazônia e busca aproximar o Brasil de aliados internacionais que ajudem a respaldar sua decisão de não diminuir a produção de

121 Cf. Monitores da Governança Pan-Amazônica, disponíveis em: opsa.com.br.

combustíveis fósseis.

4 Considerações finais

Nos termos do Acordo do Clima de Paris, lançado em 2015 e balizador da cooperação climática global até hoje, as seções anteriores evidenciam que os governos Petro e Lula têm graus de ambição diferentes para reduzir emissões de GEE de forma voluntária, mesmo sendo ambos inclinados à esquerda no espectro ideológico. Os dois presidentes estipularam o combate ao desmatamento como prioridade, mas Petro procura combiná-lo a uma transição energética mais rápida, enquanto Lula procrastina o abandono efetivo de combustíveis fósseis. Para a governança da Pan-Amazônia, esta diferença de posturas implica agendas de trabalho distintas: enquanto a preferência do líder colombiano é coordenar posições entre os países acerca tanto do uso da terra quanto da produção de energia fóssil, a posição do líder brasileiro é priorizar o primeiro tema e não colocar o segundo como um objetivo de ação coletiva.

No caso colombiano, após cerca de dois anos e meio de mandato, a postura do governo Petro na agenda ambiental-climática seguiu relativamente mais ativa e resiliente, ainda que os resultados observados, quando comparando às metas de seu plano de governo, tenham sido relativamente modestos (VERGARA, 2024). Guerrilhas e crime organizado são os principais fatores a obstaculizar as políticas de paz e sustentabilidade tentadas pelo governo para desenvolver a região amazônica, vista como estratégica para consolidar o projeto nacional de “potência mundial da vida”, muito calcado na defesa da biodiversidade. O objetivo principal deste projeto é fortalecer a presença do Estado na área por meio de investimentos públicos, em diálogo com a sociedade civil, na tentativa de ocupar espaços controlados por poderes paralelos há décadas. A canalização de recursos internacionais para investimentos tanto em uso da terra quanto produção de energia limpa é buscada por meio da política externa.

Por sua vez, no caso brasileiro, após dois anos do início do governo Lula 3, a política climática pode ser entendida como uma dinâmica de avanços e restrições. Medidas com feições de uma governança multinível, articulando autoridades de diferentes escalas de poder e a sociedade civil, vêm caracterizando políticas de combate ao desmatamento provocado pelo agronegócio e à degradação causada por incêndios florestais, principalmente na Amazônia, também vista com prioridade para concretizar o projeto nacional de “grande potência ambiental”. Por outro lado, na agenda de energia, o governo se inclina a uma política de diversificação que retarda a velocidade e a intensidade da descarbonização da economia. A postura inclui a disposição de abrir novas frentes de exploração de petróleo *offshore*, inclusive na bacia da Foz do Amazonas, em benefício da Petrobras. A busca de recursos internacionais ocorre sobretudo para financiar projetos florestais via Fundo Amazônia e Fundo Florestas Tropicais para Sempre.

A Declaração de Belém, emitida após a 4ª Cúpula de Chefes de Estado da OTCA, em 2023, evidencia que a maioria dos países está mais próxima da posição brasileira, pois o documento salientou o combate ao desmatamento como prioridade regional e não mencionou a eliminação de combustíveis fósseis como objetivo. Na ocasião, Petro defendeu que governos progressistas devem se basear na ciência, em vez de assumir posições de negacionismo científico que postergam decisões à altura da emergência climática, em uma crítica indireta a Lula (FERREIRA, 2023). A interpretação de Petro encontra respaldo na literatura acadêmica mais recente sobre obstrução climática, que vem identificando o comportamento de procrastinar ações ambiciosas por razões políticas ou econômicas como uma tática comum em muitos países, para além do negacionismo climático mais conhecido da extrema-direita, baseado em negar evidências científicas (EKBERG ET AL., 2023).

Por outro lado, em defesa da posição brasileira feita à imprensa, o embaixador André Corrêa do Lago, indicado por Lula ao posto de presidente da COP-30 a ser realizada em Belém, no final de 2025, negou haver uma contradição entre ser potência ambiental e abrir novas frentes de exploração de petróleo. Para justificá-lo, empregou o conceito de net zero: “Não acho que seja uma contradição porque se você pegar qualquer país do mundo, eles estão fazendo coisas com vistas a chegar à meta de net zero (equilíbrio entre emissões e captura de

gases do efeito estufa). Alguns países estabeleceram isso como meta em 2050, como o Brasil” (PRAZERES, 2025, s.p.).

A ideia de net zero ou emissões líquidas baseia-se em uma estratégia de compensação climática, na qual não se considera um problema per se elevar emissões brutas de GEE, desde que também se preservem e aumentem sumidouros de carbono, como florestas, que aumentam a capacidade de se retirar GEE da atmosfera, zerando assim as emissões líquidas. O exemplo mais conhecido de compensação climática foi desenvolvido pelo governo social-democrata da Noruega, liderado pelo Partido Trabalhista, a partir dos anos 1970. Para manter um Estado de bem-estar social largamente financiado com recursos da empresa pública de petróleo Statoil, optou-se por uma tática de compensação: neutralizar as emissões domésticas de CO₂ através de investimentos ambientais em outras partes do mundo, especialmente em florestas do Sul, para expandir sumidouros de carbono (ANKER, 2018).

A despeito da racionalidade política, as consequências materiais de estratégias de compensação parecem dificilmente suscetíveis, hoje, à mesma interpretação do que o contexto da década de 1970 permitia, dado o agravamento do aquecimento global e os maiores riscos que uma postura anacrônica sobre combustíveis fósseis enseja hoje. Conforme Smouts (2003), táticas florestais de compensação correm o risco de perder eficácia à medida que a temperatura global continua a subir, pois a concentração crescente de GEE na atmosfera pode anular os efeitos pretendidos. O aquecimento global pode gerar, por exemplo, mudança nos ventos, aumento de nuvens que reduzem a incidência de luz solar e, conseqüentemente, a morte da flora e da fauna. Além disso, há dúvidas sobre a capacidade de plantas absorverem GEE em ambientes muito quentes ou com alta carga de CO₂, cabendo a projetos de pesquisa em andamento, inclusive na Amazônia, averiguá-lo (UNICAMP, 2022).

Maiores pesquisas são necessárias para entender, com mais detalhes, as razões que levam as atuais lideranças de esquerda da Colômbia e do Brasil a demonstrar graus de ambição diferentes no que se refere à transição energética, com vistas a avaliar modos de se enfrentar obstrucionismos climáticos. Entrementes, este tema parece despontar cada vez mais como central para se pensar a governança da Pan-Amazônia hoje, na medida em que a Guiana avança a exploração de petróleo offshore em estreita parceria econômica-securitária com os EUA; o Suriname começa uma extração semelhante com investimentos da França; e a Venezuela, país dependente da exportação de petróleo desde o século XX, aumenta seu isolamento na região e se torna mais dependente da China. Neste contexto, decisões sobre coordenar ou não posições a respeito da exploração de combustíveis fósseis entre os países amazônicos guardam efeitos não apenas para o clima global, mas também para a inserção de potências extrarregionais na vizinhança brasileira.

Referências bibliográficas

ANKER, Peder. A pioneer country? A history of Norwegian climate politics. *Climatic Change*, 151(1), pp. 29–41, 2018.

BRASIL. Discurso do presidente Lula no Congresso Nacional. Brasília, 6 de jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-no-congresso-nacional>. Acesso em: 16/04/2025.

CLIMAINFO. Lula admite contradição com transição energética, mas faz questão de explorar combustíveis fósseis na foz do Amazonas. *ClimaInfo*, 18/06/2024. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/06/18/lula-admite-contradicao-com-transicao-energetica-mas-faz-questao-de-explorar-combustiveis-fosseis-na-foz-do-amazonas/>. Acesso em 24/02/2025.

COLÔMBIA. Ministério de Minas e Energia. Diagnóstico base para la Transición Energética Justa. Bogotá, 2024. Disponível em: https://www.minenergia.gov.co/documents/12591/DIAGN%C3%93STICO_BASE_PARA_LA_TRANSICI%C3%93N_ENERG%C3%89TICA_JUSTA_-_2024.pdf. Acesso em: 20/03/2025.

_____. (2022a). Palabras del Presidente de la República, Gustavo Petro Urrego, al tomar posesión como Jefe de Estado. Bogotá, 7 de ago. de 2022a. Disponível em: <https://>

www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/palabras-presidente-republica-gustavo-petro-urrego-tomar-posesion-jefe-estado. Acesso em: 29/04/2025.

_____. (2022b). Plan Nacional de Desarrollo 2022-2026: Colombia potencia mundial de la vida. Bogotá: Gobierno da Colômbia, 2022b. Disponível em: <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Prensa/Publicaciones/plan-nacional-de-desarrollo-2022-2026-colombia-potencia-mundial-de-la-vida.pdf>. Acesso em: 20/03/2025.

D.O.U. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO). Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes do Estado Brasileiro. Imprensa Nacional, 22/08/2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/pacto-pela-transformacao-ecologica-entre-os-tres-poderesdo-estado-brasileiro-579829333>. Acesso em 16/04/2025.

EKBERG, Kristoffer; FORCHNET, Bernhard; HULTMAN, Martin Hultman; JYLHÄ, Kirsti. Climate Obstruction: How Denial, Delay and Inaction Are Heating the Planet. Routledge, 2023.

FERGUSON, Leopoldo; ROMERO, Dario; VARGAS, Juan F. The environmental impact of civil conflict: The deforestation effect of paramilitary expansion in Colombia. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, CEDE, 2014. 41 p. (Documentos CEDE, n. 2014-36). Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2516512>. Acesso em: 18/04/2025.

FERREIRA, Paula. Cúpula da Amazônia: Petro reforça linha diferente de Lula e ataca uso de combustível fóssil. O Estado de S. Paulo, 08/08/2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/cupula-da-amazonia-petro-condena-uso-de-combustivel-fossil-e-diz-que-esquerda-deve-seguir-ciencia>. Acesso em 24/02/2025.

GANZENMÜLLER, R.; SYLVESTER, J. M.; CASTRO-NUNEZ, A. What Peace Means for Deforestation: An Analysis of Local Deforestation Dynamics in Times of Conflict and Peace in Colombia. *Frontiers in Environmental Science*, v. 10, p. 803368, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fenvs.2022.803368/full>. Acesso em: 06/03/2025.

IVES, Diogo; SEMEDO, Emanuel; PINTO, Janaína; CASTRO, Mariana. A transição energética em disputa no Estado brasileiro: coalizões político-burocráticas e a exploração de petróleo na Amazônia. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, 49(261), 148–177, 2024.

MF (MINISTÉRIO DA FAZENDA). Conheça o Plano de Transformação Ecológica. MF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica-novo-brasil/conheca-o-plano-de-transformacao-ecologica/conheca-o-plano-de-transformacao-ecologica>. Acesso em 16/04/2025.

MILANI, Carlos; IVES, Diogo. A política externa brasileira a partir de 2023: a necessidade de uma frente ampla nacional, regional e internacional. *Brazilian Journal of International Affairs*, v. 1, p. 1-20, 2023.

MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (MMADS). Colombia avanza en la lucha contra la deforestación con una reducción acumulada del 40%. 2025. Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-avanza-en-la-lucha-contra-la-deforestacion-con-una-reduccion-acumulada-del-40/>. Acesso em: 17/02/2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA (MMA) (2024a). Desmatamento cai 30,6% na Amazônia e 25,7% no Cerrado em 2024. MMA, 06/11/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/taxa-de-desmatamento-na-amazonia-cai-30-6-e-25-7-no-cerrado>. Acesso em 17/04/2025.

_____. (2024b). Plano Clima: estratégias gerais e planos setoriais para mitigação e adaptação. MMA, maio de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima/apresentacao-plano-clima-atualizada-mai24-lgc-1.pdf>. Acesso em 17/04/2025.

_____. (2025a). Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais. MMA, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/combate-ao-desmatamento-queimadas-e-ordenamento-ambiental-territorial/programa-uniao-com-municipios>. Acesso em 24/02/2025.

_____. (2025b). 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente. MMA, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/gm/5a-CNMA>. Acesso em 17/04/2025.



MRE (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES). Declaração Presidencial por ocasião da Cúpula da Amazônia. MRE, 08/08/2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica. Acesso em 24/02/2025.

PACHECO, Priscila. Sem clima para transição, América Latina insiste em combustíveis fósseis. Observatório do Clima. 2023.

PEREIRA, I.; REIS, J. F. (2024a) Monitor da Governança Pan-Amazônica: Colômbia. OPISA. Fevereiro de 2024. Disponível em: <https://opsa.com.br/projeto-governanca-pan-amazonica/>. Acesso em: 19/04/2025.

_____. (2024b) Monitor da Governança Pan-Amazônica: Colômbia. Julho de 2024. Boletim OPISA, n.3.

_____. (2023a). Monitor da Governança Pan-Amazônica: Colômbia. OPISA. Dezembro de 2023. Disponível em: <https://opsa.com.br/projeto-governanca-pan-amazonica/>. Acesso em: 19/04/2025.

_____. (2023b). Monitor da Governança Pan-Amazônica: Colômbia. OPISA. Setembro de 2023. Disponível em: <https://opsa.com.br/projeto-governanca-pan-amazonica/>. Acesso em: 19/04/2025.

POTENZA, Renata Frago et al. Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970-2021. Observatório do Clima, 2023. Disponível em: <https://energiaeambiente.org.br/wp-content/uploads/2023/04/SEEG-10-anos-v5.pdf>. Acesso em 24/02/2025.

OLADE. Panorama energético de América Latina y el Caribe – 2024. Dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.olade.org/publicaciones/panorama-energetico-de-america-latina-y-el-caribe-2024/>. Acesso em: 29/04/2025.

PLANALTO. Decreto nº 12.223. Presidência da República, 14/10/2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/decreto/d12223.htm. Acesso em 24/02/2025.

PRAZERES, Leandro. Presidente da COP 30 diz não ver contradição entre petróleo na Foz do Amazonas e agenda ambiental de Lula. BBC, 11/02/2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c98ym2y9q7qo>. Acesso em 24/02/2025.

PREM, M.; SAAVEDRA, S.; VARGAS, J. F. End-of-conflict deforestation: Evidence from Colombia's peace agreement. World Development, v. 129, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.104852>. Acesso em: 17/04/2025.

REIS, J. F.; PETRELLI, M. Monitor da Governança Pan-Amazônica: Colômbia. OPISA. Outubro de 2024. Disponível em: <https://opsa.com.br/projeto-governanca-pan-amazonica/>. Acesso em: 19/04/2025.

_____. Monitor da Governança Pan-Amazônica: Colômbia. OPISA. Fevereiro de 2025. Disponível em: <https://opsa.com.br/projeto-governanca-pan-amazonica/>. Acesso em: 19/04/2025.

SMOUTS, Marie-Claude. Tropical Forests, International Jungle: the Underside of Global Ecopolitics. New York: Palgrave MacMillan, 2003.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Colombia Yearly trade (2023). Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/col?selector1879id=percentage&selector343id=Import&selector400id=3>. Acesso em: 17/04/2025.

UNICAMP. AmazonFace, a primeira torre. Unicamp, 30/11/2022. Disponível em: <https://amazonface.unicamp.br/amazonface-a-primeira-torre/>. Acesso em 24/02/2025.

VERGARA, L. A. S. Colômbia sob Petro: Maioria de planos ambientais segue só no papel. Dialogue Earth. 2024. Disponível em: <https://dialogue.earth/pt-br/clima/390308-colombia-petro-planos-ambientais/>. Acesso em: 02/04/2025.



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Janeiro de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPSA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSESA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	47
Brasil.....	49
Colômbia.....	50
Equador.....	51
Guiana.....	52
Peru.....	53
Suriname.....	54
Venezuela.....	54
OTCA.....	55

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O mês de janeiro de 2025 na Bolívia foi marcado por um escândalo envolvendo o ex-ministro do Meio Ambiente y Agua, Alan Lisperguer, acusado de corrupção dentro do Ministério. Segundo o jornal El Deber, desde de outubro de 2024, Lisperguer e seu assessor estavam sendo investigados por “sérios indícios de responsabilidade penal por falsidade de declaração

juramentada e enriquecimento ilícito” [1]. Como medida urgente, o presidente Luis Arce destituiu Lisperguer do cargo e nomeou Álvaro Ruiz como novo ministro do Meio Ambiente y Agua. Na cerimônia de posse, Arce ainda alertou para a baixa execução orçamentária que o Ministério boliviano estava tendo e cobrou que a nova gestão priorize a aplicação dos recursos para o cumprimento dos projetos e objetivos estipulados pelo governo nacional [2]. Por sua vez, em seu discurso de posse, o novo ministro declarou que irá trabalhar com transparência e “com zero tolerância para a corrupção”. Acrescentou que este trabalho só será possível com a união do ministério a municípios, províncias e comunidades indígenas [2]. Ruiz é o terceiro ministro do Meio Ambiente y Aguas do governo de Arce. O primeiro foi Juan Santos Cruz, que foi destituído e processado por cobrar multas milionárias para a adjudicação de obras [2].

Também no mês de janeiro, foram realizadas denúncias públicas de atividades minerais ilegais na Reserva Nacional de Vida Silvestre Amazônica Manuripi, envolvendo a presença de balsas em área de proteção. As denúncias foram feitas pelo governo de Pando, que pediu para que o governo central, em conformidade com a legislação ambiental, realize ações necessárias para garantir a proteção e a conservação dos recursos naturais da Reserva Manuripi [3]. A reserva apresenta uma superfície de aproximadamente 773 mil hectares e abriga uma variedade de espécies da fauna e flora amazônicas. Ao longo dos anos, vem sofrendo com ameaças da atividade madeireira ilegal, a extração seletiva de palmito e a contaminação de mercúrio no rio Madre de Díos. A senadora Corina Ferreira cobrou das autoridades uma resposta imediata para frear as atividades na reserva e alertou que os moradores “exigem ações imediatas do governo central e departamental para frear a destruição do ecossistema e deter o tráfico de combustível, que agrava a problemática em uma das regiões mais biodiversas do país” [3]. Em nota, tanto o ministro de Minería y Metalurgia, Alejandro Santos, quanto o ministro do Meio Ambiente y Agua, Álvaro Ruiz, demonstraram preocupação pelo que está acontecendo na região de Pando e que anunciaram a mobilização de recursos para enfrentar os crimes ambientais [3].

Somado a estes eventos, a Bolívia vem sofrendo com altas chuvas, aumentando os alertas de emergência por transbordamento dos rios, inundações e outros desastres. No mês de janeiro, o número de municípios que decretaram “situação de desastre” subiu para 16, ao passo que o total de comunidades e municípios afetados somam 978 e 65, respectivamente, sendo La Paz e Cochabamba as regiões mais afetadas do país [4]. Segundo o vice-ministro da Defesa Civil, Juan Carlos Calvimontes, “estamos em um período extremamente crítico, e as previsões não são nada animadoras”. Calvimontes divulgou dados da Defesa Civil, registrados desde novembro de 2024, que demonstram que oito dos nove departamentos da Bolívia estão sendo afetados pelas variações climáticas. Com os novos desastres, o número de famílias afetadas subiu para 50.171 no período [5].

Por fim, no âmbito da política externa, Bolívia e Alemanha reforçaram um convênio bilateral em matéria de proteção da Amazônia e promoção de transição energética. A Bolívia receberá do governo alemão um montante de 54 milhões de euros para serem destinados aos projetos “Protección y Gestión Sostenible de la Amazonía”, “Generación de Energía Renovable” e “Fortaleciendo la transición energética en Bolivia ProTransición” [6]. Em sua fala na cerimônia de assinatura do convênio, a ministra das Relaciones Exteriores, Celinda Sosa, afirmou que, “com a cooperação alemã, enfrentamos desafios importantes em benefício de nosso povo, especialmente para as comunidades camponesas e os povos indígenas” [6].

Referências

- [1]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/activan-alerta-migratoria-contra-exministro-lisperguer> 502082/.
- [2]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/arce-revela-baja-ejecucion-en-ministerio-de-aguas-y-ruiz-promete-transparencia> 501304/.
- [3]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/denuncian-actividades-mineras-ilegales-en-la-reserva-nacional-manuripi> 501752/.
- [4]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/suman-mas-de-84000-las-familias-afectadas-por-torrenciales-lluvias-en-bolivia> 501926/.
- [5]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/estamos-en-un-periodo-extremadamente-critico-12-municipios-estan-declarados-en-desastre> 501432/.
- [6]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/01/23/20028/>.

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Em janeiro de 2025, novos dados confirmaram um aumento da degradação da floresta amazônica brasileira ao longo do ano passado, dando sequência a levantamentos similares que registramos no monitor de dezembro de 2024. Conforme divulgado desta vez pelo Imazon [1], o desmatamento na floresta caiu 7% em 2024, na comparação com 2023 – ainda que a área desmatada siga preocupante: 3.739 km², o que corresponde a cerca de mil campos de futebol derrubados por dia. Apesar desta queda, houve um aumento extraordinário de 497% no território degradado devido a queimadas: dos 6.092 km² destruídos em 2023, passou-se a 36.379 km² em 2024. Um terço do total destruído foi no estado do Pará. O fogo foi intensificado pela seca histórica na região em 2024, provocada, em parte, pelas mudanças climáticas.

No âmbito doméstico, o governo Lula foi cobrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a revisar seu plano de proteção da Amazônia. Um documento formal foi requisitado pelo STF em 2024 como uma medida para remediar falhas na política de proteção florestal e controle do desmatamento. No dia 27 de janeiro, o ministro André Mendonça avaliou que o plano submetido pelo governo no fim do ano passado não cumpriu plenamente as obrigações e exigiu, entre outros pontos, maior detalhamento de ações de órgãos ambientais federais e maior coordenação com governos subnacionais, como através da edição de uma norma pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) para obrigar estados e municípios a integrar o Sistema Nacional de Controle de Origem dos Produtos Florestais (SINAFLOR) e a compartilhar dados sobre autorização para remoção de vegetação pelos estados [2].

Na política externa, o Ministério da Justiça anunciou que o governo federal deve inaugurar, em fevereiro, um centro de inteligência no Acre, na cidade de Cruzeiro do Sul, próxima à fronteira com o Peru. O objetivo será coibir o aumento do narcotráfico que se estima que ocorrerá após a inauguração, em novembro passado, do porto peruano de Chancay, o qual poderá ser usado pelo crime organizado para enviar drogas para a Ásia [3]. Por sua vez, a relação com a Venezuela foi marcada por um esfriamento político, depois que o presidente Lula não compareceu à posse de Nicolás Maduro para um terceiro mandato, no dia 10 de janeiro, dado que o Brasil não reconheceu sua vitória eleitoral no ano passado [4]. Contudo, o Ministério de Minas e Energia informou que projetos técnicos de interconexão elétrica entre Venezuela e Roraima serão mantidos, com vistas a uma maior integração do Brasil com países

amazônicos [5].

Referências

- [1]Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/amazonia-fecha-2024-com-queda-de-7-no-desmatamento-mas-alta-de-497-na-degradacao/>.
- [2]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/01/28/governo-deve-esclarecer-pontos-de-plano-de-protecao-da-amazonia-ao-stf/>.
- [3]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/01/24/governo-vai-criar-centro-de-inteligencia-na-fronteira-com-peru.ghtml>.
- [4]Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/a-tres-dias-da-cerimonia-brasil-recebe-convite-para-posse-de-maduro/>.
- [5]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/01/16/brasil-defende-integracao-energetica-com-venezuela-apesar-de-relaes-polticas-estremecidas.ghtml>.

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Em janeiro, o governo colombiano, seguindo o projeto de promover a transição climática, participou de encontros nos EUA. No dia 8 de janeiro, a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad, anunciou, em Washington, um plano de trabalho, que alcança os 40 bilhões de dólares em investimentos, com projetos em setores como transporte, energia e meio-ambiente. Dentre as empresas envolvidas, a ministra citou o interesse da Pepsi-Cola em iniciativas de agricultura regenerativa e de grupos envolvidos com logística, em combustíveis sustentáveis. Para Muhamad, “esses portfólios materializam o compromisso que a Colômbia tem com a Convenção do Clima em 2025 e será fundamental para quando chegarmos à COP30 no Brasil” [1].

Além do anúncio nos EUA, a ministra, no começo do ano, alertou para o período de baixos índices pluviiais que devem ser registrados nos primeiros meses de 2025. Visando evitar uma nova temporada de incêndios, como em 2024, Muhamad promoveu a inauguração de um posto de comando unificado da Unidade de Gestão de Riscos (UNGRD). Apesar dos esforços, no dia 15 de janeiro, foi registrado um incêndio de grandes proporções no Parque Natural Chingaza, um dos principais de Bogotá. Durando mais de 13 horas, o prefeito, Carlos Fernando Galán, anunciou o envio de equipes com mais de 100 bombeiros e 30 caminhões [2]. Além disso, no dia 22 de janeiro foi registrado outro grande incêndio. Em uma região de serra entre os municípios de Chía e Tabio, o fogo chegou a atingir uma área de quase 2 mil metros [3].

Por sua vez, no dia 20 de janeiro, dois grupos paramilitares entraram em conflito. O Estado Maior Central (EMC), liderado por Iván Mordisco, e a facção comandada por Calárca se enfrentaram na região de Calamar, no meio da floresta amazônica. Enquanto o primeiro grupo se recusou a participar de negociações de paz com o governo colombiano, o último está incluído no processo. Como demonstração de paz, Calárca ordenou o fim da exploração de madeira na região. Apesar de índices apontarem para uma redução de 38% no desmatamento local, a ofensiva do EMC gerou um novo aumento. Com isto, a preservação da biodiversidade naquela região está, em grande medida, sob controle do paramilitarismo [4].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-fortalece-alianzas-estrategicas-internacionales-para-la-transicion-energetica/>.
- [2]Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/en-vivo/bogota-van-13-horas-de-incendio-en-el-parque-chingaza/>.
- [3]Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2025/01/22/grave-incendio-avanza-sin-control-y-amenaza-zonas-habitadas-en-chia-y-tabio-esto-es-lo-que-se-sabe/>.
- [4]Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/en-vivo/facciones-del-emc-de-calarca-y-de-mordisco-sostienen-guerra-en-guaviare/>.

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 10 de janeiro, o embaixador Andrés Montalvo Sosa, Representante Permanente do Equador nas Nações Unidas, assumiu a junta executiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos [1]. Nesta posição, ele ficará responsável por supervisionar e proporcionar orientação a estas organizações, além de promover as agendas de desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza, igualdade de gênero e construção de sociedades pacíficas e inclusivas.

No dia 21 de janeiro, uma iniciativa combinada do Ministério do Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) e do Programa Jovens em Ação promoveu um grande mutirão para reflorestar seções da floresta amazônica na província de Sucumbíos [2]. O Programa Jovens em Ação é um auxílio, com duração de três meses e mensalidades de US\$400, oferecido para jovens de 18 a 29 anos e que emprega os jovens em atividades do governo ligadas ao enfrentamento das crises econômica, energética e ambiental. A atividade visa a recomposição da diversidade da flora nativa da região, semeando mais de 1265 espécies diferentes, bem como a capacitação técnica dos jovens para atuar em outras iniciativas semelhantes no futuro.

No dia 23, membros do MAATE e do Ministério de Energia e Minas do Equador participaram da iniciativa PlanetGOLD, que visa fortalecer as capacidades do setor mineiro artesanal e de pequena escala (MAPE) [3]. Apoiada pelo PNUD e financiada pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), a iniciativa promoveu uma série de oficinas em Zamora, La Maná e Macará e contou com a participação de mais de 100 autoridades e representantes das comunidades locais. Os encontros debateram propostas para a redução do uso de mercúrio na MAPE, a formalização do setor, o uso de tecnologias limpas, financiamento e capacitação contínua dos trabalhadores.

Já no dia 28, especialistas, lideranças e autoridades locais se reuniram em Quito para discutir a gestão de recursos hídricos transfronteiriços e a importância das bacias hidrográficas para a promoção do desenvolvimento sustentável na região [4]. Representantes do MAATE, do PNUD, do Escritório Regional da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) na América do Sul e da Global Water Partnership, falaram sobre os recursos e destacaram a importância da cooperação entre Equador, Peru e Colômbia em prol da preservação dos ecossistemas compartilhados, do bem-estar das comunidades e do desenvolvimento sustentável.

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/2025/01/10/ecuador-asume-la-presidencia-de-la-junta-ejecutiva-del-pnud-unfpa-y-unops-para-2025/>.
- [2]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-programa-jovenes-en-accion-junto-al-maate-impulsa-acciones-de-reforestacion-en-la-amazonia/>.
- [3]Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/planetgold-ecuador-hacia-practicas-mineras-mas-sostenibles-y-libres-de-mercurio>.
- [4]Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/ecuador-lidera-el-dialogo-regional-sobre-la-gestion-de-las-aguas-transfronterizas>.

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 26 de dezembro de 2024, o United States Export Import (US EXIM Bank) (Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (US EXIM, tradução nossa) autorizou um empréstimo de US\$ 527 milhões para o Ministério das Finanças da Guiana. O financiamento tem como objetivo viabilizar a construção de uma central de separação de gás natural, uma central elétrica de turbina a gás e serviços relacionados a gasodutos que transportariam gás das plataformas Liza-1 e Liza-2 até o território continental. O US EXIM Bank também promoverá estudos com o objetivo de comprovar a viabilidade do projeto. As plantas e a execução da empreitada serão realizadas pela joint venture CH4-Lindsayca, auxiliadas pelo consórcio liderado pela ExxonMobil, petrolífera com atividades no litoral do país [1][2][3]. Os novos investimentos sinalizam um aprofundamento da produção de combustíveis fósseis pela Guiana e de seu direcionamento sobretudo aos EUA.

O projeto promete benefícios à população, como uma suposta diminuição em 50% no preço da energia elétrica. No dia 2 de janeiro, o vice-presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, pronunciou-se sobre o projeto e, na ocasião, defendeu os termos acordados entre o banco estadunidense e o governo da Guiana [4]. Apesar das promessas, o projeto e o vice-presidente foram alvos de críticas que exigiam a demonstração dos estudos acerca da viabilidade do projeto. Os críticos, como Vincent Adams, ex-diretor executivo da Agência de Proteção Ambiental, apontam com desconfiança os resultados apresentados pelo US EXIM Bank, pois o banco, além de contrariar estudos feitos anteriormente, também não teria legitimidade para realizar estudos de cunho ambiental [5]. A polêmica ganhou vitalidade quando o banco, procurado por parte da sociedade civil guianesa, negou que faria algum estudo de viabilidade. A situação exigiu que Jagdeo explicasse que haverá uma empresa contratada pelo banco estadunidense para realizar os estudos referidos, cujo nome seria Sargent and Lundy [6].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.exim.gov/news/export-import-bank-united-states-board-directors-approves-more-526-million-for-guyanese-energy>.
- [2]Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/guyana-gas-to-energy-project-wins-initial-us-exim-bank-loan-guarantee-approval-2024-11-28/>.
- [3]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2025/01/03/jagdeo-defends-4-interest-on-us-exim-bank-loan-for-gas-to-energy-project/>.

[4]Disponível em: <https://www.guyana-hc-south-africa.co.za/2025/01/03/financial-benefits-of-gas-to-energy-project-far-outweighs-debt-servicing-costs-jagdeo-highlights/>.

[5]Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/01/04/show-us-the-feasibility-and-eia-studies-done-by-us-exim-bank-for-gas-to-energy-project-dr-adams/>.

[6]Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/01/24/jagdeo-exposed-on-gas-to-energy-project/>.

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No primeiro mês de 2025, a Amazônia não ocupou grande espaço na agenda do Poder Executivo no Peru. Identificamos apenas três eventos com relativa relevância: a participação de representantes do país no Fórum Econômico Mundial em Davos e em uma atividade sobre bioeconomia na embaixada britânica em Lima, além da aprovação, pelo governo da região de Ucayali, da Estratégia Regional de Mudança Climática para 2030.

Durante a reunião do Fórum Econômico Mundial, que este ano ocorreu entre os dias 20 e 24 de janeiro, um dos temas tratados no discurso do ministro das Relações Exteriores do Peru, Elmer Schialer Salcedo, foram as políticas de financiamento para a Amazônia. Salcedo criticou o baixo comprometimento da comunidade internacional com essa questão e convocou os participantes do evento a contribuir com o projeto peruano intitulado Amazonía verde y resiliente, que visa a ampliar o Programa Bosques, voltado para a redução do desmatamento na floresta [1].

O ministro do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro, por sua vez, participou de um evento na Embaixada do Reino Unido em Lima sobre bioeconomia para fortalecer a aliança estratégia entre os dois países no que tange ao financiamento de projetos ambientais. O evento, que ocorreu no dia 28 de janeiro, reuniu representantes de entidades públicas, empresas privadas, instituições acadêmicas, associações indígenas e organizações internacionais. Durante a Mesa Executiva para o Desenvolvimento da Amazônia, foi apresentada a proposta de trabalho para desenvolver as cadeias de bionegócios prioritárias, como as de castanha e de aguaje, uma fruta típica da região. Segundo a proposta, essas cadeias produtivas seguiriam a lógica do desenvolvimento sustentável, ampliando a disponibilidade de recursos na região, sem comprometer a biodiversidade nem o bem-estar da população local [2].

No âmbito doméstico, o governo da região de Ucayali aprovou a Estratégia Regional de Mudança Climática para 2030, um instrumento de gestão que tem como fim construir ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A aprovação é fruto de um esforço conjunto entre os três níveis de governo, a comunidade científica e diferentes atores dos setores público e privado. Contou, ainda, com a participação da agência estatal alemã GIZ e da Aliança Empresarial pela Amazônia (AEA) [3].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1095368-canciller-schialer-en-el-foro-economico-mundial-de-davos-invita-a-sumarse-a-la-iniciativa-peruana-amazonia-verde-y-resiliente>.

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1098901-minam-consolida-alianzas-estrategicas-para-potenciar-los-bionegocios-en-nuestra-amazonia>.

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1086231-ucayali-aprueba-estrategia-regional-de-cambio-climatico-al-2030>.

Suriname

Por Guilherme Fritz

Em maio de 2025, ocorrerão eleições presidenciais no Suriname. O atual governo, sustentado por uma coalizão partidária, parece exibir algumas fraturas no que tange sua composição. O presidente Chandrikapersad Santokhi fez críticas públicas a Dinottha Vorswijk, Ministra da Política Fundiária e Gestão Florestal; ao Ministro da Justiça e Polícia, Kenneth Amoksi; e ao Ministério das Questões Sociais e Habitação. Esses três Ministérios são atribuídos ao parceiro da coalizão, o Partido da Libertação Geral e do Desenvolvimento (ABOP), enquanto o partido do presidente é o Partido da Reforma Progressista. As críticas apontam insuficiências acerca do trabalho realizado das pastas em questão, em um gesto político que insinua que parte das incapacidades do governo são principalmente culpa do parceiro da coalizão [1]. Não está claro ainda se as críticas à Ministra da Política Fundiária e Gestão Florestal levarão a uma mudança substancial no tratamento da Amazônia.

Além disso, no dia 6 de janeiro, o Embaixador dos Países Baixos para o Suriname, Walter Oostelbos, e o Ministro das Finanças e do Planejamento do Suriname, Stanley Raghoebarsing, assinaram um acordo financeiro para destinar 5 milhões de euros dos Países Baixos ao Suriname. O dinheiro foi direcionado para o Production Credit Fund, que tem o objetivo de financiar empreendimentos de médio e pequeno porte no país, inclusive na Amazônia. O acordo entre ex-colônia e ex-metrópole é fruto de uma promessa feita em 2020 e concretizada apenas agora pelos Países Baixos [2][3].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2025/01/07/president-santokhi-weer-kritisch-over-competenties-abop-ministers/>.

[2]Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2025/01/07/nederlandse-bijdrage-aan-surinaams-productie-krediet-fonds/>.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Como desdobramento da “Operação Neblina”, no início de janeiro, foi realizada uma ação no estado do Amazonas. Nela, foram apreendidos e incinerados cerca de 5.000 quilos de maconha no município de Atabapo. Conduzida pela Força Armada Nacional Bolivariana (FANB), a operação foi considerada um “golpe certo” pelo Ministério do Interior, que detalhou que foram apreendidos 162 sacos, que continham mais de 4.800 pacotes de drogas. Nesse sentido, o superintendente nacional antidrogas, Danny Ferrer Sandrea, assinalou que a Venezuela “se mantém forte e inabalável” na luta contra os narcóticos [1]. Com a efetivação dessa operação, o Amazonas se tornou o terceiro estado com a maior quantidade de entorpecentes apreendidos no país [2].

No que se refere a mineração ilegal, no dia 15 de janeiro a ONG SOS Orinoco voltou

a alertar sobre como as atividades de mineração e desmatamento estão pondo em risco as bacias hidrográficas e as reservas hídricas da Amazônia venezuelana. Em conformidade com os dados divulgados pela ONG, ao menos 140.000 hectares de floresta desapareceram devido a atividades extrativistas no Arco Mineiro do Orinoco. Vale salientar que tal perda afeta tanto o ecossistema quanto os povos originários que vivem na região. Em crítica à inação do governo bolivariano, a representante da organização, Cristina Burelli, afirmou que nos estados de Bolívar e Amazonas as autoridades poderiam frear o ingresso e a ação de grupos irregulares que praticam a mineração ilegal, mas isso não acontece. Burelli ainda questionou a razão de a Assembleia Nacional não ter posto em vigor a Lei Orgânica da Mega Reserva de Água Doce e Biodiversidade do Orinoco Sul e da Amazônia Venezuelana, que foi aprovada em 2018. Ela frisou que, nesse caso, não apenas representantes do governo, mas também da oposição, não entendem o propósito da lei, por acreditarem que a Venezuela segue sendo um país rico [3].

Ainda relacionado à mineração ilegal, um representante da etnia Yekuana e Sanema, Angelito Hernández, exigiu do presidente Nicolás Maduro o envio de autoridades do estado do Amazonas, representantes do Ministério Público e da Defensoria do Povo, ao Rio Paru. O intuito do envio seria o de “resolver conflitos internos”, posto que os povos indígenas do local são afetados pelas práticas ilegais. Hernández frisou que já foram feitas uma série de reclamações para as autoridades competentes, porém sem respostas. Por fim, os indígenas concederam um prazo de três dias para que o governo agisse e expulsasse os garimpeiros do Rio, além de removerem as máquinas usadas para a mineração ilegal. Caso contrário, dariam continuidade ao chamado “Plano Paru”, a partir do qual já destruíram 5 máquinas, 3 compensadores, 14 tambores, dentre outros equipamentos [4]. Até o momento, não foi divulgada uma resposta do governo.

Referências

- [1]Disponível em: https://www.elnacional.com/venezuela/la-fanb-incauto-5-000-kilos-de-marihuana-en-el-estado-amazonas/#google_vignette.
- [2]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/198184/incinerados-mas-de-5-mil-kg-de-marihuana-incautada-en-amazonas>.
- [3]Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/actividades-en-el-arco-minero-del-orinoco-han-afectado-miles-de-hectareas-de-bosque/>.
- [4]Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/etnia-yekuana-pide-a-maduro-frenar-la-mineria-ilegal/>.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Nos dias 27 e 28 de janeiro, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) organizou dois eventos em Brasília: a Mesa Redonda Internacional sobre a Proteção Jurídica das Florestas na Pan-Amazônia e a Consulta Pública sobre a Lei Florestal Modelo [1]. As duas atividades contaram com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ocorreram nos marcos do projeto “Iniciativa Global da Lei Florestal Modelo” (MoFAI), cujo objetivo principal é oferecer diretrizes legais modernas e harmonizadas, adaptadas às necessidades dos países amazônicos. No dia 27,

a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou da mesa-redonda junto a magistrados, diplomatas e especialistas, destacando que a OTCA representa a união dos países pan-amazônicos em prol da preservação do bioma [2].

O Ministro Antônio Herman Benjamin, presidente do STJ brasileiro, destacou que a proteção da Amazônia exige uma atuação conjunta, enquanto a juíza Vanessa Mateus, do Tribunal de Justiça de São Paulo, chamou atenção para a extensão dos crimes ambientais, como grilagem e desmatamento ilegal, que precisam ser monitorados. Os demais participantes afirmaram que “o meio ambiente não reconhece jurisdições” e por isso é importante unir esforços para a conformação de uma justiça integrada e comprometida com a segurança jurídica dos países da Amazônia. No dia 28, o Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, participou de debates junto a representantes governamentais, cientistas e sociedade civil. Tanto Grazziotin quanto von Hildebrand destacaram a importância da Amazônia como bioma estratégico e a necessidade da coordenação de esforços para a criação de uma legislação mais eficiente que garanta a proteção jurídica das florestas.

No dia 30 de janeiro, a OTCA realizou, em Brasília, a primeira Mesa de Cooperantes [3]. O evento reuniu agências de cooperação, bancos de desenvolvimento e organismos multilaterais com o propósito de recolher investimentos e aumentar as capacidades dos países amazônicos para lidar com desafios ambientais e sociais. Com o intuito de consolidar uma abordagem integrada para a preservação da floresta, o evento contou com a participação do Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, que mais uma vez destacou a necessidade da atuação conjunta para evitar que o bioma chegue ao ponto de não retorno. Na mesma ocasião, a Secretaria Permanente da OTCA apresentou seu plano de trabalho para o ano de 2025, com foco na conservação da biodiversidade, monitoramento ambiental, bioeconomia e luta contra mudanças climáticas.

Os participantes também discutiram alternativas para fortalecer os mecanismos de financiamento para a proteção da Amazônia, convocando a comunidade internacional a atuar em iniciativas para a obtenção de recursos. Além disso, eles também debateram o papel da Amazônia na COP-30, a inclusão da segurança alimentar na agenda de conservação do bioma, o uso de dados científicos e promoção de soluções inovadoras e como os países pan-amazônicos podem aumentar sua participação e protagonismo nas negociações climáticas internacionais. A reunião contou com a participação de membros do BID, do Banco Mundial, CAF, FAO, UNESCO, IICA, GIZ, ABC, UNODC, FONPLATA e embaixadas do Reino Unido, Suíça, Noruega, Países Baixos, França, Equador, Colômbia e Peru.

Referências

[1]Disponível em: <https://otca.org/pt/evento-discute-lei-florestal-modelo-para-a-pan-amazonia-em-brasilia/>.

[2]Disponível em: <https://otca.org/pt/mesa-discute-harmonizacao-juridica-para-proteger-as-florestas-amazonicas-em-evento-no-stj/>.

[3]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-fortalece-aliancas-internacionais-para-a-protecao-da-amazonia/>.



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Fevereiro de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPSA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	57
Brasil.....	59
Colômbia.....	61
Equador.....	63
Guiana.....	64
Peru.....	66
Suriname.....	68
Venezuela.....	69
OTCA.....	70

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em fevereiro de 2025, mais uma vez a Amazônia boliviana sentiu os impactos de eventos climáticos extremos. No início do mês, o município de Cobija, no departamento de Pando, declarou alerta vermelho em função do transbordamento do arroio Bahía. O transbordamento ocorreu devido a chuvas intensas, inundou diversos bairros da cidade, afetou mais de cem

famílias e causou o deslocamento de pessoas de suas casas [1].

Entrementes, ao longo do mês, o governo boliviano avançou cooperações internacionais na agenda ambiental. No início do mês, em Bruxelas, na Bélgica, o governo se reuniu com a delegação da União Europeia para o IX Diálogo de Alto Nível entre o país e o bloco. Na reunião, os representantes da União Europeia comprometeram-se a investir mais de 800 milhões de euros na Bolívia até 2027 em áreas como proteção da biodiversidade e energia renovável, além de comércio e combate ao crime organizado. Também foi lançada a Aliança Florestal, parceria com o objetivo de garantir a restauração e a proteção das florestas bolivianas, com foco especial na Amazônia. De forma complementar, a Bolívia aderiu à Aliança Digital, visando melhorar a conectividade e a gestão de dados de satélite [2].

Além disso, os chanceleres do Peru e da Bolívia assinaram um acordo para estabelecer um novo posto fronteiriço na Amazônia, ligando as cidades de San Lorenzo (Peru) e Extrema (Bolívia). Este posto temporário terá como objetivo fortalecer a cooperação e a integração entre os dois países, facilitando a conexão física, social e comercial entre as regiões de Madre de Dios (Peru) e Pando (Bolívia). Foi firmado, também, um memorando para proteger o lago Titicaca, visando à redução da poluição, uso equitativo da água e conservação do ecossistema, por meio de projetos de desenvolvimento sustentável em áreas como pesca, turismo e agricultura [3].

A agenda de povos indígenas para a Amazônia boliviana também teve destaque em fevereiro. O assassinato de Francisco Marupa, líder indígena do povo Leco e defensor ambiental, trouxe à tona o debate sobre a mineração ilegal em áreas protegidas e a violência sobre defensores ambientais na Bolívia. Francisco Marupa foi encontrado morto no Parque Nacional Madidi, área de alta biodiversidade na bacia do rio Amazonas. Marupa era conhecido por sua oposição e seu ativismo contra a mineração ilegal e ao tráfico de terras em territórios indígenas. Organizações indígenas e ambientais acusam mineradores ilegais de estarem por trás do crime, apontando um histórico de violência, invasões e destruição ambiental na região. No entanto, o governo boliviano atribuiu o assassinato a questões pessoais, após a prisão de um suspeito que confessou o crime. Mais de 80 organizações nacionais e internacionais exigiram justiça pelo assassinato de Marupa, enfatizando a necessidade de proteger os povos indígenas e os defensores ambientais. Elas ressaltaram que a impunidade nesses casos perpetua a violência e compromete o Estado de Direito na Bolívia. [4] [5] [6].

Poucos dias após o assassinato, o governo da Bolívia anunciou medidas para combater a mineração ilegal em áreas protegidas, especialmente na Amazônia boliviana, respondendo a denúncias de atividades mineradoras não autorizadas [7]. Recentemente, lideranças indígenas e defensores ambientais denunciaram a presença de aproximadamente mais de cem balsas mineradoras na Reserva Nacional de Vida Silvestre Amazônica Manuripi, região de grande importância ecológica, que abriga diversas comunidades e povos tradicionais [7] [8].

Além disso, lideranças indígenas de nove países da Bacia Amazônica – oito países amazônicos e a França, representada pela Guiana Francesa –, reunidas no G9 da Amazônia Indígena, lançaram um documento exigindo o fim da exploração de petróleo na região e solicitando financiamento direto, sem a participação de intermediários, para organizações indígenas no combate às mudanças climáticas. O manifesto critica a justificativa de utilizar recursos petrolíferos para financiar a transição energética, considerando-a enganosa e prejudicial ao meio ambiente. O grupo também reivindica uma copresidência indígena da COP30, que será realizada em Belém, em novembro de 2025, e destaca a necessidade de se reconhecer os povos tradicionais como autoridades na conservação dos biomas e na proteção da biodiversidade e do clima global [9] [10].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20250206/declaran-alerta-roja-cobija-desborde-del-arroyo-bahia-activan-tareas>.
- [2]Disponível em: <https://www.opinion.com.bo/articulo/pais/union-europea-bolivia-reafirman-alianza-temas-estrategicos/20250131191150966105.html>.
- [3]Disponível em: <https://lapatria.bo/2025/02/25/peru-y-bolivia-firman-acuerdo-historico-para-nuevo-paso-fronterizo-en-la-amazonia/>.
- [4]Disponível em: <https://elpais.com/america-futura/2025-02-20/el-asesinato-de-un-lider-indigena-aviva-el-debate-sobre-la-mineria-en-zonas-protegidas-de-bolivia.html?>.
- [5]Disponível em: <https://adn.celam.org/80-organizaciones-exigen-justicia-por-el-asesinato-del-lider-indigena-y-defensor-ambiental-francisco-marupa/>.
- [6]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2025/02/17/conmocion-en-bolivia-por-el-asesinato-de-un-lider-indigena-sospechan-de-actividades-ilegales-en-areas-protegidas/>.
- [7]Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/el-gobierno-de-bolivia-anuncia-acciones-contrala-miner%C3%ADa-ilegal-en-las-%C3%A1reas-protegidas/88833481>.
- [8] Disponível em: <https://www.repam.net/pt/bolivia-denunciam-atividade-mineradora-ilegal-na-reserva-nacional-manuripi/>.
- [9]Disponível em: <https://18horas.com.br/noticias/liderancas-indigenas-de-nove-paises-da-bacia-amazonica-lancaram-um-documento-contraa-exploracao-de-petroleo-na-regiao/>.
- [10]Disponível em: <https://ipsnoticias.net/2025/02/indigenas-exigen-fin-de-la-explotacion-petrolera-en-la-amazonia/>.

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

No dia 3 de fevereiro, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, participou da XV Reunião Ordinária de Ministros de Relações Exteriores da OTCA, que ocorreu em Paramaribo, capital do Suriname. Na ocasião, o chanceler realizou um discurso afirmando o compromisso do Brasil com os objetivos da organização e instando os países membros a estar preparados para apresentarem resultados na próxima Reunião de Presidentes dos Estados Partes do OTCA, que será realizada na Colômbia, em agosto de 2025. Nas palavras do ministro: “O Governo brasileiro tem procurado colaborar ativamente nesse processo, criando – como país-sede – condições de trabalho para a Organização; financiando projetos; e compartilhando sua experiência e conhecimento nas áreas de combate ao desmatamento, conservação e uso sustentável da biodiversidade, manejo florestal sustentável, gestão de recursos hídricos e desenvolvimento social” [1].

Vieira também abordou a COP30, que será realizada em Belém, no final do ano. Ressaltou que a conferência avançará nos cinco pilares do regime do clima: mitigação, adaptação, financiamento, tecnologia e capacitação, mas que é fundamental, para uma governança climática global justa, que os principais emissores “fortaleçam suas metas nacionais de redução de gases de efeito estufa”. O ministro também fez apontamentos sobre os países mais industrializados do sistema global, pois possuem maiores responsabilidades históricas e, portanto, precisam de um maior engajamento com o financiamento climático e

a transferência de tecnologia para os países menos desenvolvidos. Ainda sobre a necessidade de obter recursos para uma transição econômica sustentável a nível sistêmico, Mauro Vieira declarou que o Brasil, junto com o Azerbaijão, que sediou a COP29, estaria pronto para liderar o “Mapa do Caminho Baku-Belém rumo a US\$ 1,3 trilhão”. A iniciativa busca concretizar a promessa de mobilizar US\$ 300 bilhões anuais para países em desenvolvimento até 2035, conforme meta acordada durante a própria COP29, e superá-la em direção a US\$ 1,3 trilhão [1][2].

No dia 12 de fevereiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu uma entrevista para a Rádio Diário FM, que é de Macapá, capital do Amapá. Na ocasião, o presidente abordou a exploração de petróleo na Margem Equatorial, onde está localizada a foz do Rio Amazonas. Lula afirmou que quer que a exploração aconteça, mas que antes é preciso ter certeza da existência de petróleo na região e que, para tal, é necessário a realização de pesquisas a seream feitas pela Petrobrás [3]. No dia seguinte, 13 de fevereiro, o presidente viajou até o Amapá e discursou sobre a questão, quando criticou a resistência do IBAMA na aprovação da realização de estudos sobre hidrocarbonetos na Margem Equatorial. Vale ressaltar que o recém eleito presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), é natural do Amapá e também discursou na ocasião. O mesmo afirmou que a preservação ambiental do território deve ser decidida pelos “filhos do Amapá”. Caso a atividade exploratória vá adiante, o estado seria beneficiado pela renda petroleira, mas também estará exposto aos desastres ambientais em potencial [4][5][6][7][8].

Dias antes, especificamente no dia 6 de fevereiro, a Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA), afirmou que não é de sua responsabilidade o fato do Ibama não ter concedido a licença de exploração. A ministra afirmou que tudo depende da análise técnica da autarquia e não da sua vontade política pessoal, ou até mesmo do presidente Lula. Ainda segundo a ministra, desde 2018, três solicitações de licenciamento foram feitas para a região, sendo duas pela Petrobrás. As três foram indeferidas, mas, em outubro de 2024, um novo projeto foi apresentado pela Petrobrás, cuja resposta do Ibama pedia “ajustes e complementações”. No dia 4 de fevereiro, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou que a empresa já cumpriu com todas as demandas do Ibama em documentação entregue em novembro de 2024 [9].

Em outra agenda, Marina Silva, no dia 14 de fevereiro, assinou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o presidente do Banco da Amazônia (BASA), Luiz Cláudio Moreira Lessa. O acordo busca viabilizar o Programa de Fortalecimento Financeiro e Apoio à Inovação da Sociobioeconomia da Amazônia. O documento foi assinado em Belém durante uma cerimônia de divulgação de investimentos do governo federal para a COP30, com presença do presidente Lula. Essa iniciativa pretende ser o primeiro passo do Programa de Formação em Sociobioeconomia e Agroecologia para Agentes de Crédito Rural (PFSA), que, por sua vez, é parte do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, um desdobramento da Estratégia Nacional de Bioeconomia. O objetivo do programa será facilitar o acesso ao crédito por organizações ligadas aos povos tradicionais e agricultores familiares [10].

No dia 19 de fevereiro, Brasil e Portugal assinaram um memorando de entendimento com a finalidade de fortalecer a cooperação técnica em questões climáticas, preservação e manejo de ecossistemas. A cerimônia se deu durante a visita do primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, ao Brasil. O documento foi assinado pela ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e pela ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, representante do governo português. Entre os pontos de interesse indicados no memorando, estão a mitigação e a adaptação à mudança do clima, o financiamento climático,

transições justas, negociações para a COP30, entre outros objetivos. Também foi criado um comitê para a elaboração de um plano de ação e monitoramento [11].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-15a-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-da-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>.
- [2]Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ap%C3%B3s-tensas-negocia%C3%A7%C3%B5es-cop29-termina-com-promessa-de-us-300-bi-por-ano/a-70868833>.
- [3]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1UR9IXOcIaw>.
- [4]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDmkjf6Om3s>.
- [5]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nku07JrhSEA>.
- [6]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K0YkbXW1Mxs>.
- [7]Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-volta-a-defender-pesquisas-sobre-petroleo-na-margem-equatorial-nao-faremos-loucura/>.
- [8]Disponível em: <https://exame.com/economia/alcolumbre-defende-amapa-como-estado-mais-preservado-do-brasil-em-debate-sobre-margem-equatorial/>.
- [9]Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/governo/2025/2/6/marina-silva-nega-responsabilidade-sobre-margem-equatorial-e-diz-que-analise-do-ibama-e-tecnica>.
- [10]Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/mma-e-banco-da-amazonia-firmam-acordo-para-fortalecer-a-sociobioeconomia>.
- [11]Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/governos-de-brasil-e-portugal-firmam-acordo-para-fortalecer-cooperacao-sobre-mudanca-do-clima-e-gestao-de-ecossistemas>.

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 5 de fevereiro, foi anunciada a suspensão de programas da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) na Colômbia. No dia 13 de fevereiro, a Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad, detalhou que cerca de US\$70 milhões em investimento do USAID para a proteção e conservação do meio ambiente na Colômbia foram congelados [1]. O Amazonia Mía, programa de assistência técnica, que fornecia dados para a identificação de áreas desmatadas, foi suspenso com o fim do financiamento [2]. Em geral, o programa apoiou atividades técnicas para impedir a penetração do crime organizado em cerca de 900 mil hectares e apoiou cerca de 75 leis, planos e regulamentos para a preservação da Amazônia contra atividades ilegais [2].

Ademais, em fevereiro, a viabilidade jurídica de um decreto que reconhece a autonomia de autoridades indígenas na gestão ambiental foi debatida por atores políticos e pela mídia colombiana. O Decreto 1275, aprovado em outubro de 2024, designa às autoridades indígenas as competências de “formular, adotar e desenvolver, no seu âmbito territorial, instrumentos de regulação e gestão ambiental” [3]. A falta de precisão sobre quais disposições as autoridades indígenas podem emitir e a limitação do planejamento em relação ao escopo prático desses poderes foram criticadas na época de sua promulgação [4]. No dia 22 de janeiro, uma medida

adotada por uma instância de governança indígena do departamento de amazônico de Guainía intensificou as críticas às lacunas do decreto. O Conselho de Governo da Reserva Remanso Chorrobocón emitiu uma resolução que aprovava a redução da reserva florestal amazônica em 1.000 hectares, autorizando também atividades de mineração de ouro no local [5]. No dia 12 de fevereiro, o governo colombiano reafirmou o seu reconhecimento das autoridades indígenas como gestores ambientais, mas ressaltou que a competência de remover áreas de reservas florestais é do governo colombiano e que o Decreto 1275 não fornece base legal para a decisão unilateral de autoridades indígenas neste tema [6].

No dia 20 de fevereiro, Susana Muhamad anunciou que o desmatamento na Colômbia aumentou 35% em relação a 2023 [7]. No total, 107 mil hectares foram desmatados no país em 2024, enquanto cerca de 80 mil hectares foram desmatados em 2023. É importante reconhecer que o ano de 2023 havia representado uma queda histórica no desmatamento. Entretanto, quando comparados com a série histórica de desmatamento no país, os números de 2024 ainda são baixos. Muhamad afirmou que a meta do governo é não deixar o desmatamento ultrapassar muito mais que 100 mil hectares e, por isso, os números de 2024 não são alarmantes. Um dos principais desafios para a manutenção da meta de redução de desmatamento é o crime organizado e a consequente economia ilícita. A solução proposta pelo governo colombiano, como declarado por Muhamad, é substituir a economia ilícita por atividades econômicas alternativas e engajar as comunidades locais na proteção do meio ambiente [7].

Em 25 de fevereiro, foi retomada, na sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em Roma, na Itália, a Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica da ONU (COP16). Esta conferência havia sido promovida pela Colômbia na cidade de Cali, em 2024, e encerrada sem alcançar um consenso acerca da criação de um fundo de financiamento para a preservação da biodiversidade [8]. No terceiro e último dia de reuniões em Roma, foram aprovadas duas medidas principais. A primeira diz respeito ao aumento de áreas protegidas. Atualmente há cerca de 17% de terras e mares em regiões de proteção. A partir do novo pacto, esse valor aumenta para 30%. A segunda medida trata do incremento no gasto com a preservação da biodiversidade. Além do salto para 200 bilhões de dólares por ano, decidiu-se que, desse total, 30 bilhões serão contribuições apenas de países considerados desenvolvidos, fato que, anteriormente, havia dificultado as negociações na conferência em Cali [9].

Apesar de estes resultados positivos terem significado que Susana Muhamad, ministra que liderou a COP16, alcançou as principais metas estabelecidas pelo governo, o presidente Gustavo Petro promoveu sua troca na chefia do Ministério de Meio Ambiente. A saída de Muhamad aconteceu após uma polêmica reunião entre os ministros e Petro no dia 4 de fevereiro. Além de ter sido televisionada ao vivo, fato que gerou descontentamento em alguns ministros, o encontro evidenciou a insatisfação dos principais chefes de pastas com a nomeação de Armando Benedetti, acusado de corrupção e violência de gênero, para integrar o governo. Uma das falas mais marcantes contra a escolha de Petro foi precisamente de Muhamad. Ao se posicionar como feminista, afirmou que não se sentaria na mesma mesa que Benedetti, ainda que não desistisse, com isso, do projeto de governo [10]. Porém, poucos dias depois, em meio à renúncia de outros líderes, apresentou seu pedido de saída do governo. Apesar de enviar sua carta de renúncia no dia 9 de fevereiro, ficou acordado, entre o presidente e a ex-ministra, que ela ficaria no cargo até o fim da COP16, em Roma. No dia 26 de fevereiro, Petro anunciou sua substituta. Lena Estrada é uma líder indígena de origem amazônica e possui vasta atuação, tanto no governo, quanto na defesa da pauta ambiental [11].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.reuters.com/business/environment/usaid-environmental-funding-worth-70-mln-frozen-colombia-minister-says-2025-02-13/>.
- [2]Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/aumento-de-delitos-ambientales-en-la-amazonia-entre-las-preocupaciones-por-suspension-de-usaid-3427847>.
- [3]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/wp-content/uploads/2024/12/01.-Decreto-1275-de-2024.pdf>.
- [4]Disponível em: <https://medioambiente.uexternado.edu.co/mas-preguntas-que-respuestas-algunos-apuntes-desde-el-derecho-ambiental-a-la-resolucion-del-resguardo-remanso-chorrobocon-que-sustrae-la-reserva-forestal-de-la-amazonia-ley-2-de-1959/>.
- [5]Disponível em: <https://www.senado.gov.co/index.php/component/content/article/13-senadores/6211-se-fue-la-ministra-y-dejo-un-problema-ambiental-en-la-amazonia-senador-nicolas-echeverry>.
- [6]Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Gobierno-reafirma-autonomia-indigena-en-gestion-ambiental-sin-afectar-reser-250212.aspx>.
- [7]Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/deforestacion-en-colombia-se-incremento-en-35-durante-2024-segun-minambiente-3428904>.
- [8]Disponível em: https://www.terra.com.br/planeta/meio-ambiente/cop16-e-retomada-em-roma-apos-fracasso-na-colombia,fe49e14829518c80cd2998a2c9635eadfysy85o9.html?utm_source=clipboard.
- [9]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/02/27/cop16-em-roma-redobra-esforcos-para-financiar-a-biodiversidade.htm>.
- [10]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/02/11/quem-e-armando-benedetti-o-pomo-da-discordia-no-governo-colombiano.htm>.
- [11]Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2025-02-26/gustavo-petro-nombra-a-lena-estrada-anokazi-ministra-de-ambiente-de-colombia.html>.

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 11 de fevereiro, o Ministério do Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) organizou um encontro com diversas organizações não-governamentais dos setores ambiental e hídrico [1]. Durante o evento, que contou com oficinas em Quito, Guayaquil e Cuenca, os representantes participaram de mesas temáticas sobre biodiversidade, mudança climática, qualidade ambiental, recursos hídricos e educação ambiental. Além disso, eles reforçaram a importância de promover as capacidades das comunidades locais para mitigar as mudanças climáticas. No dia 12, foi anunciada a designação de Maria Cristina Recalde como Ministra do Ambiente, Água e Transição Ecológica [2]. Formada em Engenharia Ambiental, Recalde atuou como vice-Ministra do MAATE e promoveu alianças com comunidades indígenas e associações locais para fomentar práticas livres de desmatamento e a economia circular.

No dia 18 de fevereiro, Patricio Maldonado, presidente da Associação de Municipalidades Equatorianas (AME), visitou a província amazônica de Napo, com a intenção de discutir iniciativas de turismo sustentável e proteção do patrimônio natural na região. Focado em projetos ligados à cultura indígena e ancestralidade da região, a associação pretende explorar atividades ligadas ao ecoturismo, os modos de vida das comunidades tradicionais

e experiências gastronômicas locais. A parceria conta com apoio do Consórcio de Governos Autônomos Provinciais do Equador (CONGOPE) e do Banco de Desenvolvimento do Equador [3].

No dia 24 de fevereiro, na região amazônica de Aguarico, o Instituto Tecnológico Internacional (ITI) e o governo local promoveram oficinas de capacitação profissional da população carente, com atividades voltadas ao setor de panificação e artesanato. Ao todo, 132 pessoas participaram das atividades, promovidas em quatro localidades do município, que irão se integrar a projetos de “ecotendas” com a finalidade de comercializar seus produtos junto aos turistas que visitam as comunidades da região [4].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-maate-lidero-el-primer-encuentro-con-organizaciones-no-gubernamentales-del-sector-ambiental-e-hidrico/>.

[2]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/maria-cristina-recalde-asume-como-ministra-del-ambiente-agua-y-transicion-ecologica-encargada/>.

[3]Disponível em: <https://ecuador221.com.ec/ame-impulsa-el-turismo-en-la-amazonia-ecuatoriana/>.

[4]Disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/nacionales/44/amazonia-emprendedoras-artesantias-ecuador-turismo>.

Guiana

Por Guilherme Fritz

Entre os dias 18 e 21 de fevereiro, foi realizada a Guyana Energy Conference & Supply Chain Expo, em Georgetown, capital da Guiana. Na ocasião, lideranças políticas e executivos do setor privado proferiram discursos que contribuem para o entendimento das suas visões sobre o desenvolvimento econômico da Guiana em meio às mudanças climáticas, principalmente no que tange o fornecimento energético e, tão importante quanto, o tipo de matriz a ser explorada e utilizada no país [1].

O Ministro dos Recursos Naturais, Vickram Bharrat, discursou sobre as iniciativas de descarbonização das cadeias produtivas na Guiana, chamando atenção para o Gas to Energy Project, e para as iniciativas em energia solar e hidráulica. Um ponto de destaque na fala do ministro foi a afirmação de que a Guiana ainda não pode realizar uma transição total em sua matriz energética. A explicação dada, de forma simplificada, foi a de que há uma demanda crescente de energia no mundo que necessita de uma oferta adequada, o que o discurso majoritário em prol da descarbonização e da redução da oferta de combustíveis fósseis não seria capaz de atender, pois resultaria em uma demanda de energia não atendida, caso não haja um investimento simultâneo adequado para se construir capacidades energéticas menos poluentes. Uma transição energética só seria possível, segundo as considerações do ministro, caso houvesse não apenas a redução da utilização dos combustíveis fósseis, mas também um investimento de capital capaz de financiar os custos da transição, o que, em outras palavras, significaria um acesso mais facilitado às tecnologias menos poluentes, o que ainda não ocorre no mundo. Além disso, Bharrat afirmou que os demais países, principalmente aqueles que consomem mais energia, deveriam focar na redução da demanda, em vez de reivindicar a diminuição da oferta [2].

Por sua vez, Ashni Singh, Ministro das Finanças, também discursou no evento, em sintonia com a perspectiva de Bharrat. Singh enfatizou a necessidade de acesso facilitado a empréstimos internacionais para que o Estado da Guiana possa realizar seu projeto de desenvolvimento sustentável. Para o ministro, valendo-se de uma perspectiva fiscalista das contas do Estado, a Guiana seria um parceiro digno de crédito, pois possui reservas financeiras capazes de quitar suas dívidas. Singh destacou que a Guiana tem a segunda menor relação dívida-PIB do hemisfério ocidental: 24,3%. A fala dos dois ministros coaduna-se com as estratégias expostas em falas anteriores do presidente do país, Irfaan Ali, que busca desenvolver estruturas econômicas sociais a partir dos lucros da exportação petroleira e de investimento externo, o qual seria direcionado, em parte, para o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono [3].

Além das figuras governamentais, a conferência contou também com discursos de lideranças do setor privado, como Hunter Farris, vice-presidente sênior de águas profundas da ExxonMobil, petrolífera estadunidense que explora o combustível no mar da Guiana. O discurso do executivo situou a Guiana como uma oportunidade única de investimento no planeta hoje e chamou atenção para a velocidade com que as atividades foram realizadas entre a descoberta de reservas em 2015 e o início das exportações dos primeiros barris de petróleo em 2019. Farris afirmou que o objetivo atual da ExxonMobil é passar da produção de 650 mil barris por dia para uma de 1,3 milhão até 2027. O executivo também abordou os ganhos que o Estado da Guiana teve com as atividades, afirmando que o Fundo de Recursos Naturais já teria recebido um total de US\$ 6,2 bilhões desde 2019 [4].

Convém lembrar que a distribuição da renda petroleira entre ExxonMobil e Estado guianês é alvo de críticas recorrentes no país, pois os contratos firmados em 2016 acordaram uma repartição em desfavor do Estado, uma vez que o pagamento de impostos pela empresa seria baixo demais. Além disso, a subsidiária ExxonMobil Limited Guyana (EMGL) é uma empresa registrada nas Bahamas e, conseqüentemente, paga a quantia mínima, globalmente estabelecida, de 15% dos seus lucros corporativos para o Estado do país caribenho. Críticos frequentemente apontam que o destinatário destes impostos deveria ser a Guiana. Calcula-se que o não pagamento do imposto resultou na perda de US\$ 10 bilhões por parte da Guiana, ou seja, além dos US\$ 6,2 bilhões arrecadados pelos outros tipos de pagamentos, o Estado deveria também receber o valor referente às taxas não pagas, mais que dobrando o montante final recebido [4][5][6].

Em fevereiro, o presidente da EMGL, Alistair Routledge, deu uma entrevista na qual tratou das críticas. O empresário afirmou que, apesar de não pagar a tributação dos lucros corporativos para a Guiana, a ExxonMobil a beneficia de outras formas, como via royalties. Defendeu, ainda, que a sociedade guianense deveria dar mais atenção aos benefícios que a renda petroleira vem proporcionando ao país, em vez de se preocupar com a questão dos impostos. Tais questões, entretanto, prometem ser centrais na próxima eleição presidencial do país, marcada para ocorrer neste ano.

Por fim, ainda durante a conferência, a ExxonMobil apresentou o projeto de um novo gasoduto que será construído na Guiana, aprofundando a produção de combustíveis fósseis. O gasoduto será chamado de Hammerhead e ligará a plataforma de exploração offshore ao continente a partir de uma estrutura de 13 km. Os estudos acerca do projeto incluíram avaliações sobre as chances e os possíveis impactos de um vazamento de petróleo com o potencial de atingir as regiões 1 e 2 do país, chamadas, respectivamente, de Barima-Waini e Pomeroon-Supenaam. As previsões foram feitas por modelagens computadorizadas e estimaram, a depender da época do ano, uma probabilidade de até 70% de o petróleo atingir

regiões costeiras [7][8][9].

Referências

- [1]Disponível em: <https://guyanaenergy.gy>.
- [2]Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/20/guyana-not-ready-to-go-fully-renewable-oil-minister/>.
- [3]Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/26/borrowing-is-a-must-guyana-finance-minister-tells-energy-conference/>.
- [4]Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/24/the-world-has-rarely-seen-a-place-like-guyana-for-deep-water-projects-exxonm-vp/>.
- [5]Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/24/exxonmobil-boasts-of-paying-us250m-in-taxes-to-guyana-but-walked-away-with-over-us10b/>.
- [6]Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/11/exxonmobil-paying-taxes-in-bahamas-but-not-a-cent-to-guyana/>.
- [7]Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/26/oil-spill-from-7th-project-has-70-chance-of-hitting-region-one-shorelines-eia/>.
- [8]Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/exxon-plans-large-scale-gas-project-oil-dominated-guyana-2025-02-19/>.
- [9]Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/18/exxonm-to-build-new-pipeline-from-7th-project-to-connect-to-gas-to-energy-project/>.

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No mês de fevereiro de 2025, a agenda ambiental do governo peruano para a Amazônia seguiu enfatizando a promoção dos bionegócios, impulsionados pelo financiamento de organizações internacionais, e a adequação do arcabouço institucional do país para uma futura e desejada adesão à OCDE. No âmbito bilateral, o Peru fechou um acordo com o Brasil para proteger a biodiversidade de áreas de fronteiras. Finalmente, no âmbito doméstico, os conflitos entre organizações indígenas e os congressistas se intensificaram.

No dia 24 de fevereiro, a vice-ministra de Desenvolvimento Estratégico dos Recursos Naturais do Ministério do Meio Ambiente (Minam), Raquel Soto, participou de uma reunião convocada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que serviu como continuação da Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica (COP 16), realizada na Colômbia, em 2024 [1]. Uma das iniciativas apresentadas no discurso de Soto foi o Programa para Bionegócios, que provê linhas de créditos para bionegócios em comunidades da Amazônia peruana. No momento, são desenvolvidos 149 projetos livres de desmatamento em 94 comunidades nativas da floresta. O programa recebe aporte financeiro de diferentes organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) [2].

No dia 25 de fevereiro, o Minam lançou o concurso Bioinversión Amazónica, organizado em parceria com o Fundo de Promoção das Áreas Naturais Protegidas do Peru (Profonampe), uma entidade privada sem fins lucrativos. A iniciativa tem como objetivo estimular projetos de restauração e conservação de áreas florestais e financiar empreendimentos de caráter sustentável, como a produção de cacau e café para o consumo local e o desenvolvimento do

ecoturismo. O concurso conta com o aporte financeiro do Fundo Verde para o Clima da ONU [3].

No dia 27 de fevereiro, o ministro do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro, participou de uma comissão especial no Congresso Nacional que debateu as estratégias do Peru com relação à OCDE. Para que esteja apto a pleitear uma vaga na organização, o país precisa modificar 230 instrumentos jurídicos, dentre os quais 58 a respeito de questões ambientais. Em seu discurso diante dos congressistas, Castro apresentou os avanços feitos, destacando o Decreto Legislativo nº 1.570, que visa a fortalecer a regulação do uso de substâncias químicas no país, a fim de proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente. A aprovação do decreto permitirá ao país se alinhar com 11 dos instrumentos exigidos pela OCDE. Em junho deste ano, ocorrerá a primeira avaliação do Comitê de Químicos e Biotecnologia da OCDE a respeito das adequações feitas pelo Peru no processo de adesão à organização [4].

No plano das relações bilaterais, o Peru assinou um acordo de cooperação com o Brasil para melhorar a gestão das áreas fronteiriças entre os dois países. O acordo foi articulado pelo Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (Sernanp), entidade que pertence ao Ministério do Meio Ambiente peruano, e o Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente brasileiro. O objetivo é desenvolver ações de proteção nos parques nacionais Sierra del Divisor e Alto Purús e na Reserva Comunal Purús, que estão no território peruano, e o Parque Nacional Serra do Divisor, que pertence ao Brasil [5].

Em que pese a propaganda do governo sobre as iniciativas citadas acima, as ameaças às populações indígenas da floresta seguiram aumentando. No dia 20 de fevereiro, a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (Aidesep), que representa nove organizações regionais, 109 federações e 2.439 comunidades nativas da floresta, emitiu um comunicado no qual rechaça as propostas legislativas que, segundo a associação, podem ter efeito genocida para os povos indígenas em situação de isolamento ou em contato inicial com outras comunidades. No comunicado, a Aidesep criticou o projeto de lei nº 3.518, de autoria do congressista do partido Fuerza Popular, Jorge Morante, que busca modificar a Lei PIACI, normativa que protege os direitos desses povos. A argumentação do parlamentar é de que não haveria comunidades que vivem isoladas e se baseia em um estudo que, de acordo com a Aidesep, seria tendencioso e apresentaria informações falsas [6].

O Ministério da Cultura, que atualmente é o órgão responsável por reconhecer a existência desses grupos vulneráveis e determinar a criação de novas reservas, calcula que existem 25 povos indígenas em situação de isolamento e de contato inicial com outras comunidades, o que representaria uma cifra de aproximadamente 7.000 pessoas. O objetivo do projeto de lei é retirar essa prerrogativa do ministério e repassá-la para os governos regionais, o que provocou reação contrária por parte do governo. No dia 23 de junho, o projeto havia sido aprovado na Comissão de Descentralização do Congresso, o que causou uma forte reação de setores da sociedade civil. O caso vem ganhando atenção inclusive de pessoas fora do Peru. Uma petição virtual foi criada para pressionar os parlamentares e solicitar o arquivamento do projeto de lei, tendo sido assinada por mais de 500 mil pessoas de mais de 200 países [7].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1110103-alrededor-de-150-bionegocios-de-comunidades-amazonicas-se-implementaran-con-inversion-de-s-50->

millones.

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1115823-peru-expone-sus-avances-sobre-uso-sostenible-de-la-biodiversidad-dentro-de-los-sistemas-agro-alimentarios>.

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1116538-bionegocios-impulsan-la-conservacion-y-son-el-motor-del-desarrollo-sostenible-en-nuestra-amazonia>.

[4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1117460-peru-avanza-en-cumplimiento-de-recomendaciones-ambientales-para-ingresar-a-la-ocde>.

[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1116525-peru-y-brasil-fortalecen-cooperacion-para-conservar-biodiversidad-y-areas-naturales-protegidas-de-frontera>.

[6]Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2023/06/23/ley-piaci-en-vivo-comision-de-descentralizacion-del-congreso-debate-hoy-su-modificatoria/>.

[7]Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2023/07/01/los-riesgos-que-enfrentan-los-pueblos-indigenas-en-aislamiento-y-contacto-inicial-pueden-extinguirse/>.

Suriname

Por Guilherme Fritz

Em fevereiro, o Suriname sediou a 15ª Reunião Ministerial da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em Paramaribo. Enquanto a preparação a nível técnico foi realizada no dia 2, a reunião ministerial foi realizada no dia 3. Esta foi presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Negócios Internacionais e Cooperação Internacional, Albert Ramdin [1][2]. Na ocasião, os Ministros de Relações Exteriores e representantes de alto nível dos oito Estados membros da OTCA, adotaram a Declaração de Paramaribo, conforme explicada na seção sobre OTCA deste monitor [3][4].

Além disso, no dia 14 de fevereiro, o presidente do Suriname, Chandrikapersad Santokhi, recebeu o primeiro exemplar da Estratégia de Desenvolvimento Verde (Green Development Strategy – GDS). O trabalho ficou a cargo do Ministério do Ordenamento do Território e do Meio Ambiente, de forma que o documento final foi entregue pelo Ministro Marciano Dasai. O projeto tem a intenção de elevar a prosperidade econômica ao Suriname sem abdicar de metas sustentáveis e sem abrir mão da porção florestal que cobre o país, que chega a 93% do território. O objetivo, em geral, é fazer com que o PIB per capita chegue ao valor de US\$ 50.000 até 2050. Segundo o ministro, a estratégia possui 4 pilares: 1) diversificação e crescimento econômico sustentável; 2) conservação da natureza e segurança climática; 3) inclusão social e oportunidade; e 4) boa governança e fortalecimento institucional [5].

Referências

[1]Disponível em: <https://gov.sr/suriname-gastland-van-15e-acto-meeting/>.

[2]Disponível em: <https://gov.sr/15e-acto-meeting-voorafgegaan-door-26ste-acc/>.

[3]Disponível em: <https://otca.org/pt/ministros-das-relacoes-exteriores-dos-paises-amazonicos-adotam-a-declaracao-de-paramaribo-e-reforcam-seu-compromisso-com-a-amazonia/>.

[4]Disponível em: https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2025/02/POR_Declaracao-OTCA-XV-MRE.pdf.

[5]Disponível em: <https://gov.sr/president-neemt-eerste-exemplaar-green-development-strategy-in-ontvangst/>.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

No dia 3 de fevereiro, Yván Gil participou da 15ª reunião de Ministros de Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em Paramaribo, Suriname. Na ocasião, Gil expôs a sexta transformação (6T) do Plano da Pátria 2025-2031, referente à “Transformação Ecológica”, cujo objetivo é reorganizar os padrões de produção e consumo capitalistas, para fazer frente de modo efetivo à crise climática [1][2]. Segundo Gill, no encontro, “acordamos avançar em um trabalho conjunto em defesa da soberania e exercer a soberania em nossos territórios livres das corporações que tentaram explorar a Amazônia e a mineração ilegal” [3].

O chanceler também declarou que o plano apresentado pela vice-presidente Delcy Rodríguez no último encontro dos chefes de Estado da OTCA, realizado em Belém, em agosto de 2023, inclui criar uma equipe de trabalho para o desenvolvimento econômico das comunidades amazônicas e a utilização da ciência e da tecnologia para lançar um satélite amazônico [4]. O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, reafirmou o compromisso da Venezuela com a Amazônia, se referindo à participação do Ministro Gil no encontro da OTCA, declarando que “a Amazônia é nossa, é sul-americana e temos que seguir defendendo-a” [1].

Além da participação na reunião da OTCA, em fevereiro também ocorreram novas ações da Operação Neblina 2025 no estado do Amazonas. Em uma delas, ocorreu a destruição de dois acampamentos irregulares usados para ações de mineração ilegal. Na ação, seis pessoas foram presas, sendo cinco venezuelanos e um colombiano. [5] O comandante das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB), Hernández Lárez, afirmou que “a Venezuela é um Estado de direito e de justiça. De acordo com nosso ordenamento jurídico, está proibida a exploração mineira e de hidrocarbonetos no estado do Amazonas” [6]. Na segunda ação, realizada no município de Atabapo, as FANB retiveram uma embarcação do tipo Bongo, apreendendo cerca de 1.800 litros de combustíveis e diversas caixas de alimentos [7]. Por fim, em ação no rio Cunucunuma, os militares detectaram e destruíram um acampamento utilizado para mineração ilegal [8].

Por fim, ao final do mês de fevereiro, o Estado venezuelano apresentou o seu primeiro relatório bienal de transparência climática para as Nações Unidas. O relatório foi elaborado pelo Ministério do Ecosocialismo e revelou que a Venezuela contribui com somente 0,39% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no planeta. Segundo o documento, o maior obstáculo para o cumprimento das metas climáticas no período 2016-2024 foram as sanções estadunidenses e europeias à atividade petroleira nacional, taxadas como “criminosas e ilegais”, que reduziram os recursos disponíveis para investimentos. Por fim, o relatório apresenta 78 metas de adaptação e 43 metas de mitigação a serem cumpridas até 2030, sendo a maioria delas focadas nos setores social e educacional. Contudo, especialistas analisam que o país está atrasado na elaboração de um Plano Nacional de Adaptação Climática, fundamental para lidar com os impactos das mudanças climáticas. [9]

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.telesurtv.net/presidente-maduro-reafirma-compromiso-de-venezuela-con-el-amazonas/>.
- [2]Disponível em: <https://www.vtv.gob.ve/venezuela-presenta-sexta-plan-patria-ante-otca/>.
- [3]Disponível em: <https://elsiglo.com.ve/venezuela-renova-reunion-otca-compromiso-proteccion-amazonia/>.
- [4]Disponível em: <https://www.globovision.com/nacional/34047/venezuela-reafirmo-su-compromiso-en-proteger-la-amazonia>.
- [5]Disponível em: <https://www.bancaynegocios.com/fanb-detiene-a-6-hombres-por-mineria-ilegal-en-el-estado-amazonas/>.
- [6]Disponível em: <http://radiomundial.com.ve/fanb-destruye-campamento-de-mineria-ilegal-en-el-estado-amazonas/>.
- [7]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/201719/duro-golpe-a-la-mineria-ilegal-fanb-decomiso-mil-800-litros-de-combustible-y-multiples-cajas-de-en#google-vignette>.
- [8]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/201881/en-amazonas-la-fanb-destruyo-campamento-logistico-de-mineros-ilegales-en-las-riberas-del-rio>.
- [9]Disponível em: <https://efectococuyo.com/cambio-climatico/venezuela-transparencia-climatica/>.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 3 de fevereiro, os chanceleres dos oito países amazônicos sul-americanos se reuniram no Suriname para participar da XV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da OTCA [1]. Após o encontro, as autoridades anunciaram a Declaração de Paramaribo, que reafirma os compromissos com a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O novo documento estabelece como prioridades: a intensificação dos esforços para manter o aumento da temperatura global abaixo de 2°C; a promoção de estratégias de mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas; a urgência de não-interferência nos modos de vida dos povos indígenas e o reconhecimento de sua importância para a construção de políticas públicas inclusivas e sustentáveis; a luta contra o desmatamento, a mineração ilegal e o tráfico de espécies silvestres; a criação de um pavilhão da OTCA na COP 30; e a reativação total das oito Comissões Especiais da OTCA. Por fim, acordou-se a realização da V Cúpula de Chefes de Estado da OTCA em agosto deste ano na Colômbia.

No dia 5 de fevereiro, a OTCA anunciou a conclusão dos estudos para a criação da Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas e Mudança Climática [2]. Apoiada pela União Europeia, pela Agência de Cooperação Espanhola (AECID), pela Agência de Cooperação Alemã (GIZ) e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a ferramenta funciona como um “mecanismo de governança ambiental e climática com enfoque indígena”. Ela é estruturada em três eixos: (i) troca de conhecimentos e boas práticas; (ii) criação de espaços de diálogo entre comunidades e governos; (iii) desenho de uma Estratégia Regional Amazônica de Povos Indígenas e Mudança Climática (ERPICC). O desenvolvimento da plataforma se deu a partir de encontros nacionais e regionais, além

de discussões em eventos internacionais, como a COP-16 da Biodiversidade. O intuito do mecanismo é fortalecer a participação dos povos indígenas na construção de uma governança regional que reconheça não apenas os saberes ancestrais, como o papel de mulheres e jovens indígenas em todo o processo de preservação ambiental e conservação na Amazônia.

Esses esforços foram publicizados durante o encontro que reuniu parceiros estratégicos e os representantes dos oito países-membro da OTCA, realizado no dia 24 de fevereiro [3]. Na ocasião, o Secretário-Geral da OTCA, Martín Von Hildebrand, destacou que “os povos indígenas devem ocupar um lugar central na tomada de decisões sobre a Amazônia”. Na mesma reunião, os participantes destacaram a criação de um submódulo no Observatório Regional Amazônico (ORA) que reúne informações sobre os impactos das mudanças climáticas nas comunidades indígenas. No mais, os especialistas reforçaram a continuidade da cooperação entre os entes governamentais e as agências internacionais, além da complementariedade entre o conhecimento científico e o indígena.

No fim do mês, no dia 24, a OTCA anunciou a conclusão da série de workshops vinculados ao Programa de Ações Estratégicas (PAE) do Projeto Bacia Amazônica [4]. Os últimos encontros aconteceram no Suriname e na Guiana com o objetivo de promover a governança e a gestão dos recursos hídricos na região com o apoio de ferramentas desenvolvidas pelo Instituto Internacional de Água de Estocolmo (SIWI) e pelo Global Water Partnership (ToolBox GWP).

Referências

[1]Disponível em: <https://otca.org/pt/ministros-das-relacoes-exterior-es-dos-paises-amazonicos-adotam-a-declaracao-de-paramaribo-e-reforc-am-seu-compromisso-com-a-amazonia/>.

[2]Disponível em: <https://otca.org/pt/um-passo-importante-na-governanca-indigena-a-plataforma-regional-amazonica-de-povos-indigenas-e-mudanca-climatica/>.

[3]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-apresenta-com-sucesso-os-resultados-da-construcao-da-plataforma-regional-amazonica-de-povos-indigenas/>.

[4]Disponível em: <https://otca.org/pt/o-projeto-bacia-amazonica-conclui-esta-semana-um-ciclo-de-workshops-para-fortalecer-a-gestao-integrada-das-aguas-amazonicas/>.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Março de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPSA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	72
Brasil.....	75
Colômbia.....	76
Equador.....	77
Guiana.....	79
Peru.....	80
Suriname.....	82
Venezuela.....	83
OTCA.....	84

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No mês de março de 2025, a Bolívia sofreu com fortes inundações de rios, causadas pela temporada de chuva no país. Desde novembro, as chuvas intensas deixaram 4.971 comunidades afetadas nos nove departamentos do país, entre elas 452.067 famílias prejudicadas ou afetadas, além de mais de 700 casas destruídas [1]. Segundo o ministro da Defesa, Edmundo Novillo,



este cenário deixou 52 vítimas fatais e 212 municípios declararam “desastre municipal”, afirmando que “a cada dia vai subindo o número de afetados e prejudicados pelo período de chuva” [1].

As chuvas afetaram de diferentes formas as regiões bolivianas [2]. Na região amazônica, as localidades de Reyes, Borja, Rurrenabaque e Riberalta somam mais de 2.000 famílias afetadas com a inundação do rio Beni. Soma-se a esse cenário a contaminação de poços comunais, afetando a distribuição de água potável, e a devastação das plantações de arroz, milho, mandioca e banana. A locomoção na Amazônia está sendo feita através de lanchas, entretanto autoridades afirmam a falta de combustível na região, bem como de medicamentos e alimentação [3]. Até o dia 25 de março, o diretor do Serviço Nacional de Meteorologia e Hidrologia (SENAMHI, sigla em espanhol) alertou para o transbordo na bacia dos rios Grande, Pilcomayo, Parapetí, Chayanta, Caine, Ichilo, Yapacaní, Tipuani e Mapiri, que afetarão os departamentos de La Paz, Chuquisaca, Potosí, Cochabamba e Santa Cruz [4].

No dia 26 de março, o presidente boliviano, Luis Arce, declarou “emergência nacional”. Arce afirmou que a declaração ajudará o país a captar recursos externos para ajuda humanitária, além de mobilizar recursos técnicos, logísticos e econômicos nas áreas afetadas. Até o momento, mais de 4.000 militares foram desdobrados para ações nas regiões mais afetadas, bem como entregaram 234 toneladas de ajuda humanitária, além de brigadas médicas móveis e ativação de programas de saúde [2]. A Câmara Legislativa da Bolívia aprovou o recebimento de recursos do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (BID) de 75 milhões de dólares (cerca de 52 milhões de bolivianos) para atender emergências por desastres naturais. Além disso, está pendente a ajuda de 100 milhões de dólares da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) [5].

Em paralelo, no dia 28 de março, o ministério das Relações Exteriores promoveu a implementação do Programa Conjunto “Fortalecimiento de Sistemas Alimentarios Sostenibles en la Amazonía Boliviana para Vivir Bien en Armonía con la Madre Tierra (AMAS-1)”. Trata-se de uma iniciativa com a finalidade de gerar segurança alimentar, desenvolvimento econômico e sustentabilidade na região da Amazônia boliviana. Segundo Celinda Sosa, esse projeto reforça o compromisso do país com o meio ambiente e com as famílias produtoras, permitindo “fortalecer a produção local, garantir alimentos saudáveis e proteger o nosso ecossistema”. O projeto recebeu investimento de 2 milhões de dólares órgãos das Nações Unidas, especificamente de FAO, PMA, IFAD e a OIT [6].

No dia 21 de março, Bolívia e Chile se reuniram, no marco da II Reunión de la Mesa Binacional Bolivia-Chile sobre Recursos Hídricos Transfronterizos (RHT), em La Paz, dando seguimento ao diálogo bilateral para gestão cooperativa dos recursos hídricos. Para isso, desenvolveram uma equipe técnica binacional que será responsável por desenvolver metodologias e identificação de critérios comuns para avançar no eixo de cooperação técnica sobre delimitação de bacias. Esse projeto faz parte da ação boliviana de aumentar a cooperação transfronteiriça e a gestão equitativa e sustentável dos recursos hídricos nas bacias que compartilha com outros países da região [7].

No dia 27 de março, autoridades bolivianas e brasileiras se reuniram no marco da III Reunión de la Comisión Mixta para la Construcción de un Puente Internacional sobre el Rio Rapiirrán. Analisaram as melhores alternativas para construir uma nova infraestrutura para interligação rodoviária. A construção da ponte facilitará o trânsito de pessoas, especialmente de estudantes da Universidade Amazônica de Pando, e permitirá o desenvolvimento econômico e turístico do estado do Acre, no Brasil. Essa iniciativa reforça o compromisso dos países em fortalecer a integração regional e avançar na construção da ponte internacional importante

para a região [8].

Combinado a esta notícia de cooperação com o Brasil, a região do Pando ganhou destaque na imprensa boliviana por ser o centro das críticas de Samuel Doria Medina, possível candidato da centro-direita nas eleições bolivianas. Em sua fala, Medina denunciou a má distribuição de recursos do governo, ocorrendo uma discrepância entre os investimentos da região central para a região do Pando, impactando no fornecimento de luz elétrica (dependente da queima de diesel) e do gás. Além disso, para o empresário, a conservação da floresta amazônica pode coexistir com o desenvolvimento de atividades da pecuária e da agricultura pandina [9]. Em suas palavras: “Da combinação entre desenvolvimento e preservação ambiental depende o destino de Pando. [...] Se fizermos certo, a prosperidade virá. Se fizermos mal, nos espera o mesmo destino que já está devastando outros lugares da Amazônia: desmatamento, perda de castanha e floresta, e pobreza para todos”. Além disso, o empresário reforçou que intensificará a punição para quem provocar incêndios florestais, assim como combater o tráfico de mercúrio. Comprometeu-se também a incentivar o reflorestamento a cada ano para “pagar a dívida contraída pelo MAS com a floresta, fauna e com a diversidade” [9].

Por fim, a Empresa Nacional de Electricidad (ENDE) anunciou a criação da empresa ENDE Brasil com o objetivo de comercializar eletricidade com o país vizinho, visando a substituir o uso do diesel na geração elétrica no norte da região amazônica. O consumo de diesel no norte amazônico se aproxima de 6.226.000 toneladas por ano. Esse projeto foi alcançado através da assinatura de acordos internacionais, como o projeto “Cota 90” no Brasil, que consiste em uma usina hidrelétrica no lado brasileiro aproveitar a água que está do lado boliviano, permitindo à Bolívia participar da geração de energia adicional no Brasil. Este projeto faz parte do “memorando de entendimento” firmado em 2024 entre os dois países, voltado ao fortalecimento da infraestrutura regional e da integração energética [10].

Referências

- [1]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/van-52-muertos-y-mas-de-452000-familias-afectadas-por-efectos-de-las-intensas-lluvias> 508690/.
- [2]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/gobierno-de-bolivia-declara-emergencia-nacional-por-las-lluvias-que-ya-dejan-51-muertos> 508172/.
- [3]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/inundaciones-en-la-amazonia-de-bolivia-afectan-2000-familias-y-el-agua-potable-escasea> 507651/.
- [4]Disponível em: https://elpotosi.net/nacional/20250317_senamhi-pronostica-lluvias-en-bolivia-hasta-fines-de-marzo-y-atenuaran-en-abril.html#google_vignette.
- [5]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/declaran-prioridad-la-atencion-de-emergencias-en-bolivia-por-lluvias-que-dejan-52-muertos> 508781/.
- [6]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/03/28/20592/>.
- [7]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/03/21/20514/>.
- [8]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/03/27/20579/>.
- [9]Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20250314/doria-medina-presenta-su-plan-soluciones-pando-cobija>.
- [10]Disponível em: <https://abi.bo/index.php/economia2/61277-ende-brasil-empresa-que-exportara-electricidad-e-importara-para-evitar-el-uso-de-diesel-en-el-norte-amazonico>.

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

No plano doméstico, a Amazônia brasileira não teve destaque na agenda do presidente Lula em março de 2025. O evento mais relevante relacionado ao governo federal foi a homologação parcial, pelo Supremo Tribunal Federal, do plano da União para o combate a queimadas e incêndios na Amazônia e no Pantanal, no dia 13. O plano detalha ações de prevenção e enfrentamento ao fogo, medidas de fortalecimento institucional e integração de dados dos sistemas federais de gestão ambiental e territorial. Na decisão de homologação, o ministro Flávio Dino determinou que a União complemente o plano com o detalhamento de gastos de custeio, a apresentação de relatórios bimestrais de acompanhamento e a inclusão de medidas de apoio logístico aos estados [1].

No plano internacional, a fim de estimular cooperações na agenda climática, o embaixador brasileiro André Côrrea do Lago, designado pelo presidente da Lula ao cargo de presidente da COP30 do Clima, divulgou, em 10 de março, uma carta de chamado global contra a mudança do clima. No documento, o diplomata destacou que a COP30 será a “primeira a ser sediada na Amazônia, um dos ecossistemas mais vitais do planeta e que, de acordo com os cientistas, agora corre o risco de ponto de inflexão irreversível”. Afirmou, ainda, que “as florestas podem nos fazer ganhar tempo na ação climática durante uma janela de oportunidade que se está fechando rapidamente”. Para conservá-las, defendeu o combate ao desmatamento, ações de reflorestamento, investimentos em bioeconomia e biotecnologia, transferência de tecnologia, programas de capacitação da população local e tomada de decisões com participação pública de povos indígenas e comunidades locais [3].

Em sintonia com este apelo a uma maior cooperação, a Irlanda anunciou, no dia 12 de março, sua primeira doação ao Fundo Amazônia, no valor de EU\$ 15 milhões de euros (cerca R\$ 92 milhões de reais). O aporte se somou aos recursos de outros sete países que atualmente financiam projetos de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) por meio do fundo: Noruega, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, Dinamarca, Suíça e Japão. Em cerimônia realizada em São Paulo para celebrar o anúncio da cooperação, o ministro de Transportes da Irlanda, Sean Canney, destacou o êxito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima brasileiro em reduzir o desmatamento na Amazônia em 45% na comparação de 2024 com 2022 [4].

Além disso, no dia 27, o Ministério do Meio Ambiente anunciou os 50 municípios que participarão do programa Cidades Modelos Verdes Resilientes. Trata-se de uma parceria do ministério com o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia e o C40 Cities Climate Leadership Group, financiada pela Bloomberg Philanthropies. Cada município deverá formular, até novembro, propostas de obras ou políticas públicas relacionadas à mitigação e à adaptação climática. O processo de formulação receberá assistência técnica para avaliação da situação climática local, recomendações de iniciativas, avaliação de custos e indicadores de monitoramento. 14 cidades da Amazônia Legal foram selecionadas [2].

Por outro lado, a perda de recursos para projetos na Amazônia ocasionada pelo fechamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), anunciado pelo governo Trump em fevereiro e comunicado ao Congresso dos EUA em 28 de março, tornaram-se mais claros. Segundo levantamento do site de jornalismo Eco, a USAID havia destinado US\$ 24,7 milhões de dólares (cerca de R\$ 141,6 milhões) para 43 projetos no Brasil em 2024, dos quais US\$ 14,7 milhões de dólares (cerca de R\$ 84 milhões de reais) foram para projetos ambientais. Neste segmento, projetos na Amazônia incluíam esforços

para a conservação de terras indígenas, a proteção de biodiversidade, o combate à extração ilegal de recursos naturais e respostas a incêndios [5].

Cabe registrar que esta redução de cooperação internacional em prol do desenvolvimento da Amazônia ocorre em meio ao aumento do crime organizado na região. O Comando Vermelho, fundado no Rio de Janeiro, vem expandindo sua presença em diversos pontos da Amazônia Legal, cujos rios são utilizados para a exportação de drogas, principalmente cocaína e skank, produzidas em países como Bolívia, Colômbia e Peru [6]. No dia 5 de março, a Polícia Federal destruiu dois helicópteros e um avião monomotor utilizados para narcotráfico na cidade de Careiro da Várzea, no Amazonas. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do estado, o uso de aeronaves releva que as organizações criminosas estão diversificando atividades criminosas, uma vez que o trânsito de drogas costumava ser feito através de rios da região [7]. A presença crescente do tráfico na Amazônia vem levando à incorporação de jovens ao crime, à intimidação de populações indígenas, ao aumento de assassinatos e à elevação do vício em drogas na sociedade local [8] [9].

Referências

- [1]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/03/16/dino-homologa-plano-contraincendios-na-amazonia-e-pantanal/>.
- [2]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/03/27/cop30-ministerio-anuncia-cidades-para-programa-de-mitigacao-e-adaptacao-climatica.ghtml>.
- [3]Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/03/presidente-da-cop30-convoca-mutirao-global-contraa-mudanca-do-clima>.
- [4]Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/irlanda-anuncia-contribuicao-de-r-91-milhoes-ao-fundo-amazonia>.
- [5]Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/fim-da-usaid-compromete-ao-menos-r-84-milhoes-em-projetos-ambientais-no-brasil/>.
- [6]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2025/03/06/cv-toma-controle-de-gangues-e-domina-rota-piratas-e-trafico-no-marajo-pa.htm>.
- [7]Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/03/06/aeronaves-destruidas-em-operacao-policia-no-am-indicam-adaptacao-do-trafico-de-drogas-no-estado-diz-ssp.ghtml>.
- [8]Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/aterrizando-na-agua-interdicao-aerea-trafico-de-drogas-e-violencia-na-amazonia-brasileira/>.
- [9]Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods16/terras-indigenas-entram-na-rota-do-trafico-internacional-de-drogas-na-amazonia/>.

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Em março de 2025, houve uma troca na chefia do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia. Após a renúncia da então ministra Susana Muhamad em uma reunião ministerial controversa em 9 de fevereiro, o presidente Gustavo Petro nomeou, em 27 de fevereiro, a primeira ministra indígena da história da Colômbia: Lena Estrada Añokazi [1]. Nascida em La Chorrera, no departamento do Amazonas, Lena é indígena do povo amazônico Uiototo Mekana. A nova líder da pasta ambiental é formada em Ciência

Política pela Universidade Nacional da Colômbia e possui doutorado em sustentabilidade pela Universidade Politécnica de Cataluña [2]. O trabalho que vem exercendo como funcionária do Ministério de Relações Exteriores no governo Petro em relação à defesa dos direitos dos povos indígenas e em fóruns multilaterais climáticos é reconhecido por organizações indígenas, como o Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC), que comemorou a nomeação [1]. Lena Estrada assumiu o cargo em 1º de março e afirmou que será uma prioridade avançar na garantia dos direitos de autonomia de autoridades ambientais indígenas, bem como assegurar que comunidades tradicionais tenham direito aos seus territórios [2][3].

Entre os dias 25 e 26 de março, Estrada participou de seu primeiro fórum internacional de preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP30) enquanto ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. No 16º Diálogo sobre o Clima de Petersberg, que aconteceu em Berlim, na Alemanha, a ministra anunciou que iniciará um processo de formação para assegurar que grupos importantes, como os povos indígenas, comunidades afrodescendentes, o campesinato e as mulheres, participem da COP30 como negociadores e enviem delegações oficiais ao evento [4]. Além disso, em entrevista ao El País, 24 de março, Estrada reforçou a importância de uma visão compartilhada entre os países amazônicos na COP30. A ministra afirmou que os países amazônicos vão se reunir com esse fim, na Colômbia, ainda sem data definida [3]. Estrada acrescentou que o Brasil e a Colômbia concordam em perseguir o estabelecimento de uma agenda conjunta [3].

No dia 31 de março, o governo colombiano anunciou o fornecimento de US\$ 1,6 bilhão para apoiar projetos de signatários do Acordo Final de Paz nos departamentos amazônicos de Cauca e Meta [5]. O investimento fortalecerá iniciativas de economia solidária lideradas pelos signatários. As iniciativas incluem a pecuária sustentável, um espaço de coworking liderado por mulheres e uma fazenda de criação de suínos [5]. A boa integração social e econômica das comunidades locais afetadas pela economia ilícita na Amazônia é vista pelo governo colombiano como um passo importante para a redução do desmatamento e a preservação da floresta, já que as atividades dos grupos armados contribuem para a degradação ambiental.

Referências

[1]Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2025-02-27/petro-nombra-en-ambiente-su-cartera-predilecta-a-la-primera-ministra-indigena-de-colombia.html>.

[2]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/ampliamos-la-consulta-para-los-lineamientos-de-la-sabana-de-bogota-ministra-lena-estrada/>.

[3]Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2025-03-24/lena-estrada-anokazi-ministra-de-ambiente-de-colombia-los-pueblos-indigenas-hacemos-parte-integral-de-la-naturaleza.html>.

[4]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-marca-el-rumbo-con-propuestas-clave-para-la-cop30/>.

[5]Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Impulso-del-Gobierno-nacional-por-1600-millones-para-apoyar-proyectos-250331.aspx>.

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 13 de março, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou o

Equador pela violação de direitos dos povos indígenas que vivem em isolamento voluntário e enfrentam ameaças devido a atividades petrolíferas na região [1]. A decisão diz respeito aos povos Tagaeri e Taromenane, que vivem na reserva de Yasuní, na Amazônia Equatoriana. Segundo a decisão da CIDH, os direitos violados compreendem a propriedade coletiva, a livre determinação, vida digna, identidade cultural, saúde, alimentação, direito à vida e garantias de proteção jurídica desses povos.

A corte decidiu que o Estado deve respeitar o isolamento voluntário e que o princípio de não contato deve ser a premissa das decisões estatais. Além disso, estabeleceu que o governo do Equador deve trabalhar para ampliar a Zona Intangible Tagaeri y Taromenane (ZITT), área criada em 1999 que estabelece uma zona de conservação vedada a atividades extrativistas. A decisão também solicita uma investigação dos crimes cometidos e o cumprimento da decisão da consulta popular de agosto de 2023 que determinou a proibição da exploração de petróleo em Yasuní.

No dia 15 de março, foi noticiado um vazamento de petróleo que atingiu a província de Esmeraldas, no noroeste do país [2]. O Comitê de Operações de Emergência (COE) da capital da província decretou emergência ambiental enquanto a estatal Petroecuador anunciou um plano para lidar com os vazamentos do oleoduto que faz parte do Sistema de Oleoduto Transequatoriano (SOTE), que transporta petróleo bruto da Amazônia.

No dia 17 de março, o Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) iniciou atividades para conter o vazamento de óleo e assegurar o suprimento de água potável para as populações dependentes do abastecimento do Rio Esmeraldas. Foram distribuídos galões de água, tanques de armazenamento e kits de limpeza [3]. O ministério segue fiscalizando o plano de contingência implementado pela Petroecuador para garantir o controle da dispersão do óleo derramado, agravada pelas chuvas na região. Existe uma forte preocupação do impacto na biodiversidade das reservas ambientais de Manglares, Capayas Mataje, Galeras San Francisco no estuário do rio Esmeraldas e do Rio Muisne [4].

Para garantir a segurança hídrica da região, o MAATE disponibilizou três plantas potabilizadoras de água, contando com o apoio da Cruz Vermelha Equatoriana e da usina termelétrica da central Termoesmeraldas, que possibilitou o abastecimento da população de Tachina, Camarones, Tabiazo, Propicia 2, Unidos Somos Más, Chafu e San Mateo. Cada usina é capaz de filtrar 10 mil litros de água por hora e armazenar cerca de 60 mil litros [5].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-amazonia/amazonia-en-breve/corteidh-falla-contra-ecuador-por-violacion-de-derechos-de-pueblos-indigenas/>.

[2]Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/vazamento-de-petroleo-provoca-emergencia-ambiental-no-equador/>.

[3]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/labores-de-seguimiento-control-y-suministro-de-agua-segura-continuan-en-esmeraldas-ante-emergencia-por-derrame-de-crudo/>.

[4]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-maate-continua-supervisando-el-monitoreo-biotico-y-el-plan-de-contingencia-implementado-por-la-ep-petroecuador/>.

[5]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/tres-plantas-potabilizadoras-portatiles-de-agua-fueron-gestionadas-por-el-maate-para-continuar-suministrando-liquido-vital-en-esmeraldas/>.

Guiana

Por Guilherme Fritz

O mês de março marcou o recrudescimento das tensões entre Guiana e Venezuela sobre a soberania de Essequibo. No dia 1º de março, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, denunciou a movimentação de um barco de patrulha venezuelano em território marítimo exclusivo da Guiana [1]. Em seguida, o Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental dos EUA publicou a seguinte mensagem em sua conta no 'X': "Navios de guerra venezuelanos ameaçando a unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO) da ExxonMobil são inaceitáveis e uma clara violação do território marítimo internacionalmente reconhecido da Guiana. Mais provocações resultarão em consequências para o regime de Maduro. Os Estados Unidos reafirmam seu apoio à integridade territorial da Guiana e à sentença arbitral de 1899" (tradução nossa) [2]. A Organização dos Estados Americanos (OEA) também emitiu um pronunciamento sobre a questão: "Tais atos de intimidação constituem uma clara violação do direito internacional, minam a estabilidade regional e ameaçam os princípios da coexistência pacífica entre as nações. A OEA reitera seu firme apoio à soberania e integridade territorial da Guiana. O regime venezuelano deve cessar imediatamente todas as manobras agressivas que possam aumentar as tensões na região" (tradução nossa) [3][4].

Pouco tempo depois, no dia 6 de março, a Guiana informou ter pedido proteção à Corte Internacional de Justiça (CIJ) depois que a Venezuela anunciou que realizaria eleições no território de Essequibo. As eleições para governador estão marcadas para o dia 25 de maio, um dia antes da data comemorativa de independência da Guiana [5]. Posteriormente, no dia 21 de março, Irfaan Ali participou da cerimônia de inauguração do mais novo Hangar do Corpo Aéreo da Força de Defesa da Guiana (Guyana Defence Force – GDF), onde afirmou que o país está disposto ao diálogo, mas que é necessário construir bases materiais capazes de proteger a soberania do território. Nas palavras de Ali: "Para a Venezuela, a mensagem é simples, respeite nossa soberania; ameace nossa soberania e nós resistiremos. A Guiana não será intimidada. A Guiana não será coagida e deixe-me repetir para aqueles que ainda duvidam, nós defenderemos cada centímetro quadrado de nossa terra; nós protegeremos cada gota de água em nossos mares. Nós salvaguardaremos cada cidadão desta República" (tradução nossa). Ali afirmou também que a nova instalação militar não representa uma ameaça de guerra, mas sim uma medida protetiva [6][7][8]. A estrutura para fins militares fica localizada a 10 km a leste de Georgetown, capital da Guiana.

Por sua vez, no dia 27 de março, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, visitou a Guiana e participou de uma entrevista coletiva junto com o presidente Irfaan Ali. Na ocasião, Rubio foi perguntado o que os Estados Unidos fariam caso a Venezuela atacasse a Guiana e, de forma direta, o mesmo respondeu que "eles [Venezuela] teriam um péssimo dia" (tradução nossa) [9].

Ainda sobre a coletiva de Rubio e Ali, outro assunto merece destaque especial: a China. Rubio também foi perguntado sobre o que os Estados Unidos acham da presença chinesa na região, tendo em vista a importância que o país asiático possui na economia caribenha e porque a Guiana e outros países da região fazem parte da Belt and Road Initiative [9] [10][11]. O Secretário de Estado foi enfático ao dizer que a região precisa de "mais opções", além de criticar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas chinesas. Rubio utilizou o exemplo de uma estrada que utilizou para ir de Georgetown até o aeroporto Cheddi Jagan, a The Heroes Highway [12]. Porém, segundo o ex-ministro de Obras Públicas David Patterson, Rubio se equivocou, pois a obra foi feita por empresas locais e com trabalhadores locais [13].

Irfaan Ali chegou a declarar que o país rico em petróleo daria preferência comercial aos Estados Unidos depois que Rubio prometeu reagir caso a Venezuela aja contra a Guiana. A Embaixada da China na Guiana respondeu aos comentários de Ali afirmando que Pequim sempre colocou a amizade entre Guiana e China em primeiro lugar e acrescentou o seguinte: “Honramos nosso compromisso com ações concretas. De fato, a China participou integralmente da maior transformação econômica e social da história da Guiana. Fatos e números falam mais alto do que qualquer outra coisa” (tradução nossa) [14].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.voanews.com/a/us-guyana-denounce-venezuelan-naval-incursion-7993807.html>.
- [2]Disponível em: <https://x.com/WHAAstSecty/status/1895866770440724576>.
- [3]Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/mar/01/guyana-triggers-military-response-after-venezuelan-vessel-enters-its-waters>.
- [4]Disponível em: https://www.oas.org/en/media_center/press_release.asp?sCodigo=E-010/25.
- [5]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2025/03/guiana-denuncia-venezuela-por-convocar-eleicoes-estaduais-em-essequibo.shtml>.
- [6]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2025/03/22/guyana-will-not-be-intimidated-coerced-president-ali-tells-maduro/>.
- [7]Disponível em: <https://newsroom.gy/2025/03/21/govt-invests-in-gdf-for-protection-not-war-says-president-ali/>.
- [8]Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2025/03/22/guyanas-defence-strategy-closely-linked-to-national-development-objectives-president-ali/>.
- [9]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RCKTj36Loy0>.
- [10]Disponível em: <https://www.cijn.org/the-caribbean-engages-the-belt-and-road-initiative/>.
- [11]Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2018/07/27/guyana-signs-onto-china-s-road-and-belt-initiative-public-infrastructure-to-be-major-focus/>.
- [12]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L8ipp-sAM1c>.
- [13]Disponível em: <https://www.stabroeknews.com/2025/03/29/news/guyana/road-that-rubio-criticized-was-not-built-by-chinese/>.
- [14]Disponível em: <https://apnews.com/article/china-guyana-us-rubio-oil-f41d342bbdcf39bf1ae244bfab9f2fa6>.

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

Neste mês de março, ocorreram três encontros entre autoridades peruanas e de outros países para discutir questões que envolvem a governança da Amazônia. O primeiro ocorreu no dia 14, em Lima, entre os ministros de Relações Exteriores do Peru e da Colômbia, Elmer Schialer Salcedo e Laura Sarabia Torres, respectivamente. A reunião teve como objetivo reafirmar o compromisso de fortalecer as relações bilaterais, de impulsionar a integração regional e de coordenar políticas fronteiriças. Salcedo e Torres destacaram o papel de diferentes organizações regionais, entre elas a Organização do Tratado de Cooperação

Amazônica (OTCA). Embora nenhum projeto ou acordo concreto tenha sido assinado entre os dois países, o encontro sinalizou a intenção de ambos de aprofundar o diálogo entre as chancelarias do Peru e da Colômbia, que, no dia 13 de fevereiro deste ano, já haviam entrado em contato por meio de uma reunião entre os vice-ministros de Relação Exteriores de cada país [1].

Representantes diplomáticos peruanos também se reuniram com autoridades da Suíça em um evento ocorrido no dia 18 de março para discutir ações climáticas voltadas à implementação do artigo 6 do Acordo do Paris. Os dois países possuem um acordo bilateral para coordenar ações que visem à redução de gases do efeito estufa no Peru. No total, nove projetos de desenvolvimento sustentável estão em andamento e contam com o aporte financeiro de US\$ 100 milhões, segundo o embaixador da Suíça no Peru, Paul Garnier. Além de Garnier, o evento contou com a participação da vice-ministra de Desenvolvimento Estratégico de Recursos Naturais do Ministério do Ambiente (Minam), Raquel Soto; de funcionários do setor público peruano; e de representantes da Fundação Suíça para Proteção do Clima e Compensação de Carbono (Klik) e da Câmara de Comércio Suíça no Peru [2].

Além de estreitar alianças com outros Estados, o Peru firmou também um acordo com a empresa privada Microsoft para o lançamento do Proyecto Guacamaya Perú. A iniciativa permitirá o uso da inteligência artificial para monitorar, analisar e proteger os ecossistemas e recursos naturais. O evento de lançamento ocorreu no dia 19 de março, sob a coordenação da vice-presidente do Minam, da embaixadora dos Estados Unidos no Peru, Stephanie Syptak-Ramnath, e do presidente da Microsoft para América do Sul hispânica, Fernando López Iervasi. O projeto Guacamaya da Microsoft conta com a participação de instituições científicas colombianas, como o Instituto Sinchi, o Instituto Von Humboldt e a Universidad de los Andes [3].

No âmbito das organizações regionais, o MRE peruano exerceu um papel relevante este mês, ao presidir a Sessão Extraordinária da Comissão Nacional Permanente (CNPP) da OTCA. Entre os acordos adotados, destaca-se a aprovação do Plano de Trabalho de 2025, que foi formulado e discutido por mais de 20 entidades públicas. O documento está alinhado com o processo de implementação de Declaração de Belém, que visa a lograr um desenvolvimento sustentável, proteger os povos indígenas e populações vulneráveis, bem como promover inovação e conhecimento [4].

O Minam, por sua vez, teve destaque no âmbito doméstico ao apresentar a Hoja de Ruta Nacional de Economía Circular al 2030 (HRNEC), documento no qual se estabelece um marco estratégico para a transição a um novo modelo de produção baseado no consumo sustentável. Durante o evento, o ministro da pasta, Juan Carlos Castro, assegurou que a implementação do projeto poderá incrementar em 2% o PIB do país e gerar mais de 300 mil empregos envolvendo atividades sustentáveis. Participaram do evento autoridades nacionais e representantes da União Europeia (UE) e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), que deram apoio técnico e financeiro para a elaboração do documento. Entre esses representantes, estavam a encarregada de negócios da UE, Narcisa Vladulescu, e o embaixador espanhol, Alejandro Abellán [5].

Por fim, cumpre registrar que o Minam, em conjunto com organizações indígenas do Peru, receberam da ONG American Carbon Registry (ACR) um prêmio pelo desenvolvimento do primeiro Programa REDD+ Indígena Jurisdiccional (RIJ). Esse programa é fruto da colaboração entre o Minam, a Associação Nacional de Executores de Contrato de Administração de Reservas Comunitárias (Anecap), a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (Aidesepe) e a Confederação de Nacionalidades Amazônicas do Peru (Conap), que

integram o Grupo Peru de Pueblos Indígenas (GPPI). O programa RIJ procura reconhecer o trabalho das comunidades nativas amazônicas que atuam para proteger a floresta do desmatamento. O GPPI está se articulando junto com a empresa suíça Mercuria e com o Banco Mundial para conseguir aportes que permitam expandir o RIJ [6].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1126550-declaracion-conjunta-de-los-cancilleres-del-peru-y-colombia>.
- [2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1128296-peru-y-suiza-impulsan-proyectos-para-reducir-impactos-del-cambio-climatico-con-inversiones-y-tecnologias-sostenibles>.
- [3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1128778-minam-y-microsoft-lanzan-proyecto-para-monitorear-ecosistemas-usando-inteligencia-artificial>.
- [4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1129556-comision-multisectorial-presidida-por-la-cancilleria-aprueba-plan-de-trabajo-para-promover-el-desarrollo-sostenible-de-la-amazonia>.
- [5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1137175-minam-peru-inicia-la-implementacion-de-la-hoja-de-ruta-nacional-de-economia-circular-al-2030>.
- [6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1133256-grupo-peru-de-pueblos-indigenas-y-el-minam-reciben-premio-internacional-por-su-innovador-modelo-de-proteccion-de-bosques-amazonicos>.

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 10 de março, a Organização dos Estados Americanos (OEA) elegeu Albert Ramdin como o seu novo Secretário-Geral até 2030. Ramdin é Ministro de Relações Exteriores do Suriname desde 2020 e já atuou como Secretário Adjunto da OEA entre 2005 e 2015. Foi eleito como candidato único após a retirada da candidatura do paraguaio Rubén Ramírez Lezcano. Este era visto como uma opção alinhada aos interesses estadunidenses, enquanto Ramdin teria, supostamente, uma postura mais razoável e propensa ao diálogo com Venezuela, Cuba e Nicarágua, sendo ainda adepto ao multilateralismo, à integração regional e à agenda de desenvolvimento sustentável [1][2].

Durante a campanha ao cargo, em fevereiro, Ramdin, em uma entrevista para a CNN, afirmou que os desafios da OEA são “multifacetados”, dando o exemplo de temas como migração e segurança em perspectiva continental. Além disso, naquele mesmo mês, Ramdin declarou a Atlantic Council, sediada nos Estados Unidos, que não é desejo da OEA ser inserida em questões geopolíticas globais [3][4].

No dia 27 de março, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, visitou o Suriname e participou de uma coletiva de imprensa com o presidente do país, Chan Santokhi. Durante a coletiva, Rubio enfatizou, por muitas vezes, que ser parceiro dos Estados Unidos garantiria uma série de benefícios ao Suriname, incluindo segurança, oportunidades e prosperidade econômica [5].

Durante a coletiva, um dos repórteres perguntou sobre a política estadunidense em relação à presença chinesa no Caribe, devido a relevância que a China possui na região [6]. As

respostas de Rubio foram semelhantes às emitidas em outra coletiva que ocorreu no mesmo dia, na Guiana. O Secretário de Estado atacou os serviços oferecidos e realizados pelos chineses e falou sobre a necessidade de “alternativas” para os países caribenhos. Rubio comentou também especificamente sobre os serviços de telecomunicações, afirmando que uma estrutura em rede de origem chinesa representaria uma ameaça aos investidores estadunidenses, pois os mesmos não iriam querer seus dados roubados. Por outro lado, o presidente Santokhi argumentou que o Suriname é um país em desenvolvimento e que todas as cooperações internacionais do Estado são baseadas no pragmatismo. Santokhi afirmou que os projetos realizados por empresas chinesas foram produtos de licitações internacionais financiadas por agências multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM), de forma que as próprias empresas do Suriname foram excluídas do processo. Além disso, Santokhi também disse que o Suriname e os Estados Unidos são países muito próximos e que os investidores estadunidenses não precisam ir até a África, por exemplo, para obterem oportunidades nos setores de óleo e gás, tendo em vista que o Suriname possui tais recursos [5].

Nota-se que, enquanto Ramdin, como secretário-geral da OEA, busca afastar o jogo da “grande geopolítica” (largamente marcada pelo crescimento de tensões entre EUA e CHINA) das relações entre os países do continente americano, Rubio faz questão de explicitar que não haveria escolha, pois os tabuleiros do Caribe e da América do Sul são necessários para fortalecer a estratégia estadunidense frente à ascensão chinesa.

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/oea-elege-secretario-geral-com-chanceler-do-suriname-como-candidato-unico-o-que-esta-em-jogo/>.
- [2]Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/809736-albert-ramdin-fue-elegido-secretario-general-de-la-oea>.
- [3]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OASfDebjbv/>.
- [4]Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/oea-se-prepara-para-eleger-chanceler-do-suriname-como-seu-secretario-geral/>.
- [5]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L8ipp-sAM1c>.
- [6]Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2025/03/15/vs-waarschuwt-voor-groeiende-chinese-invloed-in-caribisch-gebied/>.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

No mês de março de 2025, as ações da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) para coibir a mineração ilegal na Amzônia tiveram continuidade. No dia 2, o comandante Domingo Hernández Lárez informou que foi desmantelado um acampamento no estado do Amazonas. Na ocasião, foram destruídos oito tambores de 200 litros e três galões de 70 litros de gasolina, assim como 23 tapetes, um gerador elétrico, 100 sacos vazios, entre outros materiais [1]. Nesse mês, Hernández Lárez também anunciou uma ação de desmantelamento no estado de Bolívar, a qual encontrou três motores, quatro motocicletas, uma turbina de água de alta pressão, um eixo de moinho, duas bombas hidráulicas e quatro chapas galvanizadas, entre outros materiais [2]. Por fim, por meio das Unidades de Reação Rápida (URRA) da

Zona Operacional de Defesa Integral Amazonas, no âmbito da Operação Escudo Bolivariano “Carida 2025”, a FANB deteve cinco garimpeiros ilegais no setor de Mina Nueva, município de Atabapo (Amazonas) [3].

Por sua vez, a ONG SOS Orinoco continuou com suas denúncias de ações de mineração ilegal na Amazônia venezuelana. Em post na rede social “X”, denunciou atividades criminosas no Parque Nacional Serranía La Neblina, em Cerro Avispa, no sul do estado do Amazonas, próximo à fronteira com o Brasil. A ONG informou que a velocidade da degradação ambiental indica que a mineração é mecanizada, seguindo o mesmo padrão utilizado pelo garimpo ilegal no Brasil [4]. Maria Corina Machado, líder da oposição, repostou a denúncia da ONG, afirmando que Nicolás Maduro destrói de maneira irreversível o patrimônio natural da Venezuela [5].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.elimpulso.com/2025/03/04/fanb-destruye-un-campamento-de-mineria-ilegal-en-amazonas-4mar/>.

[2]Disponível em: <https://www.bancaynegocios.com/militares-retienen-material-usado-para-la-mineria-ilegal-en-el-estado-bolivar/>.

[3]Disponível em: <https://www.laradiodelsur.com.ve/fanb-detiene-a-5-mineros-ilegales-en-amazonas/>.

[4]Disponível em: <https://x.com/SOSOrinoco/status/1897271528212828392>.

[5]Disponível em: <https://www.elimpulso.com/2025/03/06/machado-maduro-esta-infligiendo-nuestra-amazonia-una-de-las-regiones-mas-biodiversas-del-mundo-6mar/>.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 12 de março, o Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) elegeu o senador Nelsinho Trad (PSD-MS) e a deputada Socorro Neri (PP-AC) para os cargos de presidente e vice-presidente de sua Comissão Executiva no biênio 2025-2026 [1]. O grupo é responsável por estabelecer o diálogo entre os parlamentos dos países e a OTCA. Participaram da reunião os parlamentares da Colômbia, Yenica Acosta Infante; do Peru, Karol Paredes; e da Bolívia, Carlos Arrien, além de representantes da sociedade civil e membros da Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento. Na sequência, o grupo definiu as prioridades da atual gestão: a institucionalização do Parlamento Amazônico (PARLAMAZ), o monitoramento da crise hídrica que atinge a Amazônia, a harmonização das legislações e a atuação pela melhoria das condições de vida para a população que vive na região [2].

No dia 20 de março, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Subsecretaria da Ciência e Tecnologia para a Amazônia anunciaram uma chamada pública do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica (Pró-Amazônia) [3]. A chamada vai destinar cerca de R\$35 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para projetos e pesquisas na Amazônia Legal. O edital prevê que os projetos devem ser realizados em parceria com pelo menos uma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT) sediada em um país-membro da OTCA. Os objetivos da iniciativa são fortalecer a cooperação internacional, fomentar a pesquisa aplicada e estimular soluções

inovadoras que contribuam para a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento integrado da Amazônia.

Além disso, no dia 21, a OTCA anunciou que o Projeto Bacia Amazônica, associado à implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Amazônica (GIRH), apoiou a instalação de três estações de monitoramento glaciológico e hidrométrico na Bolívia e mais quatro que serão implementadas no Peru [4]. As ferramentas, que capturam dados de temperatura, precipitação e fluxo de água proveniente das geleiras, foram criadas com a participação dos governos nacionais, universidades e comunidades locais. com a finalidade de garantir a segurança das populações e o uso eficiente da água. Na Bolívia, o projeto conta com o trabalho desempenhado pelo Instituto de Hidráulica e Hidrologia (IHH) da Universidad Mayor de San Andrés, no Peru, quem articula as operações é a Autoridade Nacional de Água.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1139354-grupo-parlamentar-de-cooperacao-amazonica-elege-comissao-executiva-para-bienio-2025-2026/>.

[2]Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2025/03/12/grupo-discute-prioridades-legislativas-para-cooperacao-de-paises-amazonicos>.

[3]Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/mcti-e-cnpq-abrem-chamada-de-r-33-5-milhoes-para-pesquisas-na-amazonia-legal>.

[4]Disponível em: <https://otca.org/pt/geleiras-tropicais-em-retrocesso-otca-e-paises-membros-fortalecem-a-gestao-das-aguas-glaciais-dos-andes-para-proteger-a-bacia-amazonica/>.

